

EDISON FRANCISCO VALENTE

PERSPECTIVAS HISTORICAS DO MOVIMENTO ESPORTE PARA TODOS NO BRASIL.

Dissertação apresentada, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE EM EDUCAÇÃO FÍSICA, à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas - FEF/UNICAMP - sob a orientação do Professor Dr. Ademir Gebara. *or*

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CAMPINAS - SÃO PAULO
1 9 9 3

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

EDISON FRANCISCO VALENTE

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado defendida por EDISON FRANCISCO VALENTE e aprovada pela Comissão Julgadora da FEF/UNICAMP, em 10 de fevereiro de 1993.

Data: 10/02/93

Assinatura:

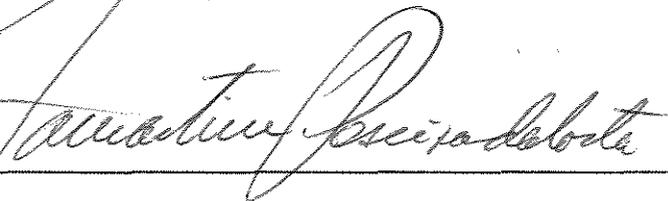


UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CAMPINAS - SÃO PAULO
1 9 9 3

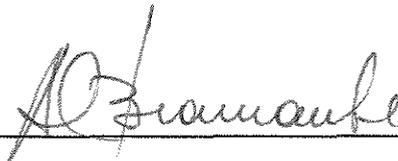
COMISSAO JULGADORA:



PROF.DR. ADEMIR GEBARA



PROF.DR. LAMARTINE PEREIRA DA COSTA



PROF.DR. ANTONIO CARLOS BRAMANTE

S U M A R I O

AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	viii
RESUME.....	x
PERSPECTIVAS HISTORICAS DO MOVIMENTO EPT NO BRASIL.	
- Apresentação.....	1
ABORDAGEM HISTORICA SOBRE O EPT BRASILEIRO	
- O Contexto.....	18
- O EPT e a historiografia Brasileira.....	32
- O EPT: sua gênese.....	43
O EPT NO BRASIL.....	48
O EPT: SEU DOCUMENTO BASICO.....	60
- A Proposta (1977-1979).....	60
- Idéias-forças.....	64
- Organização da Campanha.....	67
O PROGRAMA ESPORTE PARA TODOS (1980/1981).....	95
A REDE ESPORTE PARA TODOS (1982-1986).....	105
- O I Congresso EPT: uma inovação metodologica.....	115
- Carta de Compromisso do EPT:um documento ético?..	121
- Rede EPT: outras experiências.	132
PERSPECTIVAS HISTORICAS DO MOVIMENTO ESPORTE PARA TODOS NO BRASIL:	
- CONSIDERAÇÕES FINAIS DO ESTUDO	
- A Gênese.	141
- Marco teórico: o documento básico do EPT.....	145
- Experiências no EPT: os fatos.....	154
REFERENCIAL BIBLIOGRAFICO E DOCUMENTAL.....	165

MINHA CRENÇA

Creio que a grandeza do homem está na dialética dos seus atos e da palavra. O dizer e o fazer, o significar e o agir estão por demais misturados para que se possa estabelecer oposição profunda e duradoura entre a teoria e a práxis. "A palavra é meu reino e disso não me envergonho. Ou melhor, envergonho-me na medida em que a minha palavra participa da culpabilidade de uma sociedade injusta, que explora o trabalho. Não me envergonho originariamente e, sim, tendo em vista o seu destino".(1)

Creio na eficácia da palavra dos homens como alguém que analisa a História da Educação Física no Brasil. Na força esclarecedora do meu posicionamento político e na força da minha própria palavra, como intencionalidade consciente de meus atos.

Creio, também, na eficácia da palavra que retoma, de modo reflexivo, temas geradores de uma civilização em marcha, sem rotulismos, sem um direcionamento degenerativo e sem estarem embasados em interesses individualizados.

Creio na busca do bem comum, através do exercício da crítica. Porém, que essa busca fique acima dos conflitos de pessoas ou grupos, em prol de um convívio democrático e de um trabalho comunitário.

(1)RICOEUR, P. História e verdade, 1968, p.9.

Creio no exercício da crítica, se ela busca uma determinada realidade, onde os sujeitos envolvidos não se deixem iludir por aparências ingênuas, mas, basicamente centrando suas atenções para esse desenvolvimento comunitário.

Creio na variedade e discordância de opiniões, como indicadores importantes para vivificar e estimular nossas ações e, possivelmente, como condutores para que essas ações não se tornem levianas, em defesa de situações tradicionais, normalmente apregoadas por ideologias ativistas.

Creio que o processo dialético - ação e palavra - seja o núcleo de onde brotam nossas preferências e nossas atitudes decisivas. "De certo modo, todos esses ensaios são a glorificação da palavra, que reflete com eficácia e que age mediante reflexão".(2)

Finalmente, por tudo isso, creio na qualidade desse "Perspectivas históricas do Movimento Esporte Para Todos no Brasil" - símbolo do meu agir, fazer e refletir - como uma obra historicamente construída, e ainda em construção, a qual, provavelmente um dia, possa servir de subsídio para outros estudos na História da Educação Física brasileira.

Edison Francisco Valente

(2) RICOEUR, P. História e Verdade, 1968, p.9.

AGRADECIMENTOS

Ao orientador e amigo Ademir Gebara, por ter-me proporcionado possibilidades de abertura de novos caminhos no campo da pesquisa científica, bem como, acreditado na minha capacidade de trabalho.

Ao amigo de longas datas e co-orientador Lamartine Ferreira da Costa, pela presença marcante e constante nesse trabalho, desde o primeiro rascunho do projeto de pesquisa.

Aos Professores da FEF e FE/UNICAMP, os quais, em determinados momentos, colaboraram com esse trabalho - prestando esclarecimentos, na discussão estrutural do projeto de pesquisa, sugerindo disciplinas e bibliografias, criticando o trabalho - e contribuíram de forma incisiva para o seu aspecto qualitativo.

A Professora Nicole pelo seu grande senso profissional e minha grande orientadora de Francês.

A todos os funcionários da FEF/UNICAMP pela maneira carinhosa como sempre nos receberam.

Aos colegas de turma, pelas riquíssimas discussões, pela grande participação política, empenho acadêmico e profissional e por termos, todos juntos, com muita amizade, marcado momentos inesquecíveis na História da Pós-Graduação da FEF/UNICAMP.

Em especial à Lígia e toda sua família, aos Professores Toninho e Lúcia, ao Miro e à Kátia que, naturalmente, passaram a ser a extensão de nossa família, dando-nos apoio e carinho nos momentos mais difíceis vivenciados em Campinas.

Aos meus pais, por terem proporcionado a essência e a existência da minha vida - o meu jeito de ser. A eles eu agradeço pelo que eu sou, pelo que pensam que eu sou e por muito mais do que pensam que eu sou.

Aos amigos da Escola Técnica Federal de Alagoas pelo apoio para a realização do curso de mestrado e, consequentemente, pela consecução desse trabalho.

AO PRIMO-IRMAO GUIDO:

Tenho a grande satisfação de identificar este trabalho como sendo uma de nossas obras. Como um processo construído ao longo do tempo, no jogo de nossa vida. Digo "nossa" porque você foi o seu grande coadjuvante, ela também lhe pertence. Nós formamos uma equipe quase que perfeita. Enquanto eu - em Campinas - procurava desenhar os cenários desse trabalho, você - em Maceió - desdobrava-se, dando-nos aquele apoio de retaguarda, tão necessário para a manutenção de nossa tranquilidade individual e familiar.

Ora, dizer-lhe simplesmente um "muito obrigado", é muito pouco, pelo muito que você sempre fez por todos nós, além desses três anos. E, refletindo tudo isso, em poucas palavras, só uma coisa tenho a dizer: "Guido, você é gente da gente, você é o meu grande irmão".

O místico crê num deus desconhecido.

O sábio crê em conhecer o desconhecido.

E eu creio em vocês, minha esposa Marcia e meus filhos André e Isabela, sementes germinadas do amor, a quem eu, humildemente, presto os meus agradecimentos por terem suportado todas as fases difíceis, vivenciadas por mim, quando da realização dessa pesquisa.

R E S U M O

"Perspectivas Históricas do movimento Esporte Para Todos no Brasil" , apresenta questionamentos relacionados à genese do EPT. Objetivando-se estabelecer a lógica interna deste movimento no Brasil, o estudo foi dividido em tres fases: descritiva, teórica e conceitual. Tal procedimento permitiu desvendar o sentido do EPT através de sua periodização.

O Movimento Esporte Para Todos foi resultante de experiências iniciadas na Noruega, em 1967, e estruturadas de forma diferente por outros países da Europa.

Em 1973, após as "Jornadas Internationales de Estudio sobre el Deporte", na Argentina, esta proposta foi implantada no Brasil.

Estes conhecimentos, estimulados pela ansiedade em torno de uma nova metodologia para a prática da Educação Física, foram a grande motivação deste Movimento no Brasil.

O EPT foi considerado um meio econômico de mobilização popular. A nível de projeto governamental, foi conservador diferenciando-se de outros movimentos e projetos, dado suas experiências práticas exercidas na e pela comunidade. Este perfil do EPT, foi o ponto de partida para a aquisição de autonomia e configuração próprias.

Comparando dados historiográficos com documentos e experiências "epetistas" acumulados, essa pesquisa apresenta conclusões sobre a forma pela qual o EPT foi recebido pelas comunidades, interpretado pela maioria dos profissionais da Educação Física e, ainda, formas através das quais esse movimento foi popularizado.

O movimento EPT foi, também, caracterizado a partir de sua relação dialética - o projeto orientou a ação e, esta, alterou o projeto, fazendo com que, a evolução desse processo, obedecesse a uma dinâmica contínua, própria, movida por necessidades e interesses individuais e/ou institucionais - intermediada culturalmente por formas de condução social.

Nas considerações finais, são apresentados aspectos relacionados à gênese do EPT brasileiro, bem como, inerentes à questões objetivas e intersubjetivas que comandaram a lógica interna desse movimento no Brasil.

A B S T R A C T

"Historical perspective about the movement Sport For All in Brazil", presents questions related to the Sport For All genesis. Trying to establish the internal logic of this movement in Brazil, the study was divided in three phases: descriptive, theoretical and conceptual. Such procedure permitted to reveal the meaning of Sport For All through its period.

The movement Sport For All was the result of experiences started in Norway, in 1967, and structured in diferent form in other countries in Europe.

In 1973, after the "Jornadas Internacionales de Estudio sobre el Deporte" in Argentina, this proposal was introduced in Brazil.

This knowledge, motivated by the anxiety about a new methodology for the practice of Physical Education, was the great motivation of this movement in Brazil.

The Sport For All was considered an economic way of popular mobilization. Standard of ideas, the Sport For All was conservative, being away from other movements and projects due to its practice experiences exerted in and by the community, the beginning for the acquisition of autonomy and own configuration.

In comparing historiographic data with documents and accumulated "epetista" experiences, the following result was observed: the form which the Sport For All was accepted by the communities, interpreted by the majority of the professionals of Physical Education and, still, forms which this movement became popular.

The movement Sport For All was also considered through its dialectic relation, where the project directed the action and if, changed the project, permitting that evolution of this process followed a continual and proper dynamic, driven by individual and institutional interest, culturally intermediated by forms of social conduction.

In final considerations, there will be presented aspects related to the genesis of Brazilian Sport For All, as well as, related to objective and intersubjective questions that addressed the internal logic of this movement in Brazil.

R E S U M E

"Perspectives historiques du mouvement Sport Pour Tous (SPT) au Brésil", présente des questions sur la genèse du "SPT" au Brésil. A travers une recherche historique pour interpréter la logique interne du Mouvement, trois phases ont été utilisées: descriptive, théorique et conceptuelle. Ce processus nous a permis d'aboutir à des conclusions par sa périodicité.

Le Mouvement Sport Pour Tous résulte d'expériences faites en Norvege, en 1967, et structurées de formes différentes dans d'autres pays d'Europe.

En 1973, après les "Jornadas Internacionales de estudio sobre el Deporte", en Argentine, cette proposition a été implantée au Brésil.

Des connaissances, stimulées par la volonté de présenter une innovation méthodologique dans la pratique de l'Education Physique, furent la grande motivation de ce mouvement au Brésil.

Ce mouvement sert de moyen très économique de mobilisation populaire. Au niveau des idées, le Mouvement Sport Pour Tous, projet gouvernemental, est conservateur, mais

se différencie d'autres projets grâce à ces expériences pratiques dans la communauté. Ce nouveau profil du "SPT" fut le point de départ pour l'acquisition de son autonomie ainsi que de sa configuration.

Si l'on compare l'historiographie avec les documents et les expériences "epetistes", ont en conclu que le "SPT" a été très bien reçu par les communautés, tandis qu'elle a été mal interprétée par la grande majorité des professionnels d'Éducation Physique et encore comme elle a été non seulement mal utilisée comme détournée au profit de certains.

Le Mouvement "SPT" fut aussi une relation dialectique entre la théorie et la pratique. Le projet a orienté l'action et, celle-ci, a altéré le projet en lui proportionnant une évolution dynamique de son processus continu, celui-ci basé sur besoins et intérêts individuels et institutionnels, relationne culturellement, par diverses formes de conduite sociale.

Dans les considérations finales, sont présentées des aspects relatives à la genèse du "SPT" brésilien, ainsi qu'à la relation à des questions objectives et intersubjectives qui ont commandées la logique interne de ce mouvement au Brésil.

"O SABIO COMEÇA NO FIM, O
TOLO TERMINA NO COMEÇO".
(Polya-1957)

APRESENTAÇÃO:

A história, enquanto processo de conhecimento é tarefa e responsabilidade do homem coletivo, como parte de seu inter-relacionamento social. Os seus objetos diversificados de pesquisa tem identificado caminhos para a produção científica, com perda e recuperação incessantes na medida em que se transforma na própria significação da história - princípio da continuidade e descontinuidade.

Paul RICQUER, em "História e Verdade" (1958:13), analisando a verdade histórica afirma:

"O problema da verdade da história - não mais no sentido de um conhecimento verdadeiro da história ocorrida - mas no sentido de um cumprimento verdadeiro de minha tarefa de obreiro da história - atinge seu ponto culminante na questão da unidade fundamental do movimento histórico da civilização (...) focalizada do ponto de vista daquilo que se poderia chamar uma história da cultura; vê-se então o perceber, o agir, o saber ramificarem-se em atitudes que, cada qual por sua vez se supõem uma à outra, tentam absorver-se mutuamente, excluem-se, rivalizam umas com as outras; o movimento da civilização aparece, então,

como fenômeno de pluralização indefinida, compensada sem cessar pela emergência de instâncias e potências unificadoras (...) é a dialética do dizer e do fazer (...)".

Na historiografia brasileira, caminhos recentes na produção do conhecimento científico nas áreas da Educação Física e do Esporte no Brasil, têm apontado para direções distintas quanto aos objetos de pesquisa. No entanto, poucos são os trabalhos que se preocupam em proceder uma abordagem histórica dessa prática, embora Educação Física e Esportes sejam termos e/ou expressões, hoje em dia, que já comportam análises e conteúdos diversificados. Um exemplo dessas afirmações são constatadas quando GEBARA (1988:131), no "Educação Física e Esportes na Universidade", diz:

"Em suma, a educação física constitui-se em um momento histórico definido, como ciência aplicada, enfocando o corpo humano em movimento como seu objeto de estudo; neste sentido, o lazer, a educação, a atividade física e os desportos, embora relacionados à educação física enquanto práticas do movimento humano, nem definem, nem podem confundir-se com o objeto científico da educação física".

Na verdade, trata-se de uma referência à Educação Física enquanto "exemplo de momento histórico definido", baseada na argumentação de que a Educação Física, assim como o Esporte, o EPT, a Educação, a Física, a Matemática, dentre outras áreas do conhecimento, possuem suas Histórias auto-

nomas e seus marcos cronológicos específicos. O discurso apresentado por GEBARA (1988), apesar de ficar no campo das hipóteses, logicamente, também representa um momento histórico vivenciado por esse pesquisador, na tentativa de expressar novos conhecimentos.

Segundo HABERMAS, todo conhecimento contém um interesse que comanda o processo histórico. "Tudo é um jogo de poder baseado no conhecimento e interesse. É um movimento emancipatório, onde tudo está conectado com a história da humanidade". De conformidade com essa teoria, o entendimento da Educação Física, enquanto um movimento histórico, com objeto de estudo definido -a educação do movimento humano - torna-se possível em uma abordagem científica, se levarmos em conta ser, este, um movimento emancipatório em relação às demais ciências.

Embora várias produções científicas tenham sido publicadas e reconhecidos os avanços na produção do conhecimento, diversas questões ainda permanecem em aberto. Por exemplo, "embora áreas do conhecimento como a da Recreação e Lazer, dos Desportos, das Atividades Físicas, estejam relacionadas com o movimento humano, não podem confundir-se com o objeto da Educação Física" (GEBARA-1988). Por esse motivo é que existem lacunas em suas Histórias, intervindo para a falta de um melhor entendimento dessas áreas e favoreçam para que seus profissionais ainda conclamem à sua crise paradigmática.

A introjecção de muitos valores históricos, nessas áreas, a partir da problematização de suas gêneses, provavelmente venham esclarecer questões relacionadas aos seus objetos específicos de estudo, enquanto atividades sócio-culturais historicamente construídas pelo conhecimento humano.

O Movimento Esporte Para Todos no Brasil é um exemplo dessas afirmações e faz parte de um desses questionamentos em aberto na História, o qual procuraremos aprofundar.

O fio condutor desse estudo, portanto, se reportará ao movimento Esporte Para Todos no Brasil, nas décadas de 70 e 80, não como um fato accidental, secundário ou estático, mas como um ato em constante movimento evolutivo, dinâmico e com base em uma perspectiva temporal, num mundo considerado inacabado dentro do seu próprio contexto.

Este trabalho proporcionou questionamentos em relação aos quais tivemos que recorrer à História Social do Brasil, entre 1974 e 1984, no sentido de entender o contexto no qual movimentos no interior do EPT ocorreram. Isto nos fez refletir sobre o problema mais grave existente na Educação Física e no Esporte brasileiro, ou seja, a falta de conhecimento de sua própria História. Não a História como simples relato de fatos, mas uma História problematizada, em busca do desvelamento de fenômenos permitindo a apreensão do conhecimento gerado na área.

Enquanto isso não aconteça, provavelmente, estejamos por mais algum tempo, falando em crise de identidade e/ou

em crise paradigmática - corroborada e denunciada por Uriel SIMRI, em sua crônica escolar "A diversidade dos conceitos de Educação Física e sua influência sobre seus objetivos" (1979:42). Afirma SIMRI: "desde 1953 estamos discutindo essas questões", sem possuímos um denominador comum a esse respeito, ou seja, sem termos claro em nossas mentes a construção do objeto de estudo da Educação Física. E o mesmo que construirmos um prédio onde o assentamento dos tijolos se faz sem o alicerce. Para o Professor Dr. SIGRIST, da FE/UNICAMP, "é o mesmo que aprender natação por correspondência".

E o retrato da preocupação presente, hoje em dia, na Pesquisa Histórica da Educação Física, ou seja, uma busca incessante para investigar, trabalhar, escrever, construir histórias que não sejam estórias de vilões e heróis.

Uma História que não seja, apenas, referente aos grandes fatos ou vultos políticos (Colônia, Império, República, D. Pedro I, Getúlio Vargas, Sarney, Collor etc.).

Dea FENELLON, em seu texto "Pesquisa em História: perspectivas e abordagens" (1989:117), afirma que "a predominância política vem dessa valorização excessiva dos acontecimentos, dos fatos, dos heróis, das pessoas que fizeram isso ou aquilo".

E um tipo de História profundamente enraizada na escola positivista. Numa História cujo enfoque está alicerçado na reconstrução do acontecido (enfoque empíricista). E como se direcionássemos a objetiva de nossa máquina fotográfica pa-

ra um determinado ponto e obtivéssemos, simplesmente, a fotografia.

A busca incessante da verdade Histórica é um fator que tem levado os historiadores à pesquisas. Antes de adentrarmos nessa questão, verificamos que a perspectiva de reconstruir a História, ou seja, de reconstruir, apenas, os acontecimentos, levava o historiador à idéia de que estava reconstruindo a História tal como a mesma aconteceu e, normalmente, o mesmo sentia a necessidade de distanciar-se dos fatos, ficando, quase que exclusivamente, com relatos do passado sem se preocupar com o presente.

A título de melhor esclarecimento a respeito desse aspecto, há alguns anos atrás, sempre que tínhamos oportunidade, afirmávamos não poder falar ou estudar a História do Movimento Esporte Para Todos, pelo fato de haver participado dele desde sua implantação no Brasil. Para nós, isso era um dos motivos de suspeição e nos impossibilitava de pesquisar a sua História. Em resumo, para nós, isso invalidava a pesquisa Histórica em torno do assunto.

Hoje em dia, com o aprofundamento dos estudos, sentimos não poder deixar passar essa oportunidade de prestarmos depoimentos, de repassarmos as experiências vividas e os conhecimentos adquiridos quando do nosso trabalho junto ao Movimento Esporte Para Todos. Nem, muito menos, de buscar o significado desse movimento na História da Educação Física brasileira.

Trata-se de uma perspectiva que não busca, simplesmente, uma verdade histórica em documentos do passado - visão positivista defendida por Franceses do século XIX : "Se não há documentos, não há História". Essa tendência definia metodologicamente a necessidade de reconstrução da História buscando provas, verificando hipóteses e comprovando fatos através de documentos.

Havia uma espécie de um negar filosófico da História e do envolvimento do sujeito nesse processo de conhecimento, pela ênfase de um encadeamento de fatos, com base em marcos cronológicos.

"O único critério que o historiador positivista tem para organizar o seu trabalho é o cronológico. Coleta documentos, faz pesquisa, trabalhando exaustivamente para a reconstrução da História. E por isso que temos Histórias contadas com princípio, meio e fim, com relações causais explícitas entre um fato e outro. Nesse desencadear cronológico é evidente que um acontecimento vira causa do outro, que, por sua vez, vira consequência do outro. E tudo vira uma armadilha, tendo como único critério, a cronologia e a racionalidade que se atribui ao PROCESSO, mas que ESTA NA CABEÇA DO HISTORIADOR". (grifo meu)

(FENELLON-1989:122)

Esta citação espelha o perfil do chamado "Historiador sem problemática", "simples relator de fatos", presentes em nossa historiografia, marcada por obras clássicas que

exaustivamente reproduziram acervos das mais diversas bibliotecas e arquivos. Alguns trabalhos têm seu valor, enquanto relato de fatos. Na verdade essa metodologia reflete um momento vivenciado pela Educação Física/Espportes no Brasil, ao longo de sua História.

Com base nesses questionamentos e levando em conta de que "o campo da História é um campo de possibilidades que vai ser trabalhado com os 'agoras' a serem investigados", abandonamos a idéia de reconstruir o passado tal qual aconteceu - tarefa impossível. Pretendemos fazer uma leitura desse passado levando em conta referencias contextuais recentes, com perspectivas sociais, teóricas, de vida e de mundo do pesquisador, sem deixar de reconhecer a diversidade de abordagens existente na pesquisa histórica. A metodologia adotada, deverá proporcionar um direcionamento coerente, através do qual pretendemos avançar o conhecimento, na tentativa de desvendar a lógica interna que comandou a História do Movimento Esporte Para Todos no Brasil, reconhecendo que essa direção não esgota o processo histórico.

Dessa forma, fica evidenciada uma concepção de verdade modificada e sem rotulos. O mesmo acontecendo com o resultado da produção do conhecimento que transforma-se num fato construído coletivamente, pelo dialogo com as evidências inseridas no contexto social - caso do movimento Esporte Para Todos no Brasil.

Nossa análise do movimento EPT, vivenciado no Brasil a partir da década de 70, será centralizada tentando dar

"voz" aos fatos estudados, procurando interrogar as evidências e, ao mesmo tempo, deixar os fatos, com bases nos questionamentos formulados, falar por si, buscando a lógica interna desse movimento no Brasil.

Ao adotar esse posicionamento, elaboramos questionamentos que objetivassem desvendar fatos na História do movimento EPT brasileiro, ainda não muito claros na História da Educação Física e do Esporte brasileiros. Questionamentos, esses em torno de sua gênese, de sua periodização, de sua lógica interna, todos baseados em suas experiências interna e externas.

A partir desses, evidenciamos a importância de um estudo com base nessa perspectiva, uma vez que "todo ato histórico é realizado pelo homem coletivo (...) ele pressupõe a obtenção de uma unidade cultural-social pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, se solidificam na busca de um mesmo fim, sobre a base de uma idêntica e comum concepção do mundo". (GRAMSCI, 1989:37).

Esses caminhos nos levaram a pensar o EPT brasileiro, contextualizando-o em relação a outras abordagens que fundamentam sua prática num determinado momento histórico, tanto quanto dimensionar sua importância como alternativa metodológica surgida, nessas áreas do conhecimento, na década de 70. Na realidade, pretendemos também demonstrar ter sido o EPT um movimento que procurou reagir a extremismos da Educação Física e do Esporte, vigentes no Brasil até es-

sa década, do tipo "tecnicismo x humanismo".

GAMBOA (1990), tenta nos demonstrar que "nos anos 70 tudo era sistema, tudo funcionava com IN PUT, OUT PUT e FEED BACK". Eram modelos sistêmicos, não sendo apenas um privilégio da Educação Física e do Esporte, sendo uma característica própria da época, em múltiplas áreas do conhecimento.

O trabalho apresentado pelo EPT, as experiências vivenciadas das mais diversas formas e épocas, transformando-o numa espécie de jogo de poder, em benefício de um movimento histórico a caminho de um processo de emancipação da prática formal da Educação Física e do Esporte, foi um outro tipo de abordagem elaborada. Tentamos construir esse caminho pelas próprias representações dos indivíduos inseridos em suas comunidades, de forma localista, regionalista e culturalista.

Para tal, elegemos três fases distintas para o desenvolvimento de sua metodologia: Descritiva, Teórica e Conceitual.

Na descritiva tentamos relatar uma série de fatos específicos do Movimento Esporte Para Todos, a partir de sua gênese. Na realidade, procuramos buscar verdades através dos fatos pesquisados e retratar esses momentos históricos tentando, segundo SCHAFF (1974:108), fazer uma projeção, de acordo com o nosso conhecimento e os nossos interesses pessoais sobre esse objeto de estudo. No entanto, para tal, tivemos que elaborar uma periodização, com base nos fatos

mais marcantes da História do EPT, acontecidos a partir de sua implantação. Ou seja: 1977-1979 (período de implantação da Campanha Esporte Para Todos/MOBRAL - EXPERIMENTAL); 1980-1981 (período de replanejamento do Programa Esporte Para Todos/SEED/MEC); 1982-1986 (período de implementação do movimento Esporte Para Todos - DA REDE EPT).

No segundo momento - teórico - procuramos buscar significados dos fatos, dentro de um contexto maior. Ou seja, procuramos "mergulhar" na História do Movimento Esporte Para Todos, numa tentativa de "radiografar" esse movimento, levando-se em consideração os aspectos temporal e sócio-cultural. Recorremos então à Historiografia e procuramos discutir com outros pesquisadores brasileiros a respeito desse Movimento

Na conceitual, também denominada de criativa, procuramos emitir juízos de valores a respeito do Movimento Esporte Para Todos, a partir dos resultados obtidos quando da descrição e teorização.

As estratégias que escolhemos foram, basicamente, voltadas para as pesquisas bibliográfica e documental, bem como para entrevistas informais - como uma técnica exploratória de auxílio para a elucidação de fatos.

A partir daí, tentamos demonstrar que o EPT, baseado em sua experiência, precisava de um constructo que explicitasse a sua lógica interna. Essa experiência já existia, mas não o constructo.

Quem propôs um constructo foi Lamartine Pereira da COSTA, representando graficamente através do modelo FIN (formal, informal e não formal). Segundo COSTA (1983:41), o FIN é uma proposta dialética, procurando inter-relacionar três modos de condução de atividades no campo social. E utilizando-se desse referencial teórico que tentaremos analisar essa questão.

Cabe ressaltar que o modelo FIN foi baseado em definições da UNESCO sobre a "Educação Permanente", para depois, de acordo com o desenvolvimento da prática e a teoria do Esporte Para Todos, adquirir uma configuração própria.⁽¹⁾ Configuração essa também acontecida com os demais documentos do EPT (Documento Básico, Carta de Compromisso etc..)

O FIN é representado graficamente por um círculo onde as três formas de condução - formal, não-formal e informal - estão interligadas e com preocupação voltada para o registro do movimento, a evolução e a dinâmica dessas formas.

COSTA (1988:46) define a "formal" como "um fluxo contínuo de ações com componentes ordenados e estáveis, aos quais se aplicam os propósitos fundamentais de padronização, sincronização e maximização". Como exemplo podemos citar a prática esportiva de alto rendimento.

(1)Ver: "Fundamentos do Esporte Para Todos: 1983", p.41; "Educação Física e Esporte não formais", 1988, p.46-67.

A "não-formal" como versão complementar e descontínua da formal, com graus diversificados de utilização, dependente de necessidades contingenciais de condução. Trata-se da descaracterização da atividade de alto rendimento e a caracterização, de acordo com graus diferentes, da prática alternativa do esporte. Um dos exemplos típicos de atividade não-formal é o futebol pelada.

A "informal" baseia-se na autonomia e na autodireção, segundo necessidades de realizações de indivíduos e/ou grupos, "como resposta a solicitações permanentes e eventuais".(2) Caracteriza-se com uma prática em que o indivíduo, a partir da apreensão de conhecimentos, age autonomamente.

O modelo FIN apresentado por COSTA - um círculo - é uma forma acabada ou isolada de representação, girando em torno de um eixo. Assim, abordaremos a questão das ações do FIN partindo de uma concepção de que não há compreensão de um fenômeno isolado, mas, sim, uma lógica dinâmica, processual constante e historicamente construída, participante de um movimento cíclico inacabado, intermediado pela cultura local, onde o seu projeto de humanidade está voltado para as necessidades e os interesses de cada indivíduo e/ou grupo de indivíduos inseridos em sua realidade. Como se vê, o círculo não é, para este estudo, a melhor representação gráfica do EPT.

(2) Lamartine Pereira da COSTA. Educação Física e Esporte não formais, 1988, p.47.

Em síntese, o constructo, por nós apreendido, supõe que as formas de condução das atividades humanas partam do interior para o exterior - enquanto tempo livre - e do exterior para o interior, enquanto tempo disponível e, ambas as formas, com base no conhecimento e interesse, buscam um movimento emancipatório.

Utilizando-se como ponto de referência o social-histórico, podemos justificar os diversos momentos vivenciados na Educação Física e no Esporte brasileiros, em busca de sua emancipação. Por exemplo, a tendência eugenista já foi um movimento emancipador historicamente construído em relação a uma intencionalidade sócio-político-cultural de uma época (o ser forte para fazer uma nação forte). O movimento de desportivização da prática da Educação Física Escolar, foi também um jogo de poder, baseado no conhecimento e interesse, em busca de um movimento emancipatório que perdurou no Brasil até o final da década de 60. O mesmo aconteceu com os movimentos científico-pedagógico, Cooper, o Esporte Para Todos, nas décadas de 70.

Hoje, observamos outras tendências na Educação Física e no Esporte que, baseadas nas experiências, buscam caminhos alternativos teórico-práticos, ou seja, buscam os seus constructos. Um exemplo típico é a área da Recreação e Lazer, a da História da Educação Física, a da Educação Física e do Esporte Escolar, a do Esporte Comunitário e a do próprio Esporte espetáculo. Essas áreas, entre outras, tentam, ainda, encontrar alternativas emancipatórias que justifi-

quem epistemologicamente suas existências.

Com base nesse caminhar para o resgate da História e referendado nesses movimentos emancipatórios, é que justificamos o fenômeno da "desescolarização da Educação Física e do Esporte Brasileiros"⁽³⁾, assim como os outros movimentos atuais predominantes na Educação Física e no Esporte. Movimentos esses, como um direito de conquista do cidadão e como um processo historicamente construído pelas representações humanas.

Após essa breve análise, observamos ainda que o modelo FIN, utilizando-se da história como seu "a priori", propõe formas de condução das atividades sociais na Educação Física e no Esporte, em que o formal é o seu referencial básico, é o seu concreto real, é a sua TESE. O não-formal é a sua ANTITESE, ou seja é a abstração desse real no pensamento. Finalmente, o informal é a SINTESE do processo onde, através da construção do conhecimento, o indivíduo passa a autogerir suas ações, libertando-se de modelos (sistemas, rótulos) realimentando, assim, o processo cíclico e, com isso, a possibilidade do prosseguimento de sua história e da evolução de mais um ciclo.

(3) Entendemos por desescolarização o processo de atividades desenvolvidas fora da escola, por indivíduos inseridos em suas comunidades, com bases em seus anseios e necessidades, referenciadas em experiências vivenciadas ao nível escolar.

A partir do reconhecimento dos principais temas, organizamos a apresentação desta pesquisa preocupados em estabelecer conexões entre o todo do trabalho com suas partes, no sentido de que os temas levantados não ficassem, simplesmente, justapostos.

Intencionalmente, com base na problematização do nosso objeto de estudo, nos propusemos a reconstituir a História do Movimento Esporte Para Todos no Brasil, procurando: identificar seus marcos cronológicos; descrever e analisar fatos específicos desse movimento que procurassem justificar a sua existência na sociedade brasileira; levantar temas voltados para sua cronologia e periodização; e procurar identificar a dinâmica que comandou a lógica interna do EPT brasileiro, a partir de sua gênese, dentro dos macro-sistemas da Educação Física e do Esporte.

Em "ABORDAGEM HISTORICA SOBRE O EPT BRASILEIRO: O CONTEXTO" procuramos apresentar considerações gerais do contexto histórico nacional e internacional vivenciado pelo EPT.

Em "O EPT E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA" procuramos discutir algumas idéias de autores brasileiros a respeito do EPT.

Uma outra visão internacional a respeito da gênese do EPT foi apresentado em "O EPT: SUA GENESE".

Em "O EPT NO BRASIL" apresentamos comentários sobre a gênese do EPT brasileiro, para em seguida fazermos uma análise descritiva do "SEU DOCUMENTO BASICO". Nessa etapa do

trabalho nos reportamos "à proposta (1977-1979)", "à organização da Campanha" - suas orientações gerais, o Voluntário Esportivo, papeis do Departamento de Educação Física e Desportos (DED) e do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL - e das estratégias de mobilização e divulgação utilizadas pela Campanha EPT.

Em "O PROGRAMA ESPORTE PARA TODOS (1980-1981)" apresentamos questões da fase de replanejamento do Programa EPT, bem como dos desempenhos da SEED/MEC e da SUEPT com relação ao próprio contexto em que o EPT conviveu, no biênio 80-81.

Em "A REDE ESPORTE PARA TODOS (1982-1986)" procuramos discutir questões relacionadas com experiências vivenciadas pela Rede EPT, no que diz respeito ao seu "Primeiro Congresso Brasileiro e Panamericano", à "Carta de Compromisso" como um código de ética assumido pelos Agentes das Unidades Federadas, em relação às atividades EPT. Através desta carta procuramos discutir o perfil dos agentes e o envolvimento dos participantes e das instituições, nesse movimento.

Outras diversas formas de participação no Movimento EPT, foram reconstituídas em "REDE EPT: OUTRAS EXPERIÊNCIAS", onde procuramos descrever "A Carta de Belo Horizonte", documento de 1984, discutindo temas ainda hoje abordados na área. Nesse capítulo abordamos, também, a questão da abertura de espaço do EPT às APEFs e FBAPF, bem como de experiências vivenciadas na prática pedagógica e no trabalho de ação comunitária, como fórmulas estimuladoras para o processo de desescolarização da Educação Física e do Esporte.

ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE O EPT BRASILEIRO

- O CONTEXTO:

De acordo com a periodização elaborada, junto ao contexto sócio-cultural-político e econômico percebe-se que o movimento Esporte Para Todos no Brasil, conviveu com a crise dos anos 70, justamente entre os governos Geisel e Figueiredo (1974-1984). Foi o período final do "milagre econômico", propalado pelos governos militares (a partir do golpe de 1964) e o estabelecimento de estruturas mais flexíveis de poder, consubstanciada por uma política de "distensão".

A vivência dessa experiência e a consulta de algumas fontes da historiografia brasileira, demonstraram que a crise dos anos 70 levou o Brasil a um processo de recessão, provocando também uma aceleração galopante da inflação. Os salários atingiram níveis baixíssimos (ver quadro I, abaixo), trazendo consequências danosas ao povo brasileiro.

QUADRO I - Índices de salários mínimos reais
julho de 1940 = 100

Anos	Índice de salário mínimo real
1969	68
1970	69
1971	66
1972	65
1973	59
1974	54
1975	57
1975	57
1976	57
1977	59
1978	61
1979	61
1980	63

Fonte: DIESE. Boletim, abril/1982, p.11.

Mal remuneradas, conseqüentemente mal alimentadas e mal atendidas em suas necessidades básicas, as camadas populares estavam atingindo aos limites de sua resistência. Epidemias, como por exemplo a meningite, em 1974, ameaçavam todas as classes sociais.

A segregação espacial decorrente da compressão salarial, faziam surgir e ampliar inúmeras favelas. A miséria se fazia presente em grau maior ou menor, em todas as regiões do país.

A subnutrição e a quase inexistência de dispositivos efetivos de segurança no trabalho, provocavam médias altíssimas de acidentes (ver quadro II).

QUADRO II - Média de acidentes de trabalho registrados por dia útil no período de 1971 a 1977.

Ano	Média por dia útil
1971	4.405
1972	4.966
1973	5.370
1974	5.891
1975	6.355
1976	5.717
1977	5.294

Fonte: POSSAS, Cristina. Saúde e trabalho: a crise na Previdência Social. Rio de Janeiro: Graal, 1981, p.132.

A esperança de vida do brasileiro, na dimensão dos resultados da concentração de renda, estatisticamente continuava a se basear no salário mínimo.

De acordo com o que nos demonstra POSSAS (1981:27), "aqueles trabalhadores com vencimentos acima de cinco salários mínimos, dentro de condições consideradas normais, possuíam mais 14 anos de esperança de vida do que aqueles com renda abaixo de um salário" (ver quadro III).

QUADRO III - Esperança de vida do povo brasileiro, segundo faixa salarial - 1976

Faixa Salarial	Esperança de Vida
Menos de 1 salário mínimo	55,4 anos
Entre 1 e 2 salários mínimos	59,6 anos
Entre 2 e 5 salários mínimos	64,2 anos
Mais de 5 salários mínimos	69,8 anos

Fonte: POSSAS, op. cit., p. 27.

Para a situação não se agravar, entre 1975-1976, o Governo Federal tenta reordenar prioridades para o desenvolvimento brasileiro (segurança nacional, crescimento econômico e social etc.) e elabora o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II FND). Este Plano objetivava manter as taxas de crescimento, utilizando-se como referencial o patamar vigente até 1973, elaborado no governo do Presidente Médici, através do I FND.

Nessas condições, houve uma forte reação popular, especialmente entre 1976 e 1977, colocando em crise a legitimidade do poder militar.

Com as organizações comunitárias - Associações de Bairros, de Moradores, Centros Comunitários - mais ativas, aumentou a participação popular. De forma localista passaram a ter uma concepção de organização mais autônoma perante o Estado, renascendo, como resultado das reivindicações de classes, o movimento sindical - surge o "novo sindicalismo". Buscava-se, com isso, a autonomia sindical através de negociações diretas entre trabalhadores e empresários, livres da tutela estatal, e o reconhecimento legal, por parte do governo, de seus "delegados sindicais".

Esse conjunto de fatos favoreceu o aceleração do projeto da "distensão", porém sem perder o instrumental repressivo existente. Estava deflagrado o processo de abertura política e de emancipação do regime militar.

MENDONÇA & FONTES (1988:74) afirmam que "o percurso da 'abertura' foi marcado, por idas e vindas, enquanto o apa-

rente patrocínio do Estado encobria a pressão das reivindicações sociais. A cada avanço das manifestações populares, correspondiam recuos estratégicos extremamente autoritários".

Com um novo surto de mobilização, ressurgiam, cada vez mais, as tentativas de "organização popular alternativas", tendo na luta pela autonomia perante o Estado o seu denominador comum. Os movimentos de massa, diante da crise, configuravam-se como fonte de resistência popular e caminho da chamada abertura.

O direito à alimentação, à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, ao emprego, enfim, o direito à vida, fatores necessários e básicos para a subsistência do homem dentro do seu contexto socio-cultural, compunham o rol de reivindicações da grande maioria da população brasileira no processo de abertura política.

Dentre esses, a prática comunitária do esporte já vinha se constituindo num projeto utópico da população brasileira, nesse período de abertura política. O seu desenvolvimento natural já estava sendo processado por "organizações populares alternativas", bem como por iniciativas isoladas, construídas pelas comunidades.

Em quase todos os setores, após o golpe de 64, a sociedade brasileira começa a vivenciar um momento de movimento popular - movimento de massa - buscando formas próprias de expressão política.

Nesse contexto, a década de 70 foi significativa para a Educação Física brasileira. A implantação de novos cursos na área, a ampliação de atividades de pesquisa, a fundação de entidades científicas e de representações estudantis são exemplos típicos dessa época. Após a criação do Departamento de Educação Física e Desportos, começa a ser pensado um novo modelo que servisse de contraponto àqueles, tradicionalmente, em vigor dentro do contexto dessa sociedade, desde a criação da Divisão de Educação Física, através da Lei 378, de 13/01/37, do Ministério da Educação.

A idéia do "SER FORTE PARA FAZER UMA NAÇÃO FORTE"(1) ainda pairava junto à grande maioria dos profissionais da área. Os aspectos EUGENICOS e HIGIENISTAS(2) tinham presenças marcantes na prática da Educação Física, da mesma forma havia uma evidente discriminação na participação feminina, perceptível desde 1941, no Decreto-lei n 3199, de 14/04/41.
(3)

(1) Vide dissertação de mestrado de Sônia de Deus R. BERICITO. São Paulo: USP. Nov/1990.

(2) IBIDEM, p.77-117. Ver, também CASTELLANI FILHO. Educação Física no Brasil: a história que não se conta, p.53-63.

(3) Decreto-lei no.3199, de 14/04/41, publicado em D.O. em 16/04/41, que estabelece as bases da organização dos desportos no Brasil.

Dados quantitativos e qualitativos do "Diagnóstico da Educação Física/Desportos" realizado no Brasil e publicado, em 1971, pelos MEC/DED e MFCG/CNRH/IPEA⁽⁴⁾, demonstram-nos ser essa prática ineficiente e preponderantemente improvisada.

(4) O diagnóstico da Educação Física/Desportos no Brasil foi fruto de um convênio firmado, a 06 de maio de 1969, pelos Ministério do Planejamento e Coordenação Geral/CNRH-IPEA e Ministério da Educação e Cultura/Divisão de Educação Física, no sentido de elaborarem, conjuntamente, esse trabalho. Arlindo Lopes Corrêa, prefaciando o livro publicado em 1971, pelo MEC, a respeito desse tema, afirmou que o mesmo "foi uma consequência natural das preocupações do Governo Revolucionário com a política nacional de recursos humanos, dirigida no sentido de aperfeiçoar o homem brasileiro em todos os seus aspectos e melhorar sua qualidade de vida (...) Estando a Educação Física e Desportos ligadas intimamente às políticas de saúde e de educação, dado o seu papel condicionador da aptidão física da população, possuem vinculações com a política de bem-estar, em seus aspectos de lazer e recreação".

A equipe era supervisionada pelo Ten.Cel.Arthur Orlando da Costa Ferreira (Diretor da Divisão de Educação Física) e coordenada pelo Professor Lamartine Pereira da Costa. Os demais membros dessa equipe foram os Professores George Massao Takahashi, José Garcez Ballariny, o Dr. Ovidio Silveira Souza e a estagiária Lúcia Maria Jorge Lopes. Participaram, também, como pessoal de apoio administrativo Carmem de Vasconcellos (secretária), Leda Ventura Brandão, Vilson Pinto e Vitória Duarte Romariz.

Segundo o Secretário Executivo do CNRH/MFCG, Arlindo L.Corrêa, o Brasil, talvez, tenha sido, na época o único País do mundo a dispor de um "Diagnóstico de Educação Física e Desportos", elaborado com um "approach" de análise de sistemas e considerado como última palavra na técnica das ciências sociais.

O objetivo desse diagnóstico foi "levantar dados referentes a níveis e variáveis, definidos para a Educação Física/Desportos no Brasil, partindo de um modelo estabelecido por análise de sistemas, observando a realidade multidisciplinar".

O desporto escolar e o desporto classista eram desenvolvidos nos moldes da competição olímpica e normalmente baseados na seleção dos mais hábeis, dos campeões e/ou "dos mais bem-dotados". No nível superior, a situação era quase semelhante, porém com um agravante: havia uma participação extremamente reduzida avaliada em, apenas, 8% dos alunos matriculados.(5)

Dá para se perceber que tanto a Educação Física quanto o Esporte brasileiros, restringiam-se, em quase sua totalidade, até a década de 60, à práticas escolares de níveis médio e superior. Não obstante a obrigatoriedade legal da Educação Física nos cursos primários e médios, propalada na Lei 4.024(6), essas práticas foram avaliadas como "inexpressivas, inexistentes, assistemáticas e improvisadas".(7)

"A deficiência qualitativa incide seus maiores efeitos no referente à interpretação das atividades físicas como importante meio educacional, à circulação e transmissão de conhecimentos técnicos, aos relacionamentos dos diferentes elementos da organização desportiva comunitária e à ação governamental(..) no processo evolutivo do setor".(8)

(5) Diagnóstico da Educação Física/Desportos no Brasil, 1971, p.355, item 2,8.

(6) Artigo 22, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, de n .4024, de 20/12/61, publicada no D.O.U. em 28/12/61.

(7) Diagnóstico da Educação Física/Desportos no Brasil, 1971, p.353-355.

(8) IBIDEM, p.356.

Com relação às atividades físicas de lazer, algumas iniciativas isoladas eram verificadas. "O futebol pelada" foi considerada a prática mais solicitada e representava parcela importante da atividade esportiva nacional. A participação feminina na prática esportiva, formal ou não formal, também era, comprovadamente, inexpressiva. (p.356) Mesmo assim, com todos esses percalços, através desse diagnóstico,

"É possível comprovar um crescimento de importância no setor da Educação Física/Desportos no período de 1964/1970, como também localizar uma estruturação de valores sociais, predisposta a um desenvolvimento acelerado e de alta significação".

(MEC/IPEA/DED-1971:353)

Estas afirmações podem ser melhor entendidas a partir do momento em que modelos tradicionais vigentes na Educação Física (eugenismo, higienismo, olimpismo, prática discriminativa etc.) passaram a dar lugar a discursos diferenciados, onde aspectos voltados para a qualificação profissional e uma melhor preparação teórica dos profissionais da área, começaram a se fazer presentes.

Indicadores importantes são também apresentados, nesse diagnóstico da Educação Física/Desportos no Brasil (1971), procurando demonstrar um possível crescimento da área - Educação Física/Desportos -, no período de 1964 a 1970. Dentre os diversos exemplos, dessas afirmações, temos que "o número de estabelecimentos de ensino superior de Educação Fisi-

ca/Desportos devem aumentar, significativamente, em relação aos existentes nos anos anteriores, fazendo com que houvesse uma demanda crescente de professores diplomados e um decrescente número de professores leigos".(9)

A implantação de cursos de mestrados e especializações, bem como, a fundação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, na década de 70, também proporcionaram um avanço na construção teórica, uma ampliação nas atividades de pesquisa e o desencadeamento de um processo de críticas às bases dos pensamentos - positivista, funcionalista, estrutural-reprodutivista etc.- reinantes nessas áreas do conhecimento (Educação Física e Esporte).

Um outro fator importante registrado, foi o crescimento de indústrias de material, construção e instalações de Educação Física/Desportos/Recreação que, segundo o Diagnóstico da Educação Física/Desportos no Brasil (1971:353), apresentou um percentual de crescimento, a partir de 1964, de aproximadamente 135%, comprovando o interesse dessas indústrias, em relação a um mercado consumidor em desenvolvimento, resultado de um despertar de interesse do povo brasileiro pela prática das atividades físicas.(10)

(9) Diagnóstico da Educação Física/Desportos no Brasil, 1971, p.353.

(10) Ver quadros 17 a 23, do Diagnóstico da Educação Física/Desportos no Brasil, páginas 81 a 92, que apresentam dados quantitativos a respeito da evolução do número de indústrias de material, construção e instalação desportiva, no período de 1964 a 1969.

Tal comprovação ficou marcante quando essa prática de atividades esportivas, desenvolvidas pelas comunidades brasileiras, passaram a conquistar mais espaços e já não se restringiam aos finais de semana. Por exemplo: em Itapira (SP), sob a orientação do Professor Oscar de Campos e de um grupo de profissionais da Educação Física, aconteceu uma série de iniciativas esportivo-recreativas populares em que clubes, escolas, e logradouros públicos foram utilizados, pela população, para práticas adaptadas e simplificadas do esporte. Em Sorocaba (SP), O Professor Antonio Carlos Bramante, através de eventos integrados, implantou, naquele município, técnicas de ação comunitária, comunicação de massa e de produção de materiais adaptados. Exemplos dessa natureza vinham também acontecendo em outras regiões do País, estimulando e predispondo a população para uma prática espontânea do esporte no tempo livre. (11)

No final dos anos 60, com o chamado fenômeno COOPER, grande parte da população brasileira começou a pensar, também, nos benefícios da corrida de rua. Baseado no Cooper, um número acentuado de profissionais passou a vivenciar experiências diferenciadas em suas práticas, tanto a nível escolar, como comunitária.

(11) Ver outros exemplos no encarte "70 anos de Esporte Para Todos no Brasil", publicado pela Central de Difusão da Rede EPT.

Para COSTA & TAKAHASHI (1983:13) e TUBINO (1983:77), foi o fenômeno Cooper que reforçou uma tendência dos esportes buscarem bases científicas na sua preparação. Citam, como exemplo, a seleção brasileira de futebol, campeã mundial no México, em 1970, onde o Professor Cláudio Coutinho o introduziu como método de preparação física.

Segundo esses autores, tornava-se nítida a preocupação dos novos profissionais da Educação Física, quando adentravam no mercado de trabalho, em relação a essas novas práticas. Perspectivas diferentes daquelas vigentes na época passaram a povoar as discussões. Podemos até ressaltar, a título de exemplo, que o fenômeno Cooper teria estimulado, basicamente, aos profissionais da área a uma tendência para a busca de valores mais científicos e metodológicos, principalmente àqueles referentes à preparação para a prática do esporte (formal ou não formal). " Hoje em dia o termo Cooper já se constitui num neologismo da língua portuguesa e muito divulgado em todo o Brasil".(COSTA & TAKAHASHI-1983:2)

Nessa mesma época, com a "introdução do Treinamento Desportivo, como matéria desenvolvida por autores brasileiros e de iniciativas correlatas na área pedagógica, surgiu um movimento denominado de CIENTIFICO-PEDAGOGICO" (12).

(12) Lamartine Pereira da COSTA & George Massao TAKAHASHI. Fundamentos do Esporte Para Todos: 1983, p.2.

Essas evidências nos levam a crer que o movimento científico-pedagógico, juntamente com o crescimento dos praticantes do Cooper, foi um dos pontos de partida para o reconhecimento e a fixação de novos métodos e técnicas para a Educação Física e o Esporte brasileiros, a partir dessa década.

COSTA & TAKAHASHI (1983) afirmam que a provável renovação teórico-prática verificada nessas áreas, a partir de 1967, recebeu influências de três "forças" principais: CIENTIFICA, PEDAGOGICA e a do MOVIMENTO ESPORTE PARA TODOS (13).

Para esses autores, a CIENTIFICA foi fruto da ênfase dada ao Treinamento Desportivo, à fundação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, à ampliação das atividades de pesquisa, à criação de cursos de pós-graduação, ao convênio Brasil/Alemanha que proporcionou o intercâmbio de profissionais e a implantação de laboratórios de fisiologia do esforço na USP, UERJ, UFRS e diversas outras Universidades.

A PEDAGOGICA, teve seu início com o surgimento de novas técnicas de ensino-aprendizagem, inspiradas, principalmente, em FARIA JUNIOR, após a publicação de seu livro "Introdução à Didática da Educação Física". Essa obra, segundo COSTA (1992), foi o marco inicial de um movimento em torno de uma pedagogia com fundamentação educacional na Educação Física, sem fixar-se em metodologias de exercícios físicos.

(13) Vide: Fundamentos do Esporte Para Todos: 1983, p.2.

Paulo Freire, Saviani e Gadotti foram outros autores que exerceram influências na prática pedagógica da Educação Física. Suas obras orientavam para ações educativas em prol de uma pedagogia de maior sentido de libertação, onde educadores e educandos, através do "jogo do saber" deveriam assumir os riscos dessa educação. A escola, longe de ser aquele ambiente de alienação e repressão, deveria ser o espaço para que esse "jogo do saber" se concretizasse.

O MOVIMENTO ESPORTE PARA TODOS, com suas técnicas alternativas menos formais, surgiu como uma espécie de elemento estimulador, tanto para a Educação Física, como para o Esporte, desenvolverem práticas mais popularizadas.

Detendo-se mais especificamente no MOVIMENTO ESPORTE PARA TODOS, esses autores afirmam: a) Que este "surgiu naturalmente por diversas iniciativas isoladas, nos anos 70, demonstrando, assim, que sua geração devia-se mais a um momento histórico propício do que à iniciativa dos pioneiros"; b) Que o Esporte Para Todos (EPT) "foi, inicialmente uma expressão genérica usada para designar a filosofia dos diferentes movimentos surgidos na Europa, na década de 60, e adotada, até hoje, pela UNESCO, CONSELHO DA EUROPA, FIEP e outras organizações internacionais, com a finalidade de difundir a importância da prática do esporte no lazer comunitário".(14)

(14) Lamartine Pereira da COSTA & George Massao TAKAHASHI. Fundamentos do Esporte Para Todos: 1983, p.2.

O EPT E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA:

Analisando o discurso do EPT e utilizando, principalmente, as publicações da SEED e a Revista Comunidade Esportiva como referenciais, CAVALCANTI (1984:p.107) afirma que a "análise do discurso sobre o Esporte Para Todos, através de documentos internacionais e nacionais, procuram revelar, em sua essência, uma construção ideológica, na medida em que procura dissimular as desigualdades sociais, representar uma nova religião, ser expressão da consciência tecnocrática, procurando atuar como fator de dependência sócio-cultural a serviço da despolitização da massa (...) é um produto específico da sociedade industrial, estando marcada por ambiguidades inerentes ao processo de industrialização (...) é um instrumento ideológico de domínio do tempo livre, que mantém, em sua essência, todos os elementos estruturais do esporte formal".

Afirma também essa autora:

"A proposta de democratização do esporte não formal para a ocupação do tempo livre é, sobretudo, uma proposta de antilazer".(15)

(15)Kátia Brandão CAVALCANTI. Esporte Para Todos: um discurso ideológico, 1984, p.68.

Em seu discurso, sobre o Esporte Para Todos. CAVALCANTI (1984), apresenta uma série de afirmações - em alguns momentos reducionistas, em outros muito generalistas - defendendo a idéia de que "o EPT, enquanto fenômeno ainda precisa ser descoberto; enquanto discurso, precisa ser desvelado".(16)

Continuando com sua linha de pensamento, essa autora alega, também, que "a recentidade do fenômeno Esporte Para Todos impõe, por si mesma, a primeira restrição de toda sua abrangência. (...) a produção teórica sobre a Educação Física e Esporte, de um modo geral, ainda é muito precária (...) Por outro lado, o discurso sobre o Esporte Para Todos encontra-se ainda em fase de elaboração, sendo bastante fragmentado e incompleto, impondo assim riscos à interpretação".(17)

(16)CAVALCANTI, K.B. 1984, p.22.

(17)IBIDEM, p.23-24

Um outro autor que faz alusão ao EPT é CASTELLANI FILHO (1988:p.116-117). Em seu livro "Educação Física no Brasil: a história que não se conta", o mesmo, conceitua esse movimento EPT como sendo "o braço direito do desporto de massa, apresentado como uma proposta do esporte não formal, que encontrou um campo fértil em nosso País, a partir da necessidade sentida pela "classe governante" de tentar convencer os segmentos menos favorecidos da população de que o desenvolvimento econômico, propalado na "fase do milagre" tinha seu correspondente no campo social".

Continua, ainda, afirmando esse autor de que a "falácia do pressuposto básico do EPT (melhoria da qualidade de vida) transformou-se em alvo de críticas por parte de estudiosos do assunto, que se traduziram, na certeza, do desvelamento da intenção intrínseca ao discurso e prática do EPT, de mascarar a característica classista da estrutura social brasileira".(18)

(18)Lino CASTELLANI FILHO. Educação Física no Brasil: a história que não se conta, 1988, p.116-117. Esta citação consta da nota de rodapé que faz referência ao artigo "O Esporte e a Nova República", publicado na Revista Corpo & Movimento, (47):7-10, do mesmo autor.

Esse autor, com a ânsia demonstrada de tentar "reinterpretar a História da Educação Física no Brasil", perdeu-se em seu universo de análise ao procurar adotar uma postura um tanto maniqueísta. Na sua abordagem, feita sobre o EPT, dá para se perceber claramente a falta de uma consistência teórica, capaz de formular questionamentos coerentes para a análise desse movimento. Afirmações do tipo: "braço direito do desporto de massa (...) que encontrou campo fértil (...) a partir da necessidade da CLASSE GOVERNANTE (...) na fase do milagre", ou então, "falácia do pressuposto básico do EPT (melhoria da qualidade de vida)", além de outras, transformaram-se num discurso vazio e reducionista, sem conseguir fornecer dados suficientes para a literatura que permitissem identificar uma nova interpretação sobre EPT no Brasil.

Nelson MELLO e SOUZA, em seu artigo O "Esporte Para Todos" e o direito de crítica, também formula uma série de críticas ao Movimento EPT. Esse autor fundamenta-se em seis pontos distintos e confusos para defender suas idéias. Em um desses pontos afirma:

"O Esporte Para Todos, como o antigo Sacro Império Romano-Germânico, que não era 'Sacro', nem era 'Império' e nem 'Romano-Germânico', não nos parece 'esporte' e não é 'para todos'. Seu conteúdo de 'classe média' é visível, embora outras classes tenham acesso a sua prática, com presença muito menos marcante(...)"(19).

(19)Ver Revista Sprint, de set/out/1984, p. 237 a 239. Palestra apresentada na Câmara dos Deputados, Brasília/1984.

Partindo de uma conceituação muito reducionista do "esporte", esse autor tenta demonstrar a não existência de um esporte não formal e, conseqüentemente, a inadequação da expressão "Esporte Para Todos", considerando-a como um "nome ilusório". Trata-se de mais um discurso vazio sobre o EPT, pois os argumentos defendidos por esse autor ficam, apenas, no campo das hipóteses e em afirmativas não devidamente comprovadas.

Estas críticas apresentadas por MELLO e SOUZA foram rebatidas por Lamartine Pereira da COSTA quando este pesquisador participou, em 1984, como palestrante do "Ciclo de Debates: Panorama do Esporte Brasileiro", na Câmara dos Deputados, em Brasília. Fazendo uma análise histórica a partir do Decreto nº 3.199, COSTA conceituou o EPT como "um fenômeno de mudança no sentido dos Desportos e da Educação Física em geral, que possui uma metodologia própria e, por suas características, subverte o paradigma tradicional da Educação Física e dos Desportos".(20)

(20)Lamartine Pereira da Costa, pesquisador brasileiro, autor de 90 obras, expert em EPT, que em 1973, após participar das "jornadas Internacionales de Estudio sobre del Deporte", em Buenos Aires, apresentou, em 1973, pela primeira vez no Brasil, as idéias sobre o EPT a profissionais de Educação Física, em um encontro realizado no Rio de Janeiro. E, também, um dos responsáveis pela implantação da Campanha Esporte Para Todos (MOBRAL) no Brasil, em 1977.

Complementando suas idéias sobre o Esporte Para Todos, COSTA afirma ser este "qualquer atividade desportiva que não seja praticada nas condições de alto nível, mas que lhe possa servir de apoio quando assim for desejável (...). É uma expressão usada para designar a filosofia dos diversos movimentos surgidos na Europa, na década de 60, buscando uma maior informalidade e procurando descaracterizar a elitização crescente da atividade esportiva" (21)

"O EPT é a versão não formal da Educação Física e dos Desportos que deve conviver com a versão formal, para a realimentação e benefícios mútuos. O não formal é a alternativa dialética do formal, conduzindo este último a uma revisão crítica contínua e, portanto, a um desenvolvimento real e não a um simples crescimento de atividades". (22)

(21) Lamartine Pereira da COSTA. Princípios do Esporte Para Todos. In Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa, 1981, p.10-16.

(22) Lamartine Pereira da COSTA & George Massao TAKAHASHI. Fundamentos do Esporte Para Todos, 1983, p.6.

As idéias emitidas por COSTA, provavelmente, seja mais uma tentativa de proposição de um novo modelo alternativo para a Educação Física e o Esporte brasileiros. Para tal, esse pesquisador procura embasar seus argumentos em experiências vivenciadas e adquiridas através do movimento Esporte Para Todos nacional e internacional. A expressão "Esporte Para Todos" é a simbologia utilizada por esse autor para caracterizar as versões "não formal" e "informal" da Educação Física e do Esporte, como um processo dialético (de interrelacionamento) com suas práticas formais.

Essa postura adotada por COSTA é contestada por CAVALCANTI, que defende a tese de que "a simplificação do esporte, para permitir uma maior participação, é uma condição funcionalista de compensação que transformou-se num discurso ideológico para mascarar situações dentro da sociedade, menosprezando os fundamentos filosóficos, sociológicos e psicológicos, sem questionar o seu significado para o homem e a sociedade". (23)

Mais recentemente, SANTIN (1990:95-96), fazendo uma reflexão sobre o EPT, afirmou o seguinte: "o movimento Esporte Para Todos não possui uma organização uniforme, a sua nomenclatura é muito variada e os seus objetivos são bastante difusos".

(23) Kátia Brandão CAVALCANTI. Esses são, basicamente, alguns dos questionamentos levantados por essa autora, os quais se transformaram no foco de estudo do seu livro "Esporte Para Todos: um discurso ideológico".

Continuando sua reflexão esse autor ainda afirmou que "o EPT espalhou-se rapidamente graças ao apoio governamental e aos meios de comunicação de massas. O EPT já sofreu vários percalços e, hoje, parece ter entrado em crise fatal. Tal situação pode ser creditada a dois aspectos que afetaram o EPT desde sua implantação. Em primeiro lugar, o EPT não surgiu como uma exigência de consciência individual ou social. Em segundo lugar, seus objetivos nunca foram suficientemente esclarecidos (...) houve maior preocupação em copiar a organização e reproduzir as práticas esportivas. Pouca atenção foi dada à filosofia e à pedagogia dos esportes de massa (...) No Brasil, o EPT não emergiu de situações concretas (...) por isso nunca discutimos os seus objetivos. Aceitamos o decálogo da mesma maneira como os hebreus receberam as tábuas da Lei de Moisés".(24)

As problematizações levantadas por SANTIN, apesar de se encontrarem num plano puramente teórico, apresentam questões que merecem ser reestudadas. Por exemplo: os problemas relacionados com a organização, a nomenclatura e os objetivos do EPT brasileiro etc. No entanto, essas problematizações caracterizam-se, também, em afirmações vazias, que não constituem provas, ou melhor, em "afirmações que não substituem provas" e ficam exclusivamente no campo das hipóteses.

(24) Silvino SANTIN. Pensando alternativas possíveis do Esporte Para Todos. In Educação Física: outros caminhos, 1990, p.95-96.

Através de seu encarte "70 Anos de EPT no Brasil", publicado pela Central de Difusão, a Rede Esporte Para Todos tenta explicar a multiplicidade de interpretações e definições existentes sobre esse movimento EPT, aos seus aspectos característicos de não formalidade e informalidade, bem como "pela prática de atividades físicas e esportivas sem excesso de formalização, com regras simples e flexíveis nos jogos e com padrões simplificados na movimentação individual. Tenta demonstrar ser o EPT um esporte mais recreação do que competição e/ou seleção dos mais capazes, que ajustado para a maior participação possível, não depende de equipamentos nem instalações especiais, usando, de preferência, materiais locais adaptados e o chamado espaço comunitário, de acesso a qualquer pessoa".(25)

Na realidade, esse encarte dá, apenas, uma visão utilitarista e muito simplista do EPT, enquanto movimento de demanda social, sem qualquer aprofundamento, além de apresentar fortes influências de idéias defendidas por Lamartine Pereira da COSTA, publicadas a partir do livro "Teoria e prática do esporte comunitário e de massa"(1981).

(25) Encarte 70 Anos de Esporte Para Todos no Brasil: tradição e renovação da Educação Física e do Esporte. Este documento foi publicado pela Central de Difusão da Rede Esporte Para Todos, com textos de Lamartine Pereira da Costa et alii, extraídos da Rede EPT e da Revista Comunidade Esportiva. O patrocínio foi da SEED/SUEPT/MEC, Brasília, 1984. O mesmo foi distribuído para todo o Brasil com a finalidade de divulgar junto às comunidades e instituições, a filosofia adotada pelo movimento EPT. Era utilizado, também, para a capacitação de recursos humanos, na formação do Agente EPT.

Igualmente podemos constatar que as análises feitas pelos diversos autores brasileiros sobre o EPT e as várias versões de nomenclaturas e interpretações apresentadas sobre esse movimento no Brasil, ainda não conseguiram esclarecer determinados fatos inerentes à sua historicidade. Podemos citar como exemplo as idéias defendidas por COSTA e pela própria Rede EPT, que não condizem com as idéias de CAVALCANTI, nem muito menos com as de CASTELLANI FILHO, MELLO E SOUZA e chocam-se, em muitos aspectos, com as idéias de SANTIN. E todas essas idéias não condizem a realidade experimentalmente vivenciada pelo EPT. Afirmamos isso porque, segundo o que nos apresentam os fatos estudados sobre esse movimento, bem como a nossa própria experiência, não existiu, apenas um tipo de Movimento EPT, mas vários Movimentos EPT's, tendo em vista a sua pluralidade de ações as quais eram identificadas em cada comunidade por suas práxis localistas. Foram práxis históricas, muitas vezes diferentes e contraditórias daquelas apregoadas pelas leis, pelos documentos, enfim, até mesmo pela sua conceituação e objetivos básicos.

Ora, partindo do princípio de que o conceito é a compreensão da coisa e que compreender a coisa significa conhecê-la a estrutura, podemos admitir ser este mais um dos exemplos claros de "ambiguidade conceitual" sobre o EPT. Para nós, conhecer o Movimento Esporte Para Todos significa conhecer a sua estrutura, a sua História, a decomposição do seu todo. E, também, conhecer a sua práxis utilitária -

culturalmente vivenciada no dia-a-dia dos homens - e a sua práxis transformadora e de contraposição aos modelos vigentes.

Assim sendo, a reconstituição da História do EPT, converte-se em um fator de relevância para a sua historiografia, em função da carência de informações ainda existente nessa área e por tratar-se de um processo de reinício necessário de exposição e explicitação para a tentativa de apreensão da lógica interna desse movimento no Brasil.

A necessidade de se reescrever a História do EPT, está também em função de se buscar novas perspectivas que nos permitam perceber o seu significado dentro do macro sistema da Educação Física e do Esporte. Segundo SCHAFF (1974), essa necessidade deve-se ao fato de que "a História nunca está definitivamente acabada, ela é um processo cumulativo de verdades" (26) e o EPT é parte integrante desse processo por seu acúmulo de verdades relativas dentro do seu marco histórico.

(26) Adam SCHAFF, História e Verdade, 1974, p.226.

Com base nesse marco de entendimento, apesar de ter sido o EPT um movimento distintivo, com características emancipatórias e de contraposição aos modelos vigentes na Educação Física e no Esporte brasileiros, ainda não podemos considerá-lo como um novo paradigma dentro dessas áreas, pela falta de uma maior consistência teórica, a nível epistemológico, dos seus pressupostos gnosiológicos, ontológicos e históricos. Todos esses, ainda são fatores que podem justificar as ambiguidades conceituais existentes, na literatura, sobre sua gênese.

- O EPT: SUA GENESE

Enquanto um movimento na História da Educação Física, o Esporte Para Todos, segundo sua historiografia, desde 1967, tem recebido inúmeras conceituações.

Frequentemente, o EPT tem sido caracterizado como reflexo de influências internacionais, que trata de aspectos relacionados à "versão não formal da prática do ESPORTE. (27)

(27) A análise da questão do não formal na Constituição Federal de 1988, é feita da seguinte forma: "na verdade o que se chama hoje de esporte não formal na Constituição Federal de 1988, nada mais é do que a prática recreativa de jogos e exercícios físicos entre as diversas opções de lazer que se produzem nas comunidades. A legitimação institucional desta prática(...)tem passado nas últimas décadas no Brasil da prática não institucionalizada - isto é: originada espontaneamente da população como manifestação cultural - para a prática de eventos organizados, produzidos ou patrocinados por entidades governamentais, com bases em iniciativas locais. (Ver: BRASIL/MEC/SEED. Esporte não formal: propostas de programas para municípios, p. 7).

Desta maneira, internacionalmente, o esporte não formal tem recebido uma enorme variedade de denominações, tais como: TRIM, TRIMMY, CONTAMOS CONTIGO, PARTICIP-ACTION, FIT-AKTION, SPORT FOUR TOUR, DEPORTE POR TODOS, LIFE BE IN IT, ESPORTE PARA TODOS, entre outras. Todas essas denominações o definem como uma transição entre as práticas competitivas de alto desempenho e a recreação de pessoas comuns.

Para DIECKERT (1984), todas essas denominações procuram transmitir informações e esclarecimentos a respeito de que "o esporte não se limita à competição entre excelentes atletas, mas representa uma oportunidade e também uma tarefa a realizar por qualquer indivíduo, de que a prática do esporte é uma questão pessoal, de que pode ser realizada independentemente de normas e regras genuínas do esporte de competição de alto nível. Podendo ser praticado em qualquer lugar e a qualquer hora, por qualquer pessoa, homem ou mulher, jovem ou velho".(28)

Continuando no nível internacional, a historiografia nos demonstra ter o movimento Esporte Para Todos surgido, inicialmente, na Noruega, em 1967, tendo como seu idealizador PER HAUGE-MOE.

(28) Jurgen DIECKERT. Esporte de lazer: tarefa e chance para todos, p.1.

Este programa foi planejado para um período de cinco anos de introdução e dez anos de realização, ou seja: de 1967 a 1972 (introdução) e 1972 a 1982 (realização). O mesmo recebeu a denominação de TRIM, como uma simbologia representativa da prática lúdica e não formal das atividades físicas e esportivas para os momentos de lazer da população norueguesa.

As bases de sustentações da Campanha TRIM foram os meios de comunicação de massa, os quais recebiam orientações para não se restringirem, nem concentrarem num único projeto.

Através de um forte trabalho de marketing, da mesma maneira que essa campanha foi apresentada à população ela foi vendida para 500 (quinhentos) clubes esportivos, espalhados nos 20 (vinte) distritos existentes por todo o país.

Essas idéias norueguesas passaram, como se por uma espécie de contágio, para outros países da Europa que desenvolveram estratégias próprias, de acordo com as características culturais, anseios e necessidades de seus povos.

Na Alemanha, foi onde o Esporte Para Todos recebeu uma forte organização. A denominação da campanha recebeu a simbologia TRIMM que se utilizou de um personagem de "cartoon" batizado por TRIMMY.

A campanha TRIMM, da República Federal da Alemanha, iniciou em 16 de março de 1970 e seu idealizador foi JURGEN PALM.

Em três anos essa campanha conquistou o país e se tornou conhecida por, aproximadamente, 93% da população.

Partindo de estudos sobre os custos das consequências da inatividade nas doenças do coração e circulação, verificou-se a importância da prática preventiva do esporte no nosso mundo.

Pesquisadores do Instituto de Medicina Esportiva, da Universidade de Berlim, afirmaram que "as doenças cardiovasculares causadas pela inatividade, custam um total de 10 bilhões de marcos ou US\$ 4 bilhões". Estes números foram muito significativos, principalmente, quando chegaram à conclusão de que "cada trabalhador era obrigado a pagar, aproximadamente, 200 marcos por ano para financiar estes custos. (29)

Constataram, também, que a inatividade física é tão nefasta e cara que nenhuma nação pode se dar a esse luxo. Como exemplo citam que pessoas de profissões sedentárias, tais como executivos, juizes, advogados, professores, médicos, entre outras, possuem uma mortalidade prematura de 5.7% mais alta do que entre trabalhadores com profissões mais ativas, tais como: carteiros, mineiros, pedreiros, fazendeiros etc.

(29)Jurgen PALM. "A visão e a realidade". Artigo publicado na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos. Revista especial-jul/dez de 1977. Ano 9 - n 35, p.28.

Outro fator importante detectado nesse estudo foi que "não é somente a inatividade que faz mal à saúde, mas também a monotonia e rotina de profissões que envolvem atividades como as desenvolvidas na agricultura e na indústria".(30)

Para o Professor MURAROV, da Universidade de Kiev, a inatividade física tem crescido extraordinariamente, acompanha o progresso da tecnologia, na indústria, no comércio e nos lares. O uso muscular havia diminuído, nos últimos 100 anos, de aproximadamente 90% do total de energia expedita, para 1%. "As gerações de hoje passam 150.000 horas, de suas vidas, sentadas", (31) ou 17.36 anos, se levarmos em conta de que o ano possui, aproximadamente, 8.640 horas.

De acordo com PALM (1977), "a inatividade física deve ser combatida com a mesma intensidade com que se combate o analfabetismo".(32)

As conclusões a que chegaram os pesquisadores do Instituto de Medicina Esportiva, da Universidade de Berlim, sensibilizaram vários outros países, dentre estes, o Brasil.

(30) Jurgen PALM. Visão e realidade. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, 1977, n 35, p.28.

(31) IDEM

(32) IDEM

O E.P.T. NO BRASIL:

A idéia da campanha TRIMM foi, inicialmente, discutida na América Latina, por Jurgen PALM por ocasião das Jornadas Internacionales de Estudio Sobre el Deporte, realizadas em 1973, em Buenos Aires. Participaram deste evento, como representantes do Brasil, os Professores Lamartine Pereira da COSTA e Otávio TEIXEIRA.

Os encontros mantidos com PALM, estimularam os profissionais brasileiros a se empenharem, no período de 1973 a 1975, para a inclusão das idéias do Esporte Para Todos no Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED), que estava sendo discutido no Departamento de Educação Física e Desportos (DED), do Ministério da Educação e Cultura.

Em contato, também, com a Rede Globo de Televisão, Lamartine Pereira da COSTA propôs, a essa empresa de comunicação, a adoção, pela Campanha Mexa-se, das idéias do EPT, tendo em vista o seu grande caráter mobilizador.

Através da Lei 6.251, de 08/10/75, o PNED foi oficializado, onde o EPT já estava incluído, dentre suas prioridades, com a nomenclatura oficial de DESPORTO DE MASSA.

Esta denominação "Desporto de Massa" foi analisada por COSTA (1977:6), com base nos seguintes pressupostos e características:(33)

(33)Ver: Implantação e desenvolvimento da Campanha Esporte Para Todos no Brasil. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, revista especial jul/dez/1977, no.35, p.6.

- Pelo rápido crescimento deste fenômeno a nível internacional;

- Porque as atividades de LAZER já estavam em posição de prioridade nos grupos sociais desenvolvidos, e de alternativa para o tempo livre nos subdesenvolvidos;

- Porque as práticas esportivas, pela simplicidade e tendências naturais, passaram a se tornar um dos principais meios para o lazer;

- Porque, dentro de uma apreciação mais profunda, justificava-se por suas dimensões sociais, psicológicas, econômicas, políticas e de saúde.

DIMENSÕES SOCIAIS, reconhecidas pela urbanização acelerada verificada, principalmente nos grandes centros - onde o processo de massificação cultural sofre resistência de grupos sociais; pelo acelerado crescimento da "marginalização" de alguns estratos populacionais; e, pela ampliação do tempo livre (tempo disponível) - como resultado do desenvolvimento tecnológico. Estes foram os fatores sociais, identificados pelo Desporto de Massa como, os mais comuns.

As DIMENSÕES PSICOLÓGICAS foram conceituadas como "arquetipo" (modelo, padrão) do prazer, da competição, do jogo e como "inconsciente coletivo" sublimador de cada grupo social.

DIMENSÕES ECONÔMICAS - tendo em vista a maior "demanda no mercado de lazer vis-a-vis", bem como pela maior oferta de propaganda nos meios e atividades desportivas, turismo, etc.

DIMENSÕES POLITICAS - pela "exaltação da nacionalidade e de apoio ao governo".

DIMENSÕES DE SAÚDE - em torno do maior esclarecimento da população sobre os benefícios da atividade física, da vida ao ar livre, do aconselhamento médico-educacional e os malefícios da inatividade física tão crescente em nossos dias.
(34)

- Porque o esporte era conceituado como o mais universal traço de união entre as divergências características da realidade (ideológica, cultural, social, de desenvolvimento, de idade e sexo, de renda).

Dessa forma, o Desporto de Massa, já oficializado no Brasil, pela Lei 6.251, e motivado pela campanha Trimm, encontrou três grandes pontos de apoio: motivação, agente e organização, tendo no Movimento Brasileiro de Alfabetização o seu órgão executor. No entanto, essa Instituição nunca adotou a expressão "Desporto de Massa".

34) L.P.da COSTA, com relação a essas dimensões, faz referência "à notável convergência dessas diferentes interpretações sobre a natureza positiva da prática esportiva (...) e procura excluir algumas resistências válidas para os exageros (seletividade excessiva, profissionalização exacerbada, exaltação institucional e do espetáculo em lugar da participação etc)". (Ver texto: "Implantação e desenvolvimento da Campanha Esporte Para Todos no Brasil", publicado na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, 1977, no. 35, p.6)

"De fato, a Lei 6.251 adotou a expressão. Mas o MOBREAL fez uma 'Campanha Esporte Para Todos' e não de 'Esporte de Massa'. E claro que referências oficiais falavam na Lei, mas a idéia de 'massa' jamais foi usada pelo MOBREAL".

(COSTA - 1991)(35)

O MOBREAL foi escolhido por ter sido uma entidade que já realizava trabalho de alfabetização nas comunidades. Por ser, ainda, uma organização polivalente que já desenvolvia programas de educação para adultos, de atividades culturais e de desenvolvimento comunitário. Por já atingir mais de seis milhões de pessoas e 3.953 municípios brasileiros (dados de 1975), além de possuir um movimento descentralizado, em células autônomas municipais.

Havia ainda, no Movimento Brasileiro de Alfabetização uma participação de 35 mil voluntários, a maioria dos prefeitos, monitores gratificados (totalizando 160 mil pessoas por ano).

Além desses, 2 mil assalariados CLT, em todos os Estados e Territórios, assumiam funções de supervisores, itinerantes, indutores de ação comunitária e treinadores de voluntários e monitores.

(35) Depoimento prestado por L.P.COSTA, a este autor, em 7/12/91.

Além do exposto, o MOBRRAL já desenvolvia atividades básicas de sustentação, possuía um apoio logístico muito sólido, tendo também à sua disposição recursos financeiros, aproximados de 32,5 milhões de dólares, advindos de várias fontes, ou sejam:

13,5 milhões de dólares da loteria esportiva,

17,5 milhões de dólares de renda de empresas,

1,5 milhões de dólares de outras fontes públicas e privadas. (36).

A intencionalidade operante e de estratégia utilizada baseava-se no seguinte: o MOBRRAL organizava as comunidades no sentido das atividades esportivas e, em proveito disso, acionava mobilizações para a solução de outros problemas relacionados com o movimento de alfabetização.

(36) Estas informações foram baseadas nas descrições feitas por L.P.COSTA, em seu texto "Implantação e desenvolvimento da Campanha Esporte Para Todos no Brasil", publicado na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, 1977, no.35,p.12.

As cifras, aqui demonstradas, foram apresentadas no texto original em Cr\$ 1,00. A sua dolarização foi de iniciativa deste autor, com o objetivo de tentar refletir melhor esses montantes em nossos dias. Para tal, foi utilizada, como referencial, a taxa cambial de compra do dólar, no valor de US\$ 12.980 em relação ao Cr\$, cotada no dia 09/03/77 - mês e ano da implantação do EPT no Brasil - e publicada pelo Banco Central do Brasil. (Vide: Quadro VI.8-Taxa Cambial do Dólar de 1977. Boletim do Banco Central do Brasil, volume 13, no.12, Brasília: Departamento Econômico, dez/1977, p.220).

Expressões do tipo "ESPORTE E EDUCAÇÃO. ENCAMINHE UM ANALFABETO AO MOBREAL". "O BRASILEIRO AGORA VAI PRATICAR ESPORTES ATE POR ESPORTE". "ESPORTE PARA TODOS. UM MOVIMENTO COM ESPIRITO ESPORTIVO. MUITO ESPORTISTA". "ESPORTE E EDUCAÇÃO. PRATIQUE ESPORTE. VOCE SO VAI SAIR GANHANDO". "NA PRÁTICA, A PRÁTICA DO ESPORTE. ANTES TARDE DO QUE NUNCA", dentre outras dezenas, foram utilizadas por essa instituição para a mobilização da comunidade em torno de seus objetivos.

O resultado apresentado, foi o envolvimento de, aproximadamente, 6 milhões de pessoas participando diretamente da campanha, nos 3.953 municípios brasileiros. Também participaram: 66 jornais, 60 estações de rádio, 30 emissoras de televisão e 2 mil patrocinadores.

"(...)é importante realçar, no exame dos meios e fins do MOBREAL, que o aproveitamento das condições organizacionais e experiência de funcionamento já existentes para uma ação esportiva de massa não é apenas no sentido de consolidação de imagem junto a opinião pública. Trata-se, também, de atendimento a reivindicações dos grupamentos onde o MOBREAL tem exercido suas ações de desenvolvimento".(37)

(37) L.P.da COSTA. Implantação e desenvolvimento da Campanha Esporte Para Todos no Brasil, 1977,p.11.

O evento de impacto foi, inicialmente, a principal estratégia utilizada para a mobilização, para a adesão em massa e para a divulgação da campanha e de seus eventos.

O termo "evento de impacto" foi utilizado para representar as promoções da Campanha EPT, de uma única atividade realizada, simultaneamente em todo o País, que objetivava buscar o sentimento de adesão de grande quantidade de pessoas. Os objetivos preliminares da campanha foram "estimular a prática de atividades físicas informais, com base na iniciativa local, bem como, dosar uma abrangência nacional com iniciativas locais, usando a massa como mídia principal, para a mobilização e motivação de participantes".(38)

Um outro exemplo típico de campanha de comunicação e mobilização de massa, vivenciado durante quatro meses no Brasil, anterior à Campanha Esporte Para Todos, foi a MEXA-SE. Esta campanha foi de iniciativa da Rede Globo de Televisão, em 1975, podendo ser enquadrada em suas origens, "a pressão intuitiva ou consciente, para a mobilização da população brasileira no sentido da atividade física. (...) Foi o primeiro grande empreendimento de abrangência nacional semelhante à Campanha Trimm".(39)

(38) L.P.da COSTA. Implantação e desenvolvimento da Campanha Esporte Para Todos no Brasil. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, 1977, no. 35, p.10.

(39) IBIDEM,p.7.

Para COSTA (1977), a Campanha MEXA-SE, "em termos de comunicação foi sucesso, mas em termos de eficácia permaneceram dúvidas, predispondo, apenas, o espectador, mas não garantindo a mudança de hábitos (...) Falta à MEXA-SE a complementação com agentes de mudança".(40)

A Prefeitura de São Paulo, a partir de iniciativas de Caio Pompeu de Toledo, passou a desenvolver, também, em 1975, promoções de mobilização de massa. Dentre essas, um passeio à pé, que segundo seus promotores, mobilizou, em números aproximados, 150.000 pessoas e um passeio ciclístico com, mais ou menos, 80.000 pessoas.

A diferença verificada entre a "Mexa-se" e a Campanha desenvolvida pela Prefeitura de São Paulo estava relacionada com a sua gênese. A Prefeitura, "teve sua gênese própria, com princípios autônomos que influenciou a própria Campanha EPT do MOBREAL"(41), enquanto que a "Mexa-se" foi toda baseada em um trabalho pré-estabelecido de marketing.

Outro exemplo dessa natureza, que marcou a década de 70, mais especificamente o ano de 1976, foram as promoções realizadas, em todo Brasil, pela FUNDAÇÃO MUDES.(42)

(40) L.P.da COSTA. Implantação e desenvolvimento da Campanha Esporte Para Todos no Brasil. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, no. 35, 1977, p.7.

(41) L.P.da COSTA. Depoimento prestado ao autor em 07/12/91.

(42) Entidade privada, com sede no Rio de Janeiro, orientada para projetos de desenvolvimento social. A partir de 1976, o grupo MUDES, segundo COSTA (1977:9), tentou encontrar caminhos nacionais na conformidade da filosofia e dos modelos de operação do Esporte Para Todos Internacional.

No trabalho desenvolvido por essa fundação, a participação popular, também, foi significativa, porém, sem aqueles impactos que aconteciam com os eventos promovidos pela Prefeitura de São Paulo e, até, pela própria Campanha MEXA-SE, da Rede Globo de Televisão.

As atividades promovidas pela Fundação MUDES, eram diversificadas e orientadas por monitores em diferentes locais. A comparação entre os casos citados -MEXA-SE e PREFEITURA DE SÃO PAULO (1975) e MUDES (1976)- apresentaram aspectos fundamentais. Por exemplo: a participação em massa aparecia como geradora de um processo em que a massa servia de meio de motivação e mobilização de si mesma, levando-se em conta de que:

"uma grande participação popular de uma atividade esportiva ao alcance de todos é sempre uma promoção de impacto. Esta, por sua vez, constitui uma notícia que mobiliza os meios de comunicação de massa. A cobertura daí surgida induz a uma maior participação, fechando o ciclo do processo, que passa a depender da organização que lhe deu origem. (...) a massa pode ser um meio de comunicação, mas sempre dependente de outros meios que lhe dão origem e orientação. O fenômeno, no caso, é de realimentação: a massa necessita de um espelho que mostre sua própria força, sua vontade e seu sucesso". (43)

(43) Lamartine Pereira da COSTA. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, n.35, 1977, p.9.

Demonstraram, também, algumas características fundamentais: (vide quadro I, com interpretações de Lamartine Pereira da COSTA e adaptado por este autor).

QUADRO I - CARACTERÍSTICAS DE ATIVIDADES, SEGUNDO INSTITUIÇÕES

MEXA-SE E PREFEITURA DE SAO PAULO - 1975	FUNDAÇÃO MUDES 1976
- Suas promoções foram baseadas em eventos de impacto.	- Eventos diversificados com a orientação de monitores junto às comunidade (de sustentação).
- Fundamentada na pressão intuitiva ou consciente para a mobilização da população no sentido da atividade física.	- Fundamentada na filosofia e nos modelos de operação do EPT internacional.
- A participação em massa gerou processo em que a massa servia de meio e mobilização de si mesma com o auxílio de outros meios (fenômeno de realimentação que mostre sua FORÇA, VONTADE E SUCESSO).	- Ênfase nos aspectos da subjetividade e na emoção, para enfatizar o valor da massa como mídia e para a mudança de hábitos.
- Grande cobertura dos meios de comunicação de massa.	- Divulgação por monitores nas comunidades, com o auxílio de mídias.
- Teve curta duração	- De média duração

Em se tratando do movimento Esporte Para Todos, a ênfase foi, também, dada à massa como mídia e teve "na emoção e na subjetividade, as suas características marcantes que ofereciam, até mesmo em grau maior que os demais meios de comunicação, vantagens com relação à predisposição para mudança de hábitos". (44)

(44) L.P.da COSTA, 1977, p.9.

De conformidade com esse pesquisador, "a percepção da massa como mídia não pertence ao senso comum". Para ele, justifica-se o estrondoso sucesso das promoções realizadas em São Paulo, à questões direcionadas mais no sentido das peculiaridades sociológicas, do que como resultado de um fenómeno de comunicação de massa. (45)

Essas experiências, somadas com algumas idéias apreendidas do TRIM, com as de Itapira (SP), Sorocaba (SP), São Paulo (Capital), com o movimento Cooper e juntadas às tradições advindas a partir da década de 1910 - futebol pelada (1910/1920); corrida de rua (São Silvestre-1924); praça de esporte e recreação, introduzido por Frederico Gaelzer, em Porto Alegre-1926; colônia de férias, organizada por Custódio Lobo em instalações de quartéis, Rio de Janeiro-1932; ruas de lazer, por iniciativa do Jornal O Globo, no Rio de Janeiro e de Alfredo Colombo, diretor da Divisão de Educação Física do MEC-1957 - orientaram o Professor Lamartine Pereira da COSTA à sistematizar a Campanha Esporte Para Todos.

(45) L.P.da COSTA. Implantação e desenvolvimento da Campanha Esporte Para Todos no Brasil, 1977, p.9

Baseando-se, principalmente, em problemas ocasionados pelo rápido crescimento urbano e nas grandes concentrações populacionais, bem como em expressões do tipo: "doenças de civilização" e "doenças de pobreza", decorrentes de questões sócio-econômico-culturais que afetam as áreas urbanas e rurais do País, o Cel. Osny Vasconcellos (Diretor do Departamento de Educação Física e Desportos, do Ministério da Educação e Cultura-DED/MEC), tenta justificar a implantação da Campanha Esporte Para Todos no Brasil, como uma "inovação no sistema desportivo, representativo da IDEIA-FORÇA do Plano Nacional de Educação Física e Desportos(...) que vem de constituir-se em instrumento tático de mobilização do esporte como resposta natural às necessidades de aptidão física, de desporto, de lazer e de recreação, sendo instrumento catalisador e integrativo dos processos operacionais do próprio Sistema Nacional de Educação Física e Desportos".(46)

Para VASCONCELLOS (1976:5), o EPT caracterizava-se por uma série de realizações canalizadas para ações mobilizadoras e motivadoras. O objetivo era levar a população à prática do lazer ativo, com base na iniciativa e criatividade da comunidade. Efetivamente, caracterizava-se como sendo um movimento democrático e popular, de participação voluntária, com atividades de baixo custo e destinado a todos os segmentos da comunidade.(47)

(46) Osny VASCONCELLOS. Esporte Para Todos. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, nº 32, 1976, p.4.

(47) IBIDEM, p.5.

O EPT: SEU DOCUMENTO BASICO

- A PROPOSTA (1977-1979):

A Campanha Esporte Para Todos propôs suas atividades junto à comunidade, tentando mesclar uma ideologia, enquanto projeto de governo, com iniciativas comunitárias locais, em que buscava-se inocular o poder da própria massa, cuja ideologia era de realçar o poder, a vontade e possibilidades dela mesma.

Ela foi implantada no Brasil a partir da oficialização do Plano Nacional de Educação Física e Desportos, pela Lei 6.251, e iniciou suas atividades em março de 1977, com um trabalho de capacitação de recursos humanos com todos os integrantes que compunham a infra-estrutura de supervisão do Movimento Brasileiro de Alfabetização. Para a efetivação desse trabalho, foram utilizados recursos pedagógicos audiovisuais e um texto impresso, produzido por Lamartine Pereira da COSTA, denominado "DOCUMENTO BASICO DA CAMPANHA ESPORTE PARA TODOS".(1)

(1) O "Documento Básico da Campanha Esporte Para Todos", foi adotado pelo MOBREAL, DED/MEC (posteriormente SEED/MEC, em 1981) como uma espécie de manual que indicava, aos voluntários esportivos e, depois aos denominados "AGENTES EPT", as diretrizes desse movimento no Brasil. Tratava-se de um texto impresso e de fácil leitura. Em uma das versões o mesmo foi elaborado em forma de desenhos caricaturais conseguindo transmitir informalmente a mensagem da Campanha. O texto inicial desse documento foi elaborado por Lamartine Pereira da Costa e adaptado por técnicos da Supervisão do MOBREAL ao estilo de funcionamento dessa instituição.

Este documento básico, concentrando experiências brasileiras (desde 1910) com as da Campanha Trimm (a partir de 1973), procurou orientar a sistematização da Campanha EPT no Brasil.

As idéias contidas neste documento, foram consolidadas pelo Departamento de Educação Física e Desportos - dirigido pelo Cel. Osny Vasconcellos - e pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização - sob a presidência de Arlindo Lopes Correa. Essas Instituições estavam ligadas ao Ministério da Educação e Cultura, do governo do Presidente Ernesto Geisel, cujo titular era o Ministro Ney Braga.

As propostas utilizadas por COSTA, em seu texto "Documento Básico", para a implantação da Campanha EPT no Brasil, foram baseadas nos seguintes aspectos:

- Pelas potencialidades do esporte no Brasil, não somente pela categoria de nossos atletas de destaque, como pela espontaneidade e vigor das torcidas de futebol, ou por tantas outras manifestações esportivas envolvendo praticantes e assistentes.

- A existência de cerca de 40 mil clubes no País, e um grande número de pequenas associações esportivas, dentre as quais, muitas delas, ainda, desconhecidas do grande público.

- As atenções que revistas, jornais, televisão e rádio dedicavam ao esporte e indicavam ser esta atividade uma das principais da comunidade brasileira.

- A falta de um sentido de organização e de consciência do esporte brasileiro para a obtenção de resultados a altura de suas potencialidades.

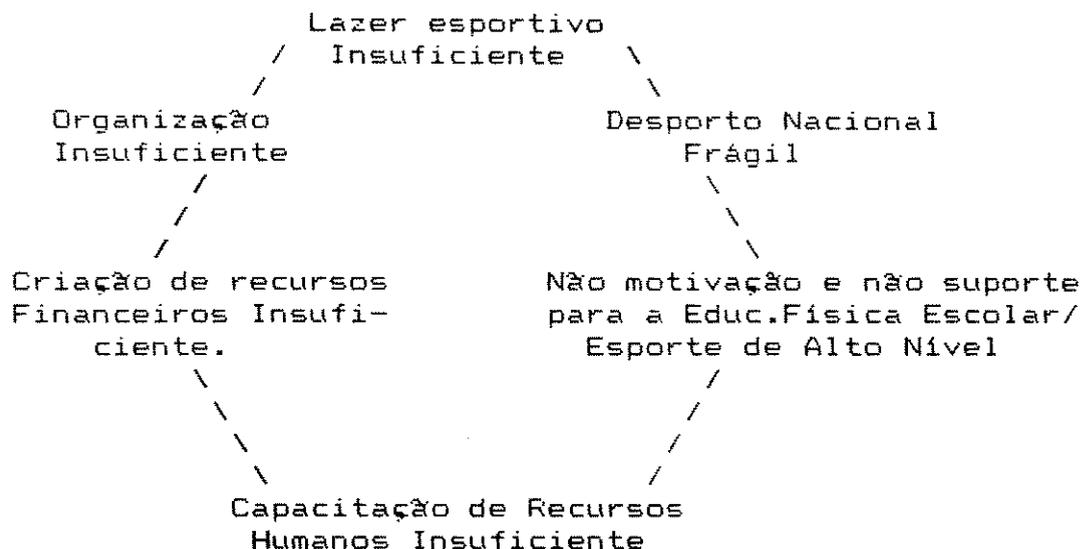
- O valor do esporte como meio de Educação e Cultura nas diversas formas em que ele se apresentava.

- Pelo estabelecimento do Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED) que definiu os objetivos e as prioridades para a política da Educação Física e dos Desportos, no Brasil, bem como a distribuição dos recursos disponíveis, por parte do Governo Federal, procurando, essencialmente, regular e complementar as iniciativas locais de governo e entidades particulares, dado o tamanho, a extensão, a descentralização e a diversificação que caracterizam as atividades esportivas nacionais.

- Pelo fato do PNED identificar o DESPORTO DE MASSA como uma área que deveria dar sustentação à EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR e ao ESPORTE DE ALTO NÍVEL, por suas características de prática esportiva, embasada na improvisação, na informalidade, na espontaneidade e por ser uma prática recreativa, ao alcance de qualquer pessoa, de custo baixo, sem a necessidade de instalações e equipamentos especiais, nem, muito menos, de profissionais.

- Pelo fato de, também, identificar que a fragilidade básica do desporto nacional estava centrada na prática de um lazer esportivo insuficiente, pois, apesar de ser praticado por grande número de pessoas, ainda não existia em proporção e diversificação suficientes para originar motivação e suporte para as demais áreas (Educação Física Escolar e Esporte de Alto Nível), criando-se, assim, um círculo vicioso com a insuficiência de recursos humanos, financeiros e de organização.

Segundo o que se constatam nas argumentações de COSTA (1977:14), a respeito da fragilidade do desporto nacional como sendo uma consequência da insuficiência da prática de um lazer comunitário, foi observado que havia um "continuum" presente na organização do desporto nacional, exposto graficamente da seguinte maneira:(2)



Portanto, o Desporto de Massa, cognominado mais popularmente como ESPORTE PARA TODOS (EPT), surgiu como uma solução alternativa para a eliminação desse círculo vicioso e como elemento que veio despertar para a necessária consciência do povo brasileiro, quanto ao LAZER ESPORTIVO (COSTA:1977:14)

(2) Gráfico elaborado pelo autor, baseado em L.F.da COSTA."Documento Básico da Campanha EPT". Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, 1977, no. 35, p.14.

- IDEIAS-FORÇAS:

Objetivando estimular a prática de atividades físicas informais, com base na iniciativa local, para uma tentativa de despertar a consciência do povo brasileiro, quanto a importância do lazer esportivo, o movimento EPT, procurou, estrategicamente, dosar uma abrangência nacional, enquanto projeto de governo, com iniciativas comunitárias já existentes.

Como ponto referencial para as diferentes iniciativas do EPT brasileiro, foi sugerido, por COSTA (1977), um conjunto de idéias-forças que serviria para orientar as ações da Campanha em todo o território nacional. Essas idéias-forças enfatizavam dez expressões-chaves consideradas de fácil apreensão, administração, organização e de direito de todos os cidadãos.

Este ideário recebeu a denominação de DECALOGO⁽³⁾ e, segundo seu próprio termo nos apresenta, baseou-se no seguinte:

(3) O DECALOGO do EPT foi idealizado com base no DECALOGO utilizado pelo MOBRAL em sua campanha de alfabetização (vide MEC/MOBRAI. Alfabetização, Manual do Professor, p.5-14)

Em depoimento prestado a este autor, COSTA (07/12/1991), afirmou ter, este decálogo dos programas do MOBRAL, recebido influência das experiências de Paulo Freire, no Nordeste. Segundo esse autor, o MOBRAL adotou as idéias de Paulo Freire e, baseado nelas, criou seus programas. Ora, como o EPT era um dos programas do MOBRAL, logicamente, também possuía algumas raízes "Paulofreirianas".

Além das idéias do DECALOGO, o "diversificar progressivamente as atividades esportivas locais" e o "aperfeiçoar permanentemente a capacidade técnica e administrativa das pessoas e entidades", constituíam-se, em pretensões futuras da Campanha EPT, cujas etapas deveriam se sobrepor, reforçando-se entre si e procurando compromissos mais estáveis.

1 - LAZER - Orientar o TEMPO LIVRE para a PRÁTICA ESPORTIVA com prazer e alegria, de modo VOLUNTÁRIO e sem prejudicar as demais possibilidades educacionais e culturais.

2 - SAÚDE - Criar oportunidade de melhoria de saúde do povo, no que se refere à prática de atividades físicas e recreativas, nas medidas possíveis e adequadas às condições locais das diferentes comunidades.

3 - DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO - Aperfeiçoar a capacidade de organização e mobilização das comunidades para o trabalho em conjunto, em mutirão e dentro do necessário sentimento de vizinhança, de bairro, de região e de município.

4 - INTEGRAÇÃO SOCIAL - Estimular a congregação e a solidariedade popular, dando ênfase à unidade familiar, às relações pais e filhos, à participação feminina e à valorização da criança e do idoso.

5 - CIVISMO - Reforçar o sentimento de povo, de nacionalidade e de integração nacional.

6 - HUMANIZAÇÃO DAS CIDADES - Criar meios de prática de esportes recreativos com participação de grande número de pessoas, para CONSCIENTIZAÇÃO geral quanto aos benefícios de áreas livres NOS GRANDES CENTROS URBANOS.

7 - VALORIZAÇÃO DA NATUREZA - Orientar a prática esportiva ao ar livre, principalmente das crianças, de maneira a

dar valor e a preservar áreas verdes, parques, bosques, florestas, praias, rios, lagos etc.

8 - ADESAO A PRATICA ESPORTIVA - Criar oportunidades e atividades esportivas simples e improvisadas, de modo a ampliar o número de praticantes, diversificar esportes a serem praticados e aumentar o uso das instalações e áreas já existentes.

9 - ADESAO AO ESPORTE ORGANIZADO - Motivar, ATRAVES DO CONTAGIO DE EMOÇÕES da prática com grande número de pessoas, o apoio e a participação nas atividades da Educação Física Estudantil e do esporte em clubes e outras entidades.

10 - VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO A COMUNIDADE - Congregar o apoio popular às entidades públicas e privadas que participam dos mutirões esportivos.

O DECALOGO, desde a implantação da Campanha no Brasil, transformou-se numa espécie de CODIGO DE ETICA para as ações do EPT e foi obedecido, tanto por pessoas, como por instituições. O reforçar ou o criar entidades esportivas comunitárias que garantissem realce à força popular, e não de governo, bem como a fixação das idéias do Decálogo junto à população, constituia-se numa das pretensões futuras da Campanha Esporte Para Todos. (4)

(4) Vide Documento Básico da Campanha EPT. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, 1977, no. 35, p.15.

- ORGANIZAÇÃO DA CAMPANHA:

- Orientações Gerais:

Na organização da Campanha Esporte Para Todos, dois programas básicos eram prioritários. Foram eles:

1 - O PROGRAMA NACIONAL - que visava a coerência e a motivação para as ações desenvolvidas por essa Campanha em todo o Brasil.

" A CORRENTE FRA FRENTE E DE TODOS" foi a expressão utilizada pelos organizadores para definir a coerência da Campanha, sem, no entanto, procurar confundí-la com a sua simbologia - "ESPORTE PARA TODOS".

E necessário destacar que do programa nacional deveriam constar "promoções simultâneas de uma atividade num mesmo dia (...) ou fins de semana. (...) Pois, no sentimento cívico e no sentimento de integração do povo brasileiro residiam a força da campanha.(5) No entanto, para que essa intencionalidade fosse concretizada e houvesse o fortalecimento da Campanha em todo o País, seria necessário a contabilização do número de participantes nessas promoções, cujos dados deveriam ser re-utilizados em divulgações de retorno para as comunidades, "de modo a criar o símbolo e a percepção do grande acontecimento".(6)

(5) IDEM.

(6) IDEM

Para as entidades coordenadoras -DED e MOBREAL-, entidades locais (estaduais e/ou municipais), bem como para os supervisores da Campanha e os voluntários esportivos, "o programa nacional representava a transformação das idéias do DECALOGO em ações, as quais seriam mais completas na medida em que programas locais fossem estabelecidos, progressivamente, com base nos gostos e peculiaridades de cada região".

Do ponto de vista nacional, a Campanha procurava difundir as idéias e os objetivos do decálogo, "buscando coerência (corrente pra frente e de todos) pela integração das informações originadas das promoções locais, assim como, unidade e motivação pela mobilização de entidades e treinamento de pessoas filiadas". (COSTA-1977:16)

2 - O PROGRAMA LOCAL - possuía a finalidade de aumentar o número de praticantes em esportes já conhecidos pelas comunidades ou, então, em outras atividades que, também, poderiam ser introduzidas em festividades cívicas e religiosas realizadas nos municípios.

As orientações da Campanha recomendavam que " as programações locais deveriam ser bem marcantes, espaçadas durante o ano para evitar o esvaziamento, voltadas para atividades bem definidas, de curta duração e de "GRANDE PARTICIPAÇÃO", buscando "PRODUZIR GRANDE REPERCUSSÃO" junto as comunidades.

Porém, para a adaptação a todos os municípios brasileiros, bem como para o alcance dos objetivos estabelecidos pelo decálogo, a Campanha apresentava-se como "ABERTA" depen-

dendo, apenas, da soma de esforços de entidades, organizações e pessoas, ou sejam, "as promoções tomam forma a partir de pessoas e entidades voluntárias sob as condições de filiação e cooperação (...) A coordenação só existe nos municípios onde ocorrem promoções, por exclusiva iniciativa e capacidade da comunidade local e de seus líderes".(7)

A partir destes elementos, colocava-se ainda a questão de se criar uma identidade para a Campanha.

Baseando-se no pressuposto segundo o qual a "unidade" e a "coerência" fazem a "força" de qualquer movimento popular, COSTA (1977), propôs que a identificação da Campanha deveria ser padronizada para todo o País. A utilização de uma única denominação, de mesmas frases de mobilização (slogans) e de um símbolo visual comum, foram considerados como necessários, pois estariam servindo de referenciais para o rápido entendimento e assimilação dos seus objetivos, tanto por parte daqueles que estivessem envolvidos com a Campanha, como por parte de qualquer cidadão.

"o movimento é de pessoas e entidades congregadas em torno de objetivos comuns. Nessas condições, a Campanha está identificada por elementos de idéias que podem se compor com outras formas de comunicação e relacionamento com o público".(8)

(7) L. P. da COSTA. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, no. 35, 1977, P.16. Para esse autor, seria perfeitamente cabível que as entidades envolvidas em promoções comunitárias associassem suas próprias denominações e demais elementos de identificação, aos da Campanha.

(8) IDEM

Como simbologia, para a divulgação e a mobilização da Campanha, foi escolhida uma "faixa". Além de ser um meio de comunicação popular bastante utilizado, a faixa foi considerada como a forma mais lúdica de se transmitir o significado de: CAMPANHA, IMPROVISACÃO, MOVIMENTO POPULAR, PARTICIPAÇÃO, PROMOÇÃO, ESPORTE, FESTA, CIVISMO, MUTIRÃO, SIMPLES REPRODUÇÃO, SIMPLES INTERPRETAÇÃO. (9)



Para a preservação da coerência local, a orientação era de que a "Prefeitura" seria a entidade ideal para assumir a direção da Campanha nos municípios. Isto pelo fato de já possuir toda uma organização estabelecida, tendo funcionários para assumir os encargos das ações planejadas pela Campanha, tanto a nível local, quanto nacional. Caso as Prefeituras não se dispusessem, outras entidades poderiam assumir a liderança da Campanha nos municípios, desde que estivessem capacitadas de, pelo menos, cumprirem com a programação nacional. Tais vinculações aconteciam voluntariamente, ou seja, como opção e não como programa de governo.

(9) Ver Quadro "Definições das diferentes possibilidades de cooperação" (do autor, baseado em COSTA:1977).

Com relação ao aspecto da liderança, não deveria haver uma entidade líder na Unidade Federada, não obstante existirem outras entidades estaduais filiadas à Campanha, tais como: Secretarias Estaduais, Universidades, instituições militares, entre outras, todas com objetivos já definidos em torno de suas atuações. Como tratava-se de uma Campanha aberta e municipalista, sugeria-se que as demais entidades, poderiam cooperar com a entidade líder, sempre em união. Com isso queria-se dizer que as entidades estaduais deveriam contribuir com as entidades líderes dos municípios, porém, sem que houvesse qualquer empecilho burocrático, nem que fossem provocadas inibições em caso de surgimentos de nomes ou símbolos de outras entidades participantes.

No entanto, para maior facilidade de comunicação entre a coordenação geral, com as Unidades Federadas e para que ocorresse uma melhor convivência entre as entidades estaduais e municipais, ficou determinado que o Diretor do órgão dirigente da Educação Física e Esportes, do Governo Estadual, seria o representante legal da Campanha em cada Unidade Federada.

QUADRO - DEFINIÇÕES DAS DIFERENTES POSSIBILIDADES DE
COOPERAÇÃO:

DE APOIO	---	---	---
	----	---	> DIVULGAR !
DE PROMOÇÃO	----	-	!A ênfase
	----	-	----> MOBILIZAR >vai depen-
DE PATROCÍNIO	----->	PARA --	!der do tipo
	----	-	----> PROMOVER !de coopera-
DE MOBILIZAÇÃO	----	-	!ção.
	----	----	> INFORMAR !
DE ATIVIDADES	---	---	---

As possibilidades de cooperação variavam de acordo com as entidades participantes e com as programações desenvolvidas. Cada entidade possuía ampla liberdade de cooperar ou mesmo assumir programações, tanto local, como nacional. O importante era que as entidades estaduais, municipais e/ou privadas, tivessem consciência de que a Campanha somente tomaria forma caso houvessem promoções e que estas dependiam exclusivamente "do espírito de improvisação e da espontaneidade de participação". A busca do equilíbrio entre essas atitudes, é o que proporcionava a coerência da Campanha

A possibilidade de cooperação de "apoio" resumia-se na simples divulgação das promoções, das frases de mobilização, bem como do símbolo da Campanha, que já havia sido estabelecido como sendo a faixa com a expressão **ESPORTE PARA TODOS.**

A cooperação voltada para a "promoção", tratava-se de "uma conjugação de esforços entre as entidades em prol do andamento dos programas nacional e local".(10) O apoio financeiro, material e humano aos eventos, em troca de promoções, divulgação de nomes, símbolos, frases ou marcas de empresas e/ou entidades diversas, caracterizava-se como sendo uma forma de cooperação por "patrocínio".

(10) Ver documento básico da Campanha EPT, 1977, p.18.

A "mobilização", configurava-se numa das principais possibilidades de cooperação entre as entidades, pois tratava-se de tentar levar pessoas e/ou entidades a aderirem espontaneamente às promoções. Resumia-se num apelo à participação dos (nos) eventos promovidos pela Campanha, através de contatos diretos com pessoas ou, então, por intermédio das mais diversas formas de comunicação de massa (mídias).

A possibilidade voltada para a cooperação de "atividades", buscava a "ampliação do número de praticantes em programações esportivas e recreativas normais", desenvolvidas em clubes, fábricas, sindicatos, escolas, procurando-se, através de frases e símbolos, vincular a expressão-chave da campanha - 'ESPORTE PARA TODOS' - ao processo de mobilização de pessoas para as promoções". Caracterizava-se como um aproveitamento das iniciativas locais já existentes.

Uma única entidade poderia cooperar de uma só forma e numa só categoria ou, então, assumir todas essas e outras, caso existissem. A manutenção da coerência - "corrente pra frente e de todos" - e a expectativa de participação tinham a finalidade de conduzir pessoas e entidades para quatro objetivos específicos - "divulgar, mobilizar, promover e informar" - cuja ênfase estava na dependência do tipo de cooperação. (11)

(11) A função "informar" era importante para desenvolvimento da Campanha, pois, necessitava-se conhecer mais sobre ela mesma em busca de novos caminhos para suas atividades. Tinha a finalidade de obter dados quantitativos e qualitativos da Campanha, para fins de avaliação e divulgação. (Ver Documento Básico da Campanha Esporte Para Todos, 1977, p.17)

Assim como havia necessidade de filiação de entidades, como requisito para participar da Campanha, o mesmo ocorria com pessoas e estas, recebiam o título de "VOLUNTARIO ESPORTIVO".

- O Voluntário Esportivo:

Para a Campanha EPT, o voluntário esportivo constituía-se no real agente da campanha, seja como funcionário de prefeitura, seja como membro de entidade filiada de qualquer tipo, ou como simples cidadão interessado em trabalhar pelo esporte brasileiro".

A adesão do voluntário esportivo à Campanha ocorria naturalmente e, segundo COSTA (1977:18), estava ligada ao fato de que "há milhões de brasileiros apaixonados pelo esporte em suas diferentes formas de manifestações". A intencionalidade da Campanha, com relação a este aspecto, ampliava esse fenômeno, estimulando a participação ativa em atividades bastante diversificadas.

" A campanha nada mais é do que uma cruzada, uma missão para mudança de hábitos da população visando saúde, lazer equilibrado, alegria popular, oportunidade de contato social, educação do jovem e valorização do idoso etc".

(COSTA - 1977:18)

A Campanha, enquanto uma missão de ordem social, necessitava do aparecimento de líderes para orientar e dar sustentação às suas promoções.

" Há necessidade de aparecimento de líderes, de indivíduos de energia, capacidade de improvisação, de paixão, que representem e materializem a campanha (...) independente de idade, sexo e condição econômica. Eles muitas vezes existem em estado latente, necessitando apenas de uma oportunidade para exercerem liderança ou cooperação com seus semelhantes(...) São sempre patriotas e bastante ligados à comunidade onde vivem e aos costumes de sua cidade. São pessoas de personalidade peculiar e, por isso, é de se esperar que cada um veja a campanha a seu modo, que se ajuste às circunstâncias locais, que estabeleça uma orientação de ações próprias, obedecendo, apenas, às linhas mestras da Campanha. Enfim, O VOLUNTARIO ESPORTIVO E A CAMPANHA".(p.18)

Dessa forma, o documento básico da Campanha Esporte Para Todos (1977:18-19) procurou definir o perfil do voluntário esportivo e estabelecer normas para o desenvolvimento de sua prática, tais como:

- "atuação na justa medida, sem exageros que o faça abandonar a Campanha após umas poucas promoções".

- "Que encare a Campanha como uma escola para a vida, um meio de treinamento para o trabalho participativo, em mutirão, em equilíbrio de interesses diversos e em busca de ob-

jetivos fixados com clareza. E a transformação da paixão em ações"

- "O voluntário esportivo é um divulgador permanente da Campanha (...) a ação a desempenhar é a de motivar pessoas para mudança de hábitos sedentários e isolacionistas e buscar adesões"

- "A perspectiva do voluntário esportivo é a da AÇÃO EM GRUPO com seus companheiros de crença cívico-esportiva e a da AÇÃO INDIVIDUAL, influenciando pessoas".

Os organizadores da Campanha alertavam para as reações que, possivelmente, poderiam ter as entidades com relação aos voluntários esportivos. Alegavam que "sendo o voluntário esportivo um mobilizador e motivador permanente, a reação de sua entidade será resultado de sua influência no ambiente em que trabalha, estuda ou que se vincula por diversas razões". Recomendavam, ainda, avaliações periódicas, principalmente após cada evento, em busca do aperfeiçoamento constante, do bom funcionamento, bem como na eliminação de erros, evitando-se, com isso, o cansaço desnecessário e os de desentendimentos.

Defendiam a idéia de que a Campanha EPT não implicava em sacrifícios, como também não tinha, dentre seus objetivos, o envolvimento demasiado da comunidade de um modo geral, nem, muito menos, de entidades e de voluntários esportivos. Isto devia-se ao fato de que ela havia sido planejada "NA JUSTA MEDIDA", procurando obedecer um calendário mínimo de festas cívicas nacionais e locais, aos planejados no perío-

do de férias escolares, fins de semanas e àquelas programadas nas e pelas comunidades, dependentes dos "gostos, oportunidade e tempo disponível".

- O D E D - Departamento de Educação Física e Desportos:

Embora sendo conceituada como uma campanha aberta, municipalista, sentia-se no EPT/MOBRAL a necessidade do estabelecimento de alguns direcionamentos pelo órgão responsável pela Educação Física, no âmbito do Governo Federal. Quem respondia institucionalmente por essa área no Brasil, na época da implantação da Campanha EPT, era o Departamento de Educação Física e Desportos do MEC (DED/MEC).

A criação do DED está também relacionada aos resultados apresentados no "Diagnóstico da Educação Física/Desportos no Brasil", realizado em 1969.

Segundo Arlindo Lopes CORREA, então Secretário-Executivo do Centro Nacional de Recursos Humanos, "paralelamente ao Diagnóstico, a equipe encarregada de sua preparação tomou parte em uma série de trabalhos e medidas destinados a aperfeiçoar o setor: a criação do atual Departamento de Educação Física e Desportos; o disciplinamento dos investimentos federais nessa área; a obrigatoriedade da prática - em todos os níveis de ensino - da Educação Física e Desportiva e sua conseqüente regulamentação (...) (12)

(12) Ver apresentação do "Diagnóstico da Educação Física/Desportos no Brasil", 1971, p.7-8.

Dados significativos obtidos pelo Diagnóstico, ratificaram as idéias já existentes para a criação de um novo órgão federal para a Educação Física/Desportos. Dentre esses:

"A inexistência de uma política nacional para a Educação Física/Desportos adequadamente subordinada às necessidades educacionais, comunitárias e de desenvolvimento urbano, e a consequente falta de uma legislação consolidada e realista, colocam a Divisão de Educação Física e o Conselho Nacional de Desportos - órgãos do Ministério da Educação e Cultura - em posição inoperante quanto ao ótimo de atuação do Governo Federal para a fase atual da evolução, planejamento, coordenação e controle".(13)

Assim sendo, em 27 de julho de 1970, com a promulgação do Decreto 66.967 da Presidência da República, foi criado o DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS (DED), como um órgão central de direção superior do Ministério da Educação e Cultura, com a finalidade de "planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento da Educação Física, dos Desportos Estudantis e da Recreação no País, em consonância com as diretrizes impostas pela política nacional para o setor".(14)

(13) Conclusão 3.13, p. 359, do Diagnóstico da Educação Física/Desportos no Brasil. 1971.

(14) "Eu sou o DED". Documento publicado pelo Ministério da Educação e Cultura em 1971.

No documento "Eu sou o DED" (1971), em seu editorial - "Aquecendo" -, esse Departamento foi apresentado à comunidade brasileira e, mais especificamente, à da Educação Física e Desportos, da seguinte maneira:

"Ao apresentarmos o Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura é nosso desejo registrar que se trata de uma solução nossa para problemas nossos.

Sabemos que damos hoje um passo que deveríamos ter dado ontem-- mas o fazemos com determinação, conscientes de que precisamos "queimar etapas no processo de desenvolvimento" -- e com o DED vamos fazê-lo no setor desportivo.

'É tempo de construir, é tempo de agora'. Acreditamos em nós, acreditamos no Brasil".(15)

Com sede em Brasília, o DED procurou adotar uma política de assistência técnica e cooperação financeira no campo da Educação Física, dos Desportos e da Recreação, em níveis nacional, regional, estadual e municipal, objetivando:

"Estabelecer planos, programas, projetos e atividades destinados ao desenvolvimento da Educação Física, do Desporto Estudantil e da Recreação em todo o território nacional".(16)

(15) Brasil.MEC. "Eu sou o DED". Brasília: setembro de 1971.

(16) IBIDEM. Verificar o item objetivos do DED.

Com base em sua política de ação, o Departamento de Educação Física e Desportos, enquanto órgão do Governo Federal, procurou, também, apoiar sistematicamente as linhas gerais da Campanha EPT, traçadas pelo MOBRAL no âmbito nacional.

A esse Movimento cabia ainda a responsabilidade de contabilização dos dados fornecidos por voluntários esportivos e entidades filiadas, os quais serviam para reorientar a Campanha, bem como para realimentar o processo através dos meios de comunicação de massa.

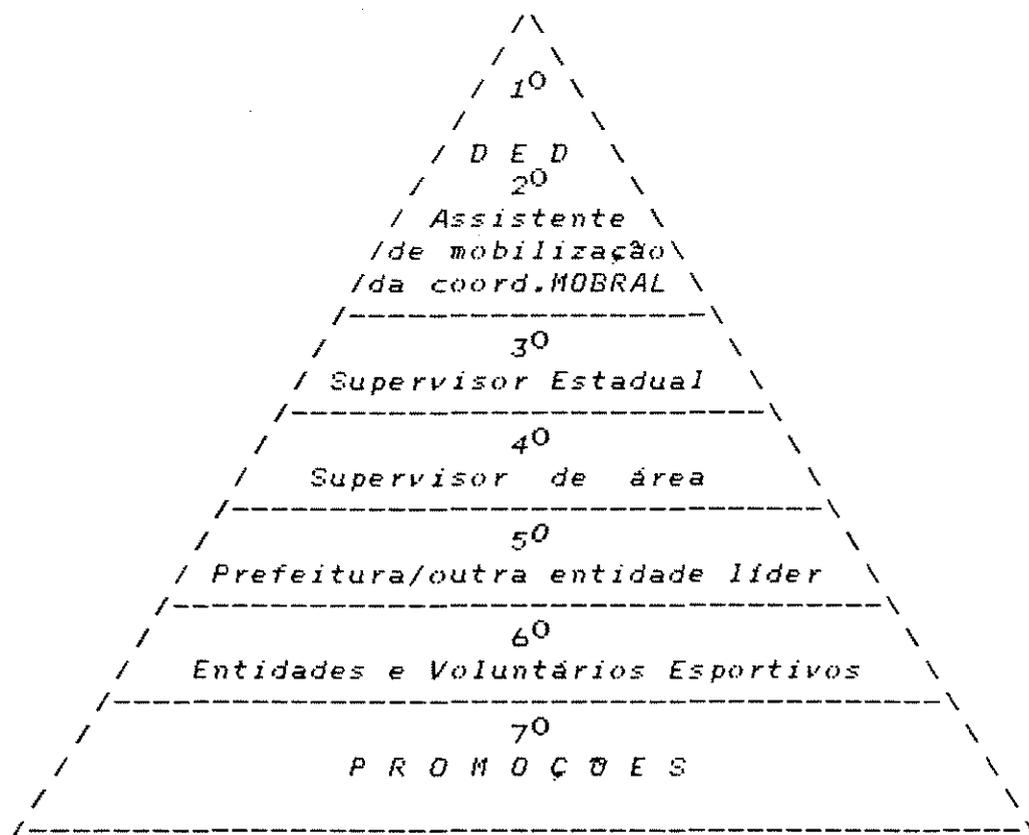
- O EPT NO MOBRAL (17):

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), foi a entidade delegada pelo Departamento de Educação Física e Desportos/MEC para dar "coerência" às promoções da Campanha EPT.

(17) Movimento Brasileiro de Alfabetização, criado em 12/12/67, através da Lei 5.379, promulgada em D.O. em 19/12/67, cujos estatutos foram aprovados pelo Decreto 62.484, de 29/03/68 (D.O. 02/04/68), ambos assinados pelo Presidente Arthur da Costa e Silva e o Ministro Tarso Dutra. Registrado em 30/04/68 (processo 218.381/68) sob o n 18.963, no Cartório Alvaro César de Melo Menezes-GB. Somente em novembro de 1969 é que foi designado, pelo Ministro da Educação, o seu primeiro presidente- o Dr. Jorge Boaventura de Souza e Silva. (Vide:BRASIL/MEC. MOBRAL: sua origem e evolução. Rio de Janeiro:1973. Autor: Lamartine Pereira da Costa et alii)

O MOBRAL caracterizava-se como uma "entidade de apoio, capacitada à mobilizar entidades em todo o território nacional, treinar voluntários esportivos, receber informações para a difusão nacional e filiar participantes".(18)

As bases estruturais formadas pelo DED e MOBRAL, tinham a finalidade de solidificar as bases da organização da Campanha. Essa estrutura, graficamente, possuía forma pirâmida, com várias divisões e níveis. Desses, apenas os quatro primeiros possuíam ligações permanentes, por vínculos institucionais.



Fonte: Brasil/MEC. Documento Básico da Campanha Esporte Para Todos, 1977.

(18) Documento Básico da Campanha EPT, 1977.

No nível 1^o estava o DED e a ele competia contabilizar dados, planejar treinamentos do 2^o, 3^o, 4^o e 6^o níveis, assim como dar apoio logístico, planejando, organizando e produzindo a divulgação nacional.

Ao nível 2^o (MOBRAL) cabia, principalmente, a responsabilidade de mobilizar, permanentemente, entidades e pessoas, divulgar a campanha, compor-se com Supervisores Estaduais e Supervisores de Áreas para os contatos com as comunidades e os treinamentos com os Voluntários Esportivos.

Os níveis 3^o (SE/MOBRAL) e 4^o (SA/MOBRAL) tinham a responsabilidade específica de repassar o Decálogo e as características da Campanha para pessoas e entidades, apoiar o nível 2^o nos recolhimentos e repasses de formulários e informações dos e nos municípios.

As Prefeituras ou outras entidades (nível 5^o) possuíam a responsabilidade de liderar a Campanha pela coordenação de entidades cooperadoras e ação dos voluntários esportivos, promovendo, divulgando, programando, mobilizando, buscando adesões, informando entidades e a comunidade de um modo geral, dentro dos princípios do Decálogo e de coerência da mesma.

O nível 6^o (entidades e voluntários esportivos) atuava diretamente junto aos participantes, orientando-os, participando da divulgação local, objetivando motivar pessoas para "estimular a mudança de hábitos sedentários e isolacionistas e buscar adesões".

As promoções (nível 7^o) obedeciam aos programas nacional e local, composta de atividades simplificadas, bem marcantes e orientadas para a grande participação e não para a seleção. Compunham-se de atividades realizadas em mutirões, festas, arraiais, torneios gigantes, jogos recreativos típicos das regiões brasileiras, colônias de férias, ruas de lazer, passeios à pé e de bicicleta, corridas, festivais de jogos etc.

"Como orientação básica é necessário estabelecer posição com relação ao tipo e à quantidade de trabalho físico das promoções. A funcionalidade ou a propriedade e oportunidade da Campanha, diante da diversificação de situações dos municípios e da população brasileira, está baseada na participação e não na seleção, onde o campeão é apenas um resultado natural e não a razão de ser das promoções. Os exageros na quantidade de trabalho físico são nocivos para as pessoas comuns não habituadas ao esporte. Portanto, a duração de uma atividade, as distâncias a serem percorridas, o número e o tempo de jogos de um torneio, devem ser nivelados por baixo".

(COSTA - 1977:21-23)

Na opinião de CORREA (1979:34), em 1977, o MOBREAL assumiu a execução da Campanha Esporte Para Todos "em virtude de sua grande capacidade de mobilização popular, de sua capilaridade territorial e de ser usual a realização de atividades esportivas dentro da programação geral da Instituição".

Para esse autor, as atividades da Campanha EPT mobilizavam pessoas e entidades ao comprometimento, ao civismo, ao bem-estar físico e psicológico, buscando superar suas carências cotidianas.

Baseando-se nesses princípios, procura exemplificar um fato acontecido em dois municípios da Paraíba, distantes cinco quilômetros um do outro, que sempre foram famosos por suas rivalidades excessiva. Conforme o autor, "um, desses municípios, era conhecido pela sua importante fábrica de tecidos. O outro, pelo cultivo das tradições locais. O Agente do MOBRRAL, encarregado de promover um passeio à pé da Campanha Esporte Para Todos, organizou-o de modo que os três mil participantes de uma das cidades penetrassem alegres e fraternalmente na outra, encerrando ali a tradição de brigas".
(19)

E diz mais, fazendo relação à Campanha EPT, no que diz respeito ao desenvolvimento do seu trabalho comunitário:

"Enganam-se, e muito, aqueles que pensam que o povo não tem os seus mecanismos de defesa contra suas carências. Pode estar errado quanto aos meios, mas buscará seus objetivos, porque é da natureza humana".

(CORREA - 1979:35)

(19) Arlindo Lopes CORREA. Educação de massa e ação comunitária, 1979.

- DOCUMENTO BASICO DO EPT: a mobilização e a divulgação:

- A Mobilização:

De acordo com o que está explícito no Documento Básico da Campanha Esporte Para Todos, "a mobilização é o recurso mais importante, pois trata-se de uma iniciativa que movimenta grande número de pessoas, em torno de seu ideário (o Decálogo). No entanto, a pessoa que mobiliza necessita ter bem claro em sua mente os objetivos do movimento (...) e o elevado alcance social que representa".(20)

O MOBREAL, enquanto entidade delegada pelo DED para dar coerência às atividades da Campanha, "é o órgão mobilizador da população no sentido de facilitar a atuação de outras entidades da área social (...) isso sem falar nas suas atividades fim, no campo da alfabetização, educação integrada, cultura, educação sanitária, esportes etc., cujo objetivo é, exatamente, a integração da sua clientela à sociedade (...) dando-lhes as ferramentas básicas da comunicação"(21).

CORREA (1979), considera a Campanha Esporte Para Todos como sendo inédita no Brasil, onde "seus resultados mostram a adesão popular e as perspectivas altamente positivas abertas à massificação da prática esportiva"(22).

(20) Documento Básico da Campanha EPT, 1977, p.22.

(21) A.L.CORREA. Educação de massa e ação comunitária, 1979, p.57.

(22) IBIDEM, P.44.

Mobilizar significa "buscar adesão e participação para determinadas ações a serem desenvolvidas que, de modo geral, necessitam de envolvimento voluntário. Esta, na Campanha EPT, inicia com a filiação de uma entidade líder local, de preferência a Prefeitura e, de pelo menos, um voluntário esportivo. A partir desse mínimo é possível organizar a mobilização"(23).

Nesse manual da Campanha, constam algumas orientações para o trabalho de mobilização(24), assim descritas:

a) A ADESAO de entidades, nas promoções, varia naturalmente, com suas possibilidades e objetivos: algumas CONVIVEM com o povo, outras BUSCAM apoio popular e outras ATENDEM certos grupos de pessoas.

b) OS ESTUDANTES têm excepcional capacidade de mobilização porta-a-porta ou pessoa-a-pessoa.

c) Cada ENTIDADE deverá ter uma determinada função.

d) AS CONDIÇÕES LOCAIS, O BOM SENSO e A OPORTUNIDADE indicam o melhor caminho a seguir quanto a funções.

(23) Lamartine Pereira da COSTA, 1977, p.23.

(24) IBIDEM, p.22-24

e) Alguns exemplos são sugeridos, como é o caso das ORGANIZAÇÕES COMERCIAIS, ASSOCIAÇÕES DE UM MODO GERAL, ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, SINDICATOS, CLUBES, FABRICAS, EMPRESAS, ORGÃOS DO GOVERNO, INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS, MILITARES, dentre muitas outras.

f) A ATIVIDADE ESPORTIVA é reconhecidamente um dos melhores meios de motivação do idoso.

g) OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FISICA, ESPORTES E RE-CREÇÃO,(...) somados aos UNIVERSITARIOS de EDUCAÇÃO FISICA, de setenta estabelecimentos no Brasil, constituem uma das categorias profissionais que mais crescem no Brasil. A campanha(...) está orientada para VALORIZAR estes PROFESSORES, TECNICOS e ALUNOS.

h) QUANTO AO MATERIAL ESPORTIVO(...) a orientação da campanha é de REDUZIR A UM MINIMO as doações. Estas, quando realizadas DEVEM SER DIRIGIDAS PARA AS AREAS MAIS CARENTES E MANTIDAS SOB CONTROLE DOS ORGANIZADORES da entidade líder local.

i) A distribuição sem controle de brindes, ESVAZIA QUALQUER AÇÃO COMUNITARIA, criando vícios e bloqueando futuras promoções. Portanto, todos os meios devem ser tentados no sentido de improvisação, do artesanato ou da aquisição em mutirão.

- A Divulgação:

O Documento Básico da Campanha EPT, conceitua a divulgação como um meio de mobilização que, por sua importância, merece atenção especial. Afirma ainda que, de um modo geral, as pessoas que organizam promoções tendem a acreditar e a recorrer mais aos grandes meios de comunicação, como rádio, televisão, jornais etc., sem, no entanto, levarem em conta de que esses meios de comunicação de massa (mídias), muitas vezes, não são suficientes para que haja participação. (p.25)

Para COSTA (1977:25), o ideal é que, além dos grandes meios de comunicação, exista um trabalho de divulgação pessoal, denominado por esse autor de "boca-a-boca", objetivando uma efetiva mobilização. Para tal, necessário se faz "a repetição constante de alguns elementos para que o público tenha sua atenção orientada para a identificação simples e rápida da Campanha, para o evento a ser divulgado. Como outro fator importante, é preciso que todas as mensagens motivem e informem. Isto significa que deve haver um apelo para a participação, seguido do como, onde e quando haverá a oportunidade".

Esse trabalho "boca-a-boca", sugerido por COSTA, tem no "Voluntário Esportivo" a base da divulgação pessoal da Campanha, pois, conforme já vimos anteriormente, "O VOLUNTARIO ESPORTIVO era simbolizado como A CAMPANHA TRANSFORMADA. EM PESSOA, representada por sua ação e sustentada por seus contatos com outras pessoas". O valor desse trabalho é reconhe-

cido de grande importância, por tratar-se de iniciativas de pessoas (agentes) da própria comunidade em que está inserida. É o caso do pipoqueiro, do açogueiro, do jornaleiro, do bicheiro, do carteiro, do vendedor ambulante, do balconista, do barbeiro, dos feirantes, dos cantadores repentistas, enfim, de pessoas que prestam serviços à comunidade e que já possuem alguma intimidade dentro desta. (Vide: Publicidade Artesanal. MEC/MOBRAL, 1980, de autoria de Lamartine Pereira da Costa)

Essa forma de divulgação "Artesanal" surgiu como uma necessidade de comunicação enfrentada pelo MOBRAL, em seus diversos programas. A mesma foi baseada em recomendações da UNESCO, de outubro de 1979, as quais afirmavam o seguinte:

"Estabelecer uma política de comunicação orientada para fortalecer o livre intercâmbio de informações, idéias e conhecimentos, a fim de promover o entendimento mútuo e para isso desenvolver as mídias modernas e tradicionais para propósitos culturais". (25)

(25)Arlindo Lopes CORREA. Prefaciando o trabalho "Publicidade Artesanal", de autoria de Lamartine Pereira da COSTA, apresentado no 1o Simpósio Nacional sobre Meios de Comunicação e Meio Ambiente - Manaus (janeiro de 1979) - e publicado pelo MEC/MOBRAL, em 1980.

Para COSTA (1980:5), a publicidade artesanal era uma alternativa de meio de divulgação, das mais diversificadas que dependiam, exclusivamente, da criatividade daqueles que queriam comunicar algo com pretensões de procurar atingir uma abrangência ampla de pessoas. "E a divulgação através de objetos improvisados e de pessoas disponíveis nas comunidades". A título de ilustração, o autor cita: "uma jangada, com uma mensagem em sua vela, pode constituir um meio de alcance de milhares de frequentadores das praias nordestinas". Um exemplo típico dessa publicidade aconteceu no Estado de Alagoas, em 1932.

No caso da Campanha Esporte Para Todos, procurou-se combinar a publicidade formal com a publicidade artesanal (informal). Havia muita variedade na divulgação dos eventos EPT, pois a mesma começava com filmetes de TV, programações em rádios - mídia convencional - e terminavam com as ações criativas dos Voluntários Esportivos, os quais se baseavam, principalmente, no aproveitamento e na valorização da cultura local.

Conforme esse autor (1977:25-27), as promoções com a participação de grande número de pessoas davam forma à Campanha, ou seja: "um grande número de participantes constitui o melhor meio de se obter repercussão numa promoção esportiva". (p.37)

Outros meios importantes utilizados para a sustentação da Campanha em todo o território nacional, foram os materiais impressos e os cursos de capacitação de recursos humanos, os

quais aconteceram, naturalmente, no transcorrer da Campanha.

Como já foi descrito anteriormente, o "Documento Básico" foi o primeiro material de natureza técnica impresso pela Campanha Esporte Para Todos, no sentido de orientar e informar pessoas e entidades para as ações dessa Campanha.

Segundo COSTA & TAKAHASHI (1983), após as publicações do PNED e da Lei 6.251, de 06/10/75, a primeira apresentação pública sobre a concepção da filosofia do Esporte Para Todos no Brasil, foi feita por Lamartine Pereira da Costa, no Rio de Janeiro, neste mesmo ano, por ocasião do Encontro Nacional sobre o Lazer, onde estavam presentes, aproximadamente, seiscentas pessoas, a maioria era composta por profissionais de Educação Física.(p.27) (26)

O primeiro treinamento de Agentes das Unidades Federadas do Brasil, para o lançamento da Campanha Esporte Para Todos, foi realizado no início de 1977, no Rio de Janeiro. Em seguida aconteceu um treinamento "em campo" do sistema de supervisão do MOBREAL, para 900 (novecentas) pessoas, cobrindo grande parte dos 3.953 (três mil novecentos e cinquenta e três) municípios brasileiros.(p.28)

(26) SEED/SUEPT/REDE EPT. Teoria e prática do Esporte Para Todos: 1982-1983. Rio de Janeiro, 1983.

O primeiro evento de impacto nacional da Campanha EPT, foi um passeio de bicicletas realizado no dia 1^o de maio de 1977, que reuniu, segundo seus organizadores, aproximadamente, 2.300.000 (dois milhões e trezentos mil) participantes dos 2.418 (dois mil, quatrocentos e dezoito) municípios envolvidos.(p.28)

A Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro, foi a primeira Escola de Educação Física do Brasil a adotar o Esporte Para Todos como matéria eletiva que, sob a coordenação dos Professores Margit Greve e Cláudio Reis, recebeu a denominação "Educação Física Permanente".(p.325)(27). Na Universidade Federal de Alagoas, em 1980, sob a responsabilidade do Professor Verter Faes Cavalcanti, foi implantada a disciplina com o título de "Esporte Para Todos".

As evidências nos mostram que a ação experimental do Esporte Para Todos no Brasil (1977-1979), enquanto "Campanha", marcou efetivamente o início de um processo de interrelacionamento entre as atividades formais- até então desenvolvidas na Educação Física e nos Esportes- com as atividades não convencionais ou não formais - com técnicas usualmente simplificadas e de predominância comunitária.

(27) Lamartine Pereira da COSTA et alii. Teoria e prática do esporte comunitário e de massa, 1981.

Nesse período, o MOBREAL, enquanto entidade de base para a Campanha, procurou garantir o trabalho de penetração do EPT nas comunidades. Tendo como ponto de sustentação o "Documento Básico da Campanha", procurando dar ênfase e, ao mesmo tempo, assegurar as iniciativas culturais locais, estimulando a criação de entidades líderes e a valorização do Voluntário Esportivo. As estratégias utilizadas, buscavam a consolidação de um trabalho comunitário voltado para o esporte no tempo livre. Pela coerência interna de suas atividades, tinha por objetivo ainda enfatizar a descentralização, a municipalização e a participação espontânea.

A Campanha Esporte Para Todos, sob a tutela do MOBREAL, perdurou no Brasil por dois anos (1977-1978). Conforme já foi relatado, este também foi o período em que o Governo Federal investiu recursos diretos no EPT, advindos de várias fontes. No entanto, no final de 1978, o então Ministro da Educação Ney Braga, por pressões políticas e alegando gastos excessivos com a Campanha, deu um prazo de 48 (quarenta e oito) horas para a desmobilização do envolvimento do Governo Federal com o EPT.(28)

(28) L.F.da Costa. Entrevista concedida a este autor, em novembro de 1990. Ver, também monografia de Luiz Gonçalves Júnior. A Educação Física no Brasil no período 1964-1984. UNESP/Rio Claro: 1989, p.83.

Em seu testemunho pessoal, Lamartine Pereira da COSTA (1991), afirma "não ter sido apenas por esta razão - pois o MOBRRAL como um todo recebia esta crítica - mas sobretudo pela CAMPANHA ser um Movimento de Massa, o que o Governo não desejava" (A título de lembrança o Brasil estava subjugado a um regime militar). Cita como exemplo o episódio de destruição da primeira edição do Documento Básico, por ordem do Ministro Ney Braga e que a segunda versão só foi possível ser publicada, após esse Ministro ter deixado o Governo.

Segundo COSTA (1981:2), as ações do Governo Federal, em relação ao EPT, deixavam evidências de que a descontinuidade da Campanha já estava prevista.

No seu entendimento, não obstante esses acontecimentos, a Campanha EPT foi mais um projeto-demonstração e um exemplo de viabilidade e de penetração popular, do que uma inovação na prática esportiva, "cujas sementes das atividades esportivas não convencionais ficaram plantadas em quase todos os Estados e Territórios do País". (29)

Após 1978, os fatos nos apresentam o Esporte Para Todos como um programa da SEED/MEC, existindo mediante patrocínios e subsídios diversos, inclusive alguns da própria SEED, muitas vezes oscilantes quanto ao próprio EPT, devido à sua burocracia ressentida de não possuir experiência sobre assuntos municipais.

(29) L.P.da COSTA (Ed.). Teoria e prática do esporte comunitário e de massa, 1981, p.2-3.

O PROGRAMA ESPORTE PARA TODOS (1980/1981)

Mesmo com a desativação da Campanha, em 1979, em grande quantidade de municípios brasileiros as iniciativas, em torno de atividades comunitárias, continuaram a existir. Por iniciativa de profissionais da Educação Física, muitos cursos de capacitação de recursos humanos foram efetivados em todo o Brasil. A título de exemplo podemos citar as atividades desenvolvidas pela Secretaria da Educação do Estado de Alagoas, onde coordenadores do EPT, além de uma Professora do Curso de Educação Física da Universidade Federal de Alagoas, passaram a realizar viagens aos municípios alagoanos, no sentido de ministrarem cursos, tendo como base as idéias do EPT, mesclados de conteúdos da recreação comunitária. O mesmo acontecia em outras Unidades Federadas do Brasil, onde alguns "Agentes" adotaram estratégias semelhantes, para a continuidade das ações do EPT em quase todo o País. Tais como: Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Acre, Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo, dentre outros.

Já havia, nesta época, centenas de outras pessoas que procuraram dar continuidade às atividades do EPT na grande maioria dos municípios brasileiros, independentemente de interferências do Governo Federal, ou não.

A idéia, até então proposta pelo EPT, já se tornava simpática tanto para entidades, como para líderes comunitários,

comunidades de um modo geral e para profissionais da área, não só por se contrapor aos modelos tradicionais adotados pela Educação Física e o Esporte, mas também pela aceitação de sua prática, por grande parte da população em todas as regiões do Brasil, tendo em vista as características de não-formalidade assumida pelo "novo esporte"

Já a nível governamental, o DED procurou estimular tais iniciativas, mas, por pouco tempo, uma vez que em decorrência do Decreto 81.454, de 17/03/78, que "dispõe sobre a organização administrativa do MEC, e dá outras providências", este Ministério sofreu uma reestruturação administrativa. Dentre essas, foi criada a Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED), em substituição ao Departamento de Educação Física e Desportos, cujo Regimento Interno, só foi aprovado em 01/09/81, através da Portaria MEC nº.522, assinada pelo Ministro Rubem Ludwig.

- O EPT NA SEED/MEC:

Por ocasião do "Curso de Publicidade e Treinamento de Dirigentes Técnicos do Esporte Para Todos", realizado em Salvador e concluído em 15/10/79, a SEED já havia sido implantada, com o Secretário - Cel. Péricles Cavalcanti- adotando o EPT como um de seus "PROGRAMAS" prioritários. Deste curso participaram, 35 profissionais de Educação Física de todas as Unidades Federadas e publicitários de vários Estados bra-

sileiros. O corpo docente foi composto tanto por professores brasileiros, como por professores alemães. Os conteúdos desse curso proporcionaram aos seus participantes uma visão mais independente sobre as ações do EPT, enquanto projeto de Governo Federal. A partir dele, a grande maioria dos agentes (inclusive o autor) começou a adotar novas estratégias de mobilização e divulgação comunitárias, baseadas em iniciativas espontâneas, locais, levando a SEED a perder, quase que por completo, o controle sobre esse Movimento no Brasil.

O Secretário da SEED, em uma de suas primeiras manifestações públicas, prefaciando um dos números da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, entusiasticamente, fez o seguinte depoimento:

"A organização desportiva do País, instituída pela Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, propiciou, juntamente com o seu decreto de regulamentação (80.228/77), e o Decreto nº 81.454, de 17 de março de 1978, que "dispõe sobre a organização administrativa do MEC, e dá outras providências", a criação da atual Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED). Com base no acompanhamento e na avaliação das ações planejadas e executadas pelo antigo Departamento de Educação Física e Desportos, a SEED orienta-se, nos seus primeiros passos, em medidas concernentes à sua implantação, à educação física, ao desporto de massa e ao desporto de alto nível(...).

(Péricles Cavalcanti - 1979)

Para CAVALCANTI (1979) as áreas de atuação definidas pela SEED/MEC foram: a Educação Física, o desporto de massa e o desporto de alto nível. Com a própria reformulação da Política Nacional de Educação Física e Desportos, suas metas passaram a ser: Educação Física (Básica e Superior), Esporte Para Todos e o Desporto (Comunitário, Estudantil, Militar e Classista).

A Educação Física foi considerada como "o elemento da educação que utiliza, sistematicamente, as atividades físicas e a influência dos agentes naturais como o sol, a água, o ar, etc, como meios específicos".(2)

Foram dentro destas perspectivas que ela recebeu uma subdivisão, através da qual procurou-se caracterizar: a Educação Física Básica como sendo as atividades físicas curriculares e obrigatórias, desenvolvidas nas escolas de 1^o e 2^o graus, inclusive no pré-escolar; e, a Educação Física Superior como as atividades curriculares e obrigatórias desenvolvidas nas instituições de ensino superior.(3)

(2) Conceito apresentado num ciclo de conferências sobre os programas do MEC, em 1980, pela Secretaria de Educação Física e Desportos, intitulado "Perspectiva da SEED",p.02.

(3) IDEM, p.03.

O Esporte Para Todos, em substituição à nomenclatura "desporto de massa", foi definido como sendo "atividades físicas praticadas pelos diversos segmentos da população, caracterizadas pela informalidade, voluntariedade, hedonismo(4), de iniciativa local e baseadas na organização do tempo livre da comunidade" (5)

O Desporto, "como atividade predominantemente física, de caráter competitivo, exercitada segundo regras pré-estabelecidas", cuja organização - comunitária, estudantil, militar e classista - estava baseada na Lei 6.251, de 08/10/75, que "institui normas gerais sobre os desportos, e dá outras providências".(6)

Como se pode observar, a SEED/MEC procurou enfatizar o Esporte Para Todos com base no "sentimento recreativo e mobilizador do esporte, este entendido como um meio de desenvolvimento social, mas não se opôs à versão convencional, regulada pela legislação brasileira".(7) As questões voltadas para a descentralização, o pluralismo, a participação espontânea e a municipalização das atividades esportivas foram conservadas pela nova Secretaria do MEC.

(4) Para SILVEIRA BUENO, 1989, "hedonismo" significa "doutrina filosófica que faz do prazer o fim da vida", p.338.

(5) Perspectiva da SEED, 1980, p.03.

(6) IDEM.

(7) Lamartine Pereira da COSTA. Organização Esportiva Brasileira: crise e mudança de paradigmas", 1987, p.130.

- A SUEPT: politica de ação.

Com a promulgação da Portaria MEC nº 522, de 01/09/81, que aprovou o Regimento Interno da Secretaria de Educação Física e Desportos, do Ministério da Educação e Cultura (SEED/MEC), a mesma, em seu capítulo I - Categoria e Finalidade - Artigo 1º, definiu esta Secretaria da seguinte maneira:

"A Secretaria de Educação Física e Desportos - SEED - órgão central de direção superior do Ministério da Educação e Cultura, tem por finalidade planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento da Educação Física, do Desporto e do Esporte Para Todos no País, em consonância com as diretrizes definidas pela Política Nacional de Educação Física e Desportos; prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva às unidades federadas e às instituições de ensino e esportivas, bem como às entidades nacionais dirigentes do desporto e zelar pelo cumprimento da legislação federal pertinente".

Com a aprovação desse Regimento Interno, a nova Secretaria passou a adotar a seguinte organização estrutural:

- 1 - Conselho de Administração do Fundo de Assistência ao Atleta Profissional.
- 2 - Subsecretaria de Coordenação:
 - 2.1-Coordenadoria de Planejamento Avaliação e Controle.
 - 2.2-Coordenadoria de Orçamento.
- 3 - Subsecretaria de Educação Física:
 - 3.1-Coordenadoria de Educação Física do Ensino de 1º e 2º Graus.

- 3.2-Coordenadoria de Educação Física do Ensino Superior
- 4 -- Subsecretaria de Desportos
 - 4.1-Coordenadoria de Desporto Comunitário.
 - 4.2-Coordenadoria de Desporto Estudantil.
- 5 - Subsecretaria de Esporte Para Todos
 - 5.1-Coordenadoria de Promoção e Eventos
 - 5.2-Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional.
- 6 - Serviço de Apoio Administrativo.

Dentro do novo organograma da SEED/MEC, encontramos a Subsecretaria de Esporte Para Todos -SUEPT.

Segundo o Artigo 3º, da Portaria nº 522, do MEC, por indicação do novo Secretário Péricles Cavalcanti e referendado pela Ministra Esther Figueiredo, da Educação e Cultura, assumiram os novos Subsecretários da SEED, dentre os quais o Cel. Newton Heráclio Ribeiro que ficou com a responsabilidade de propor as ações desenvolvimentistas do Esporte Para Todos no Brasil, segundo os próprios objetivos da SUEPT.

Baseado no Artigo 15º dessa Portaria, a Subsecretaria de Esporte Para Todos (SUEPT), recebeu a competência de "elaborar, propor e avaliar, em articulação com a Subsecretaria de Coordenação, a programação para o desenvolvimento do Esporte Para Todos, em todo o território nacional".(8)

(8) A esta Subsecretaria de Coordenação competia: elaborar e propor as atividades de planejamento, orçamento e executar as atividades de acompanhamento e de controle das ações desenvolvidas no âmbito da SEED (vide:Art.6,Port.522)

A SUEPT aproveitando-se de experiências adquiridas, desde a Campanha EPT/MOBRAL, por profissionais da Educação Física atuantes na área, planejou os seguintes objetivos: promover e divulgar o Esporte Para Todos em todo o território nacional, em consonância com as culturas regionais, necessidades e anseios das comunidades; estimular competições e eventos populares, procurando fomentar e gerar programas, visando o aumento do número de praticantes regulares dentro das comunidades; e, apoiar o desenvolvimento de iniciativas comunitárias, voltadas para a prática de atividades esportivas não formais, objetivando a manutenção do Esporte Para Todos a nível local.

A capacitação de recursos humanos foi outro objetivo fundamental proposto pela SUEPT, mantendo a idéia do "Agente" como a base de sustentação do Esporte Para Todos no Brasil - o ser-fazer-refletir desse movimento.

Para a SUEPT o Agente, a nível municipal/local, era o próprio movimento EPT, enquanto elemento de mobilização, divulgação e de multiplicação de suas propostas dentro da comunidade em que estava inserido.

Essa Subsecretaria procurou, ainda, compatibilizar interesses de renovação esportiva no País, com a reformulação da estrutura organizacional do direito à prática esportiva, à semelhança de outras funções sociais básicas, igualmente ao que vem acontecendo a nível internacional.

Assim, a SUEPT, sustentada pelas "Diretrizes Gerais de Planejamento 1980/1985" da SEED/MEC, embasadas na Lei 6.251,

de 08/10/75, que "definiram as orientações básicas(...)de ações dos órgãos públicos e entidades privadas que integram os Sistemas de Ensino e Desportivo Nacional";(10) no III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (PSECD) - 1980/1985 - MEC(11), perspectivou ações de forma descentralizadora e de consulta às bases comunitárias.

A comunicação foi o instrumento encontrado por essa Subsecretaria para estreitar o relacionamento entre essa instituição e as bases comunitárias, em busca de uma maior mobilização e participação nas atividades do Esporte Para Todos. (12)

(10) Diretrizes Gerais de Planejamento da SEED/MEC 1980/85, apresentadas no Ciclo de Conferências sobre os programas do MEC, 1980,p.06.

(11) Especificamente sobre o desporto de massa o objetivo desse PSECD/MEC, estava centrado na intensificação de atividades de lazer e aperfeiçoamento corporal, bem como no estímulo às competições desportivas populares, integradas a outros programas da área social.

(12) A "Revista Comunidade Esportiva", ainda sob a direção do MOBREAL, já existia desde 1980. Foi esta revista um dos primeiros veículos utilizados pelo EPT para a comunicação de seus ideais junto a comunidade.

O "Agente", inserido em uma proposta regionalista, localista e culturalista foi o fio condutor, o ser e o dever ser desse processo (COSTA:1992).(13)

Prefaciando o livro "Teoria e Prática do Esporte Para Todos: 1982-1983", o Secretário da SEED apresenta evidências sobre o conceito e o papel da SUEPT perante aquela Secretaria. E diz:

"Sendo de nossa criação, a Subsecretaria de Esporte Para Todos representa mais do que um órgão na estrutura da Secretaria sob nossa direção. Na verdade a SUEPT é uma idealização, um símbolo de inovação, uma ponta-de-lança operacional para a transformação da Educação Física e Desportos brasileiros.

Já atuando na área estudantil e na área do esporte formal, a SEED completou seu quadro institucional com a atuação plena do Esporte Para Todos no âmbito da SUEPT.(...)

Dessa forma, dentro de um contexto mais intersubjetivo do que institucional, surgiu na SUEPT a idéia de implantação de uma "Rede EPT", que aconteceu em 1982.

(13)Lamartine Pereira da COSTA. Organização esportiva brasileira: crise e mudança de paradigma. 1987, p.138.

A Rede Esporte Para todos, basicamente, foi um sistema nacional que teve como um dos objetivos integrar pessoas e entidades, no sentido de: trocar informações de forma simplificada; veicular estas informações, através dos mais diversos meios de comunicação de massa (artesanais ou eletrônicos); trocar experiências e descobrir valores sócio-culturais das comunidades, constituindo-se, assim, numa espécie de veículo, elo e memória do Esporte Para Todos brasileiro.

Além disso, a Rede EPT procurou estimular a participação, a mobilização e a conscientização de pessoas para a importância da prática não formal e informal da atividade física, esportiva, porém, sem se opor à prática convencional (formal) dessas atividades. Tinha, ainda, como característica principal o pluralismo e a descentralização, desenvolvidos a partir de bases comunitárias. (1)

Na realidade, este projeto "Rede EPT" foi elaborado em 1981, após a criação da SUEPT, incorporado, formalmente, pela Secretaria de Educação Física e Desportos do MEC, em 1982, sem, no entanto, ter sido esta Subsecretaria seu órgão gestor.

(1) Ver exemplos citados por L.P.da COSTA nos "Anais do Ciclo de Debates: Panorama do Esporte Brasileiro". Brasília-DF: Câmara dos Deputados, 1984.

Encontramos justificativa nessa afirmação, a partir do momento em que a própria Instituição, quando da fase de re-planejamento, em 1981, elegeu como marcos norteadores de sua política de ação: a "descentralização" e o "pluralismo". Este fato aconteceu, porque seus técnicos, com as experiências adquiridas da Campanha EPT, concluíram que a base de sustentação de um programa de ação comunitária (como é o caso do EPT) estava centrada na "comunicação", através de ações intersubjetivas de agentes, dentro das próprias bases comunitárias. (2)

Dessa forma, o "Agente" passou a ser conceituado como o elemento básico para o desenvolvimento das ações do EPT no Brasil. Foi eleito pela SUEPT como o "ser-fazer-refletir" desse movimento a nível municipal e/ou local.

Um fato importante registrado nesse período, foi que o "Agente" deixou de ser qualquer tipo de profissional, como ocorreu na Campanha EPT/MOBRAL, para se definir prioritariamente em torno do "Profissional da Educação Física".

(2) Note: "Comunicação" aqui refere-se aos membros da Rede e, portanto, diferente de "comunicação de mão única" do tipo TV, rádio etc. Na verdade a "comunicação da Rede" era o instrumento dos Agentes - razão de ser do movimento, como já vimos anteriormente e muito enfatizada por COSTA.

Assim, a "capacitação de recursos humanos", dentro da política adotada por esta instituição (pluralista e descentralizadora), transformou-se em um de seus objetivos prioritários para a qualificação e a multiplicação desses agentes, objetivando, também, o aumento de circulação de informações junto às comunidades.

A "comunicação", via mídia (artesanais e eletrônicas), voltada para o apoio, o estímulo e a realização de eventos comunitários, foi definida como o elo importante para o desencadeamento do processo do movimento Esporte Para Todos no Brasil, nesta nova etapa de realizações.

Estava, criada a Rede Nacional de Esporte Para Todos que, segundo STEINHILBER et alii (1982-1983:p.429) "pretende constituir-se numa central de difusão, que através dos seus veículos de comunicação deve produzir, fazer circular informação, visando a integração de idéias, oportunidades, pessoas, grupos e entidades mobilizadas no desenvolvimento do Esporte Para Todos no Brasil, enquanto ideologia, movimento e prática social".(3)

(3) A Central de Difusão da Rede Nacional de Esporte Para Todos, sediada na Praça da República, 141-A-Rio de Janeiro, era para onde convergiam as informações circuladas entre os agentes, para um possível retorno, via mídia, às comunidades.

Em sua ação, a Rede Nacional de EPT, na realidade, foi uma espécie de agente facilitador e a infraestrutura para a criação das Redes Estaduais, compostas de "núcleos" (municipais, locais) independentes e com ações próprias, cujo, único ponto de referência comum, entre eles, era o "Decálogo", que, ainda, servia de base à filosofia epetista.

Para COSTA (1991), o decálogo foi, na prática, "a única referência EPT que sobreviveu a todas as fases depois de 1977, embora isto não tenha sido produto de intenções dos pioneiros do EPT (inclusive eu)".(4)

Os "Núcleos de Difusão da Rede EPT"- institucionais ou não- possuíam vida própria e não dependiam da SUEPT para funcionar. De um modo geral, suas ações recebiam apoio e o patrocínio de entidades e empresas locais. O núcleo adquiria identidade, no local onde houvesse pelo menos um "Agente EPT" atuando junto à comunidade. Os núcleos institucionais, ligados às Secretarias de Estado e/ou Municípios, eram coordenados por Agentes Profissionais ou semi-profissionais.

(4) L.P.da COSTA. Testemunho prestado a este autor em 21/12/91.Continuando diz : "Faço esta afirmação empiricamente, pois tenho encontrado referências ao decálogo até hoje, em diferentes fontes e debates. A razão desta sobrevivência não consigo alcançar claramente, em termos teóricos".

O primeiro marco operacional, de trabalho, efetivado com segmentos representativos das Unidades Federadas, foi realizado em abril de 1982, por ocasião de um Treinamento de Recursos Humanos de EPT, com o objetivo de se buscar apoio institucional para o projeto. (5)

"Este encontro originou-se da necessidade de entrosamento que a SUEPT/SEED/MEC sentiu entre elementos das Unidades Federadas para a elaboração de um plano de participação das emissoras educativas locais, nos programas radiofônicos do projeto da Rede EPT". (6)

Havia uma expectativa muito grande relacionada a esse entrosamento, porque dele, também, dependia o próprio desenvolvimento do movimento EPT, a nível nacional.

Para os "epetistas" (agentes e demais pessoas das comunidades), estava aí lançado o desafio. E, para buscar atingir seus objetivos, além do sistema radiofônico, a Rede EPT utilizou-se de outros canais de comunicação. Dentre esses:

(5) Este treinamento foi realizado em Jacarepaguá-Rio de Janeiro, na Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, no período de 26 a 30/04/82, coordenado pelo Prof. Person Cândido Matias, onde dois grupos distintos participaram: Agentes EPT, representantes das Unidades Federadas e profissionais de Rádios Educativas. Ao todo foram 17 radialistas e 26 Agentes.

(6) Trajetória do Projeto "Rede Esporte Para Todos": 1982-1985, p.17.

- A Revista Comunidade Esportiva - veículo já tradicional entre os epetistas - desde os tempos do MDERAL - a partir do seu número 18, foi incorporada como uma das mídias da Rede EPT, em 1982, por desistência do próprio MOBREAL.

Esta Revista passou a ser "um espaço aberto para pessoas e organizações atuantes no esporte comunitário, que participavam, dela, enviando artigos, estudos, pesquisas e informações"(7), tendo, inclusive, alcançado uma tiragem de 25.000 exemplares. Este, provavelmente, seja o recorde entre revistas da Educação Física no Brasil, de sentido comunitário ou técnico.

- O Boletim Informativo - veículo de circulação interna, semanal, com informações enviadas pelos núcleos institucionais.

- O "Tráfego" de Fitas - utilizando o sistema do tipo "clearing house"- configurou-se na troca de informações e notícias, mediante fitas gravadas, entre agentes e agentes com a central de difusão. Basicamente, foi através do tráfego de fitas que o programa radiofônico obteve sua sustentação.(8)

(7) Ver:STEINHILBER et alii. Rede nacional de Esporte Para Todos-1982/1983. In Teoria e Prática do Esporte Para Todos: 1982/1983, p.429; BRAMANTE & MAGALHÃES PINTO. Texto "EPT: uma Radiografia da Revista Comunidade Esportiva,1990".

(8)O sistema "clearing house" foi adotado, inicialmente, pelo Canadá. Trata-se do recolhimento de informações diversas, sem profissionalismo (de forma caseira). No caso da Rede EPT, os próprios agentes atuavam como entrevistadores, como se realmente fossem repórteres. Através desse sistema foram veiculadas centenas de fitas, via rádio.

- Correspondências através de cartas - foi, também, um dos meios mais utilizados para a circulação de notícias, informações, solicitações e troca de experiências entre os Agentes EPT.

- Telefone - Através do qual, os Agentes a qualquer momento poderiam, a cobrar, enviar notícias de todo o Brasil e, com auxílio de aparelhagem própria, fazer entrevistas com pesquisadores, estudiosos e colaboradores da Rede.

- Telex e malotes da SEED/MEC e das Secretarias Estaduais e/ou Municipais, foram também utilizados pela Rede EPT como instrumentos de comunicação.

Com toda essa parafernália montada, as idéias em torno do EPT, rapidamente, foram difundidas junto às comunidades, uma espécie de "bola de neve". As iniciativas locais ampliaram-se de tal forma que a SUEPT começou a perder o seu controle, conforme já havia sido previsto, anteriormente, por seus planejadores. Tal fato pode ser explicado levando-se em conta de terem sido a Comunidade Esportiva e o programa de rádio a mídia com mais informações prestadas, às comunidades brasileira, sobre o EPT. Esses veículos possuíam grande poder de penetração e eram de livre acesso da população. Não obstante o trabalho regionalista, localista e culturalista desenvolvido pelos Agentes EPT, em todo o território nacional, estes dois veículos (revista e programa radiofônico) também informavam sobre a filosofia do EPT, reforçando o estímulo à prática não formal do esporte, favorecendo, assim, para o aumento de novas adesões.

Por esse fato, as avaliações feitas pela SUEPT sobre o movimento EPT no Brasil, baseavam-se, prioritariamente, em informações repassadas por Agentes de Ligação das Unidades Federadas (os Agentes profissionais ou semi-profissionais que trabalhavam nas instituições). No entanto, muitas dessas informações já chegavam, a essa instituição, defasadas. Os próprios Agentes de Ligação, também, não mais possuíam, conhecimento concreto das ações epetistas acontecidas em seu Estado ou Território Federal, consequências de uma política pluralista e de descentralização igualmente adotada em cada Unidade Federada.

Utilizando-se de experiências vivenciada por este autor, enquanto Agente de Ligação, citamos, mais uma vez, o Estado de Alagoas. Dos 96 Municípios, havia, até 1983, 75 Núcleos de Difusão, todos ligados às Prefeituras. Em 1982, foram registrados 44 (quarenta e quatro) eventos, com uma participação estimada de 125.000 (cento e vinte e cinco mil) pessoas. Em cada Núcleo, as ações do EPT estiveram voltadas, geralmente, para a capacitação de recursos humanos, através de cursos, palestras, seminários, encontros e eventos, propiciando a divulgação da filosofia e prática do EPT, bem como, proporcionando a criação de outros núcleos comunitários. O apoio, o estímulo e o assessoramento aos eventos locais, juntamente com a divulgação (via combinação de mídia: eletrônica e artesanal) complementavam as metas a serem atingidas por esses núcleos em seus trabalhos de ação comunitária. Além disso, existiam, ainda, os "Agentes Independentes", que

não pertenciam a nenhuma instituição, mas ao aderirem às idéias epetistas, não só formavam seus próprios núcleos, como também estimulavam a criação de outros. Isto acontecia frequentemente em comunidades de pescadores, da zona rural e urbana, em escolas, em centros comunitários, em associações de bairros, dentre outras.

Além de Alagoas, outros exemplos dessa natureza foram amplamente divulgados no Brasil pela Revista e o Jornal Comunidade Esportiva, o programa radiofônico, jornais e boletins dos núcleos estaduais (Ver: Jornal do Esporte Para Todos do Estado do Rio de Janeiro, de Rondônia, do Piauí, do Rio Grande do Norte etc.), como também em congressos nacional e regionais.

Assim sendo, tendo em vista essa diversificidade, nem todos os Núcleos formados mantinham contatos sistemáticos com a Central de Difusão, fazendo com que algumas das informações ficassem normalmente defasadas e, até mesmo, desconhecidas.

RIBEIRO & TAKAHASHI em "Metas e resultados da SUEPT-1982" (vide: Teoria e prática do Esporte Para Todos: 1982-1983, p.433), avaliando o "projeto/atividade de apoio ao desenvolvimento da atividade física de lazer", que previa em suas metas: conscientização e mobilização popular para o EPT; implementação de facilidades no EPT; apoio a projetos isolados do EPT; apoio à implantação dos subsistemas do EPT; e, implantação de programas integrados do EPT, apresentaram os seguintes resultados: "em 25 Unidades Federadas (UF), foram

registrados 1421 eventos EPT, havendo uma participação estimada de 2.425.574 pessoas".

Convém salientar que esses dados foram obtidos, das instituições que participaram diretamente desse projeto global da SUEPT, em 1982, não refletindo concretamente o resultado total desse movimento no Brasil.

Com base nos resultados quantitativos e qualitativos que vinham sendo registrados pelo movimento EPT do Brasil e com vistas a um conhecimento maior de sua realidade, a SUEPT resolveu incluir entre suas metas "a realização do I Congresso Brasileiro e Panamericano de Esporte Para Todos".

- O I CONGRESSO EPT: uma inovação metodológica.

Para a SUEPT, a idéia de realização de um evento que congregasse o maior número de profissionais da Educação Física, para discutir as problemáticas do EPT, já se fazia presente perante seus "experts", desde o encerramento da Campanha Esporte Para Todos. Afinal, os dados até então registrados, demonstravam que já havia experiências em todo o país merecedoras de registro e de interpretações teóricas. No entanto, questões constitucionais e de reformulações estruturais acontecidas no MEC, não permitiram a sua concretização.

Esse evento só pôde acontecer após a criação da Subsecretaria de Esporte Para Todos, em 1981, quando o então Subse-

cretário Newton Heráclio Ribeiro, juntamente com seu Coordenador George Massao Takahashi, conseguiram, em Brasília, negociar, junto a SEED, e incluir esse evento na programação dessa nova Subsecretaria.

COSTA (1982:371) afirma que "a idéia de uma organização aberta, menos formal, e as propostas dos dois congressos simultâneos (Panamericano e Brasileiro) causou uma expectativa muito grande entre os epetistas e descrédito no âmbito dos tradicionalistas"(9), pois tratava-se de um evento com características inéditas na Educação Física e no Esporte brasileiros e, até mesmo, no plano internacional.

"Aparentemente, o EPT brasileiro também foi o inovador na organização de Congressos 'abertos', fora dos cânones acadêmicos, com ampla participação dos congressistas e sem enfoque prioritário sobre grandes personalidades e conferencistas".(10)

Várias reuniões de estudos foram realizadas no Rio de Janeiro e em Curitiba, com o intuito de se procurar desvelar as possíveis surpresas que poderiam acontecer num evento com essas características.

(9) Anais do I Congresso Brasileiro e Panamericano de Esporte Para Todos, 1982, p. 371.

(10) L.P. da COSTA. Entrevista com o autor, em 21.12.91.

"O desafio acabou apaixonando pedagogos avançados e epetistas de diversos Estados, até que se chegou a um arranjo organizacional (programação móvel, orientação pelo rádio, uso de agentes de mobilização, circulação tipo feira, diversidade de ofertas, comunicação visual em telão, horário em aberto etc.) que parecia atender a proposta de um congresso aberto".(11)

A estrutura organizacional facilitou a participação dos congressistas. As experiências vivenciadas favoreceram para a ampliação da discussão de temas. Os resultados obtidos, segundo seus promotores, participantes, organizadores e pessoas não pertencentes à organização e publicados nos Anais desse evento, ultrapassaram às ansiedades anteriores.

(11) Após acertos preliminares entre a SUEPT/SEED/MEC e SECE/PR, o I Congresso Brasileiro e Panamericano de Esporte Para Todos, foi realizado em Curitiba (Parque Barigüí), no período de 17 a 19/09/82.

Estruturalmente esse evento foi organizado da seguinte maneira: uma organização "móvel" e outra "fixa". A organização móvel, composta por Agentes dos diversos Estados e Territórios, possuía um papel importante de atuação: moderar os trabalhos apresentados". O pessoal da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, do Estado do Paraná, ficou encarregado com os aspectos de infra-estrutura e funcionamento do evento (organização fixa).

Os trabalhos apresentados, de acordo com a matriz analítica desenvolvida por COSTA (1983)(12), estiveram centrados em: estudos e relatos; atividades e metodologia; visão local e comunitária; atividades/metodologia nas escolas; EPT nas empresas; excepcionais; críticas ao EPT; áreas rurais/tecnologia apropriada; métodos de divulgação; e, propostas e conceituações.

O direcionamento desses trabalhos estiveram voltados: para a teoria e prática do EPT; para o sentido de ações embasadas nas visões comunitárias, de grupos e institucionais; para críticas, levantamentos e avaliações.

Ao todo foram 182 trabalhos apresentados, 1239 pessoas inscritas no Congresso, 909 participantes, 35 entidades envolvidas, 58 moderadores de debates e 82 componentes da organização local.(13)

(12) Vide quadro síntese do I Congresso Brasileiro e Panamericano de EPT, elaborado por Lamartine Pereira da COSTA, na obra Teoria e Prática do Esporte Para Todos: 1982-1983, p.414.

(13) Teoria e prática do Esporte Para Todos: 1983, p.441.

De acordo com os anais desse Congresso e de conformidade com opiniões emitidas por agentes, o mesmo foi definido como "aberto". tendo em vista a sua percepção como um processo histórico e contínuo, descompromissado de lideranças intelectuais ou institucionais, que permitiu a reflexão e que expôs à crítica as idéias de sustentação do Esporte Para Todos.

Estes processos aconteceram por partes, por temas, por grupos e por indivíduos em diferentes graus de profundidade.

Foi, na realidade, "um painel de trocas, não havendo preocupações com destaques individuais, mas sim com as percepções, referências importantes para a constatação do presente e para a mobilização do futuro".(14)

Para COSTA (1982:423), esta experiência indicou a existência de uma "reflexão de mobilização (afetiva, coletiva, descontínua, perceptiva, inquieta e orientada para realizações)", como, também, de uma "reflexão factual (de bases cognitivas, individuais, contínuas, analíticas, ordenadas e orientadas para o levantamento da realidade)", as quais conviveram mutuamente.

(14)Diagnóstico do EPT brasileiro em 1982, apresentado por Lamartine Pereira da Costa nos anais do I Congresso Brasileiro e Panamericano de Esporte Para Todos, p.414.

De acordo com as diversas avaliações realizadas neste Congresso (das quais este autor participou) e que estão destacadas em seus anais, foram analisadas algumas hipóteses relacionadas com o perfil do Agente EPT.

Após essas análises, foram identificados quatro tipos específicos de Agentes - Endógeno, Independente, Profissional e Teórico- e concluído que "o perfil do Agente EPT vinha sendo discutido desde a implantação da Campanha pelo MOBREAL, em 1977. No entanto, o que apenas se conhecia, dele, estavam ligadas à considerações históricas e sem, quase que nenhum, dimensionamento factual"(15).

A legitimação do perfil do Agente EPT, juntamente com perspectivas relacionadas com os participantes e instituições envolvidas com o EPT, foi proposta por representantes das Unidades Federadas, ao elaborarem, em 1983, um documento denominado de "Carta de Compromisso do EPT".(16)

(15) Vide: Teoria e prática do Esporte Para Todos:1982-1983, p.423). Ver conceituação dos quatro tipos de Agentes no estudo que fazemos sobre a "Carta de Compromisso".

(16) A "Carta de Compromisso do EPT" foi uma espécie de código de ética, proposto por Agentes de Ligação (identificados como Agentes Profissionais) das Unidades Federadas, com o objetivo de preservar a filosofia adotada pelo EPT brasileiro. Embasada no decálogo e procurando evitar possíveis deturpações, essa "Carta de Compromisso do EPT" mostrou-se necessária e acabou sendo gerada por imposição dos fatos (agentes estaduais que não respeitavam os princípios do decálogo e utilizavam esse movimento para vantagens pessoais). Ela foi elaborada em abril de 1983, em Florianópolis e, após estudos, legitimada pelos Agentes Estaduais, por ocasião de um encontro da SUEPT, realizado em Brasília, no mês de julho de 1983.

- CARTA DE COMPROMISSO DO EPT: um documento ético?

A "Carta de Compromisso", na realidade, foi um documento histórico elaborado por Agentes de Ligação das Unidades Federadas, que tentou apresentar o grau de maturidade desses Agentes em relação às suas práticas epetistas.

Baseados no "decálogo", no "documento básico do EPT" e em experiências acumuladas desde a implantação da Campanha no Brasil, esses Agentes, utilizaram-se, para a elaboração da "Carta de Compromisso do EPT", de princípios críticos que servissem de orientações aos demais agentes em busca de ações comunitárias conscientes, dentro da realidade de cada comunidade e sem manipulações.

A crítica foi conceituada como uma chamada à consciência sobre o ser-fazer do EPT, a parte intrínseca da própria proposta epetista, uma vez que, segundo esses Agentes, "jamais se deve trabalhar num ambiente comunitário sem o exercício consciente da crítica".

"A busca do bem comum, através do exercício da crítica, deveria ficar acima dos conflitos normais do desenvolvimento de pessoas e grupos, na busca de um convívio democrático e de um trabalho com a comunidade". Com estas afirmações, este documento - "Carta de Compromisso" - deixou transparecer a importância do exercício da crítica em busca de uma determinada realidade, sem que os sujeitos envolvidos não se deixassem iludir pelas aparências, mas, centrando basicamente suas atenções para o desenvolvimento comunitário.

"A variedade e a discordância são indicadores importantes para vivificar e estimular as ações do EPT nas comunidades, enquanto que a conformidade e a concordância poderão servir como instrumentos esterilizadores dessas ações. A única restrição à crítica é aquela feita de caráter leviano, em defesa de situações tradicionais ideológicas". (17)

Este documento expressa, também, a preocupação dos Agentes sobre a forma de como o esporte tem sido visto como motivo de manipulações de ordem política, institucional, comercial, ideológica etc...e que a sua versão não-formal, no caso o EPT, não deveria fugir à excessão, podendo, até certo ponto, transformar-se num instrumento desses propósitos não comunitários, tendo em vista suas próprias características descentralizadoras.

Nessas circunstâncias, o epetista deveria se abrigar em sua consciência crítica, uma vez que, agindo descentralizadamente, poderia ser, facilmente, um instrumento dessas manipulações.

Baseando-se na compreensão dessas peculiaridades, os Agentes das UF, participantes desse encontro de Florianópolis, propuseram esse referencial ético e, até, de complementação do "decálogo", que lhes propiciasse uma base para o processo efetivo de auto-avaliação das práticas epetistas, enquanto programa de ação comunitária.

(17)Vide: cartaz "70 Anos do Esporte Para Todos no Brasil", publicado pela Central de Difusão da Rede EPT, 1983.

Procurando ratificar a visão pluralista e descentralizadora estimulada pela SUEPT, três variáveis foram consideradas como fundamentais para a formulação desse referencial ético denominado de "Carta de Compromisso do EPT". São elas: "participantes", "agentes" e "instituições".

- Participantes:

A comunidade, inserida no seu contexto cultural, com seus anseios, necessidades e realidades locais, foi considerada como a perspectiva de maior relevância, tendo na espontaneidade e na autonomia dos participantes a referência essencial norteadora das ações do EPT.

Os eventos de impacto foram definidos como sendo, apenas, elementos típicos de divulgação e mobilização popular de grandes grupos de pessoas. No entanto, se realizados isoladamente e em pequenos grupos, o seu grau de sentido comunitário passaria a ficar cada vez mais diminuto, conforme cada situação específica.

Uma das maiores ênfases, apresentadas neste documento, relacionou-se ao estímulo que deveria ser dado às ações permanentes, com os pequenos grupos comunitários, visando a integração familiar, a valorização do idoso, do deficiente de um modo em geral, da mulher, da criança, enfim, de todos os segmentos da comunidade, tendo neste, também, uma das formas adequadas de interrelacionamento desses segmentos, com sua realidade existencial.

- Agentes:

Experiências adquiridas com o EPT brasileiro, desde 1977, bem como avaliações feitas por ocasião do I Congresso Brasileiro e Panamericano de EPT, proporcionaram, aos mentores da "Carta de Compromisso", a identificação de quatro tipos característicos de "Agentes" atuantes no Esporte Para Todos do Brasil. Foram eles:

- Endógeno;
- Independente;
- Profissional; e,
- Teórico

O agente endógeno foi identificado como sendo aquele indivíduo advindo da própria comunidade em que estava inserido. Configurava-se na pessoa do denominado "agente nato", do líder comunitário, originado de sua própria comunidade e que refletia as características dessa comunidade.

De acordo com as propostas apresentadas, o "Agente Endógeno" deveria ser respeitado e preservado em suas peculiaridades, inclusive sem pressões para adesão ao Esporte Para Todos. Por outro lado, as demais categorias de agentes EPT (independente, profissional e teórico), poderiam se apresentar a ele em disponibilidade e apoio ao seu próprio trabalho, bem como estimulando a intercomunicação com outras atividades fins.

O "Agente Independente", segundo sua própria expressão revela, foi identificado como aquele elemento adepto à filo-

sofia do EPT. atuante de forma desvinculada de instituições, autônoma e espontânea na comunidade.

De conformidade com o que foi proposto pelos Agentes, na "Carta de Compromisso", esse tipo de agente (independente) deveria ser estimulado a melhorar sua qualificação sobre técnicas e filosofia do EPT, congregar-se à Rede EPT para gerar e receber informações que o capacitasse para a apreensão do valor comunitário do EPT, objetivando retirá-lo de um possível ativismo desportivo (o fazer por fazer), estimulando-o a desenvolver ações conscientes e críticas.

O "Agente Profissional" ou "Semi-Profissional", normalmente, possuía vínculo com uma instituição ou instituições diversas. Dentre estes encontravam-se os "Agentes de Ligação das Unidades Federadas" (denominação proposta pela SUEPT), que além de possuir vinculação à Rede EPT, eram orientados para qualificação progressiva, para orientação/assessoria/supervisão dos agentes independentes e para a identificação de agentes endógenos.

Foi, principalmente, através desse agente que tanto a SUEPT como a Rede EPT se abasteciam de informações. Por esse motivo, a "Carta de Compromisso do EPT" propunha que nesse agente "residia o esforço maior da geração de notícias sobre o EPT, a nível local, e respectivo repasse para a Central e Núcleos de difusão da Rede".(18)

(18) Vide: cartaz "70 anos do Esporte Para Todos no Brasil", publicado pela Central de Difusão da Rede EPT.

O "Agente Teórico" foi identificado como sendo aquele indivíduo cuja preocupação residia em estudos, pesquisas e propostas de novas ações para o EPT. Caracterizava-se como um estimulador à crítica, porém, "raramente representava a cultura popular, não devendo, portanto, ser a base para orientações dessas ações, sem deturpar os conteúdos gerados por outros agentes ou praticantes".(19)

Foi através dos Agentes Teóricos que a Carta de Compromisso previu o caminho para o estímulo à crítica no sentido de que estes "se coloquem sempre nos limites adequados da realidade, das técnicas, da responsabilidade ao contactar com as comunidades e, das intervenções institucionais".(20)

Esta carta, intencionalmente, também previa que:

"Os críticos não adeptos ou que julguem o EPT um instrumento de manipulação, devem ser estimulados na sua tarefa, dado o seu papel de 'reguladores de intervenção', principalmente em situações de diálogo e discussões técnicas".(21)

(19) Cartaz "70 anos do Esporte Para Todos no Brasil".

(20) IDEM

(21) IDEM

Apesar deste documento demonstrar que o Agente Teórico raramente representava a cultura popular, ao mesmo tempo, procurava apresentar o papel desse tipo de Agente como de grande importância para o desenvolvimento das ações desse movimento. Esta valorização se dava em função de que este tipo de agente desempenhava um importante papel de crítico, através dos resultados de seus estudos, transformando-se numa espécie de elemento regulador das ações desenvolvidas pela Rede EPT. (22)

(22) Particularmente, no Estado de Alagoas, tivemos, enquanto Agente de Ligação, momentos em que os não adeptos do EPT, ou mesmo os adeptos, não satisfeitos com as ações da Instituição a qual este autor representava, passaram através da APEF, de discussões em seminários, encontros, congressos e cursos, bem como através da imprensa, a emitir críticas, ao que pensávamos estar realizando corretamente. Foi um dos mais ricos momentos vivenciados por nós, enquanto Agente, a partir do instante em que tomamos consciência da importância do papel desses críticos para o aumento do nível de qualidade desse trabalho. Antes dessa tomada de consciência, essas críticas transformavam-se em ansiedade, angústia e, até mesmo, pavor, abalando-nos emocionalmente e levando-nos a tomar atitudes agressivas de defesa, e não convincentes, muitas vezes colocando em jogo a nossa reputação enquanto um profissional da área. No entanto, a partir do momento em que adquirimos maior maturidade em relação ao qual tentávamos realizar e, até, a própria consciência da importância desse trabalho, as nossas ações começaram a se modificar. Num determinado ponto, as críticas eram muito mais bem vindas do que os próprios elogios e, através delas, conseguíamos reavaliar o nosso desempenho.

- Instituições:

Na Carta de Compromisso, os Agentes elegeram as "Instituições" diante do EPT como "instrumento de apoio - realizando ofertas de intermediações às promoções e às ações dos agentes, permitindo, assim, autonomia comunitária e a preservação da cultura local". Nesse documento, os agentes demonstraram repudiar "excessos de enaltecimentos da instituição e veiculação de imagens e símbolos institucionais".(23)

Para os Agentes de Ligação, o principal papel da instituição seria o de "encorajar iniciativas de adeptos e praticantes evitando que as comunidades fossem colocadas a serviço das organizações".

Nas atividades do EPT, o papel das instituições, previsto neste documento, seria, simplesmente o de "abrir espaços para o não-formal, criando oportunidade de práticas esportivas simplificadas, conforme opções comunitárias, possibilidades materiais e culturais locais".(24)

O "Esporte Para Todos", perante as instituições, deveria ser um dos elementos de aglutinação de idéias e pessoas, com vistas às possíveis mudanças da Educação Física e do Esporte, não significando um fim em si mesmo.

(23) Cartaz "70 Anos do Esporte Para Todos no Brasil".

(24) IDEM

A comunidade foi considerada como a base para as ações epetistas, o que só veio ratificar a idéia de que o esforço maior para a administração pública, no que se refere à realização de atividades, deveria ser municipal, com a preservação da cultura local. A interferência de organizações estranhas aos municípios foram consideradas, pelos agentes, "de propósitos manipuladores e que fogem aos princípios do EPT".

Visando o fortalecimento da diversificação e da autonomia comunitária local, foi sugerido, na Carta de Compromisso que "a única referência universal do EPT brasileiro deveria ser o decálogo, como um ideário que procurava estabelecer princípios para a ação e reflexão de agentes e instituições".

Conforme o que se pode observar, a partir da implantação da Rede Esporte Para Todos, a preocupação estava voltada, nitidamente, para a qualidade das ações que deveriam ser desenvolvidas através do EPT.

Diferentemente do que aconteceu com a Campanha EPT/MOBRAL, dá para se perceber, nos documentos analisados, na própria historiografia, bem como em conversa que este autor teve com o Professor Dr. Lamartine Pereira da Costa, que a preocupação prioritária da Rede EPT estava centrada no estímulo a uma prática comunitária municipalista, localista e culturalista. A capacitação de recursos humanos passou a ser meta fundamental dentro desse contexto. Nesta fase, o "Agente" deixou de ser qualquer tipo de profissional, conforme ocorreu, em 1977, com o MOBRAL. Na Campanha EPT, essa

instituição não se fixou num tipo único de profissional para o desenvolvimento de suas atividades comunitárias. Ao contrário, a Rede EPT definiu, pelo menos a nível estadual (Agentes de ligação e Teóricos), o Professor de Educação Física como sendo o profissional mais recomendável para prestar serviços de orientação, assessoramento e, até mesmo, de supervisão junto às comunidades para a implementação desse programa.

Esta ênfase dada ao profissional da Educação Física (esta profissionalização) coincide com o aparecimento de críticos contundentes ao EPT, como Kátia Brandão CAVALCANTI e Nelson Mello e SOUZA que afirmam estar o EPT criando novos feudos, nova casta, nova religião na Educação Física, etc. (25)

Apesar das críticas e recebendo o apoio da SUEPT/SE-ED/MEC, de empresas e/ou outras instituições, a Rede Esporte Para Todos procurou investir na capacitação de recursos humanos.

(25) Ver: K.B.CAVALCANTI. Esporte Para Todos: um discurso ideológico, 1984 e N.M.SOUZA. O"Esporte Para Todos" e o direito de crítica. Revista Sprint, Set-out/1984,p.237.

Esta afirmativa pode ser comprovada, quando observamos que só no período de 1982 a 1986 foram realizados: um Congresso Brasileiro e Panamericano (Curitiba-1982); dois Congressos Brasileiros (Belo Horizonte-1984 e Campo Grande-1986), quatro Congressos Regionais (Nordestino- na Paraíba; da Região Norte- em Belém; da Região Sul- em Caxias-RS; do Centro Oeste- em Goiás, todos em 1983), uma Conferência Panamericana (Gramado-RS, 1984), dois cursos de pós-graduação (lato sensu), a nível de especialização, em Santa Maria-RS (1984) e Campo Grande-MS (1986) e encontros com APEFs. Além disso, anualmente, havia, no mínimo, dois encontros, a nível nacional, com Agentes de Ligação e Teóricos (Professores Universitários) para o planejamento e a avaliação das ações da Rede EPT.

Aconteciam ainda encontros regionais entre agentes e, durante cada ano, a realização de Congressos, cursos, encontros, simpósios estaduais e municipais onde procurava-se discutir problemas específicos ao movimento EPT, pertinentes a cada Unidade Federada e municípios. (26)

(26) Em Alagoas, 75% dos municípios, já haviam recebido atividades de capacitação de recursos humanos. Possuíam núcleos Municipais e os Agentes (profissionais, endógenos ou independentes) já atuavam com as comunidades repassando ou recebendo informações e realizando atividades.

- REDE EPT: outras Experiências.

As evidências dos fatos apresentados, demonstraram que a Rede Esporte Para Todos transformou-se, também, num espaço aberto destinado ao Profissional da Educação Física para o exercício da crítica e para suas reivindicações. Demonstraram ainda, ter sido o EPT, dentro do contexto da Educação Física e do Esporte brasileiros, historicamente um movimento nacional que intencionalmente se expôs ao julgamento crítico de seus profissionais, o qual soube conviver com essa situação.

Nos anais do II Congresso Brasileiro de EPT encontram-se publicações que podem comprovar tais afirmativas. Por exemplo, o documento "II Congresso Brasileiro de EPT: um cenário para a reunião das Associações de Professores de Educação Física (APEFs), a "Ata da Reunião das Associações dos Professores de Educação Física do Brasil", realizada em 08/11/83, em São Paulo (p.16); a "Carta de Intenção das Associações de Professores de Educação Física do Brasil/Esporte Para Todos", apresentada pelos Presidentes das APEFs do Brasil, no II Seminário de Avaliação dos Agentes de Ligação do Esporte Para Todos, em São Paulo, no período de 28/11 a 02/12/83 (p.18).

Nestes documentos ficaram claras as intenções dos representantes das APEFs do Brasil, principalmente neste último, de "unir esforços juntamente com os Agentes de Ligação" para a promoção e divulgação do EPT em nosso país, onde, ao mesmo

tempo, se propuseram "em respeito ao pensamento da classe abrangida, a promover reuniões de esclarecimento e debates junto a seus associados, a respeito do Esporte Para Todos (...) e, sempre que possível, participar juntamente com os Agentes de Ligação nas ações e outros programas do Esporte Para Todos (...) propondo-se a divulgar em seus boletins e outros veículos informativos, notícias relativas ao Esporte Para Todos"(1984:p.18, itens 1,2,3,4).

A "Carta de Belo Horizonte: Reflexões sobre a Educação Física Brasileira", foi outro documento que objetivou apresentar "problemas e críticas para a reflexão de professores e alunos da Educação Física Brasileira"; a "mobilização dos profissionais"; apresentar "propostas ao Estado"; e, a "sensibilização das comunidades".

Definidos os objetivos desse documento, uma Comissão eleita⁽²⁷⁾ levantou e discutiu uma série de considerações, bem como apresentou sugestões relacionadas com os seguintes temas:

(27) Esta comissão era composta pelos Professores: Airton NEGRINE, Alfredo Gomes de FARIA JUNIOR, Eustáquia Salvadora DE SOUSA, Fernanda Barroso BELTRÃO, Jefferson Tadeu CAMPFILDE, Laércio Elias PEREIRA, Lamartine Pereira DA COSTA, Manoel Gomes TUBINO, Moacir Brondi DAIUTO e Nagib Coelho MATNI.

- I - O Direito à Educação Física;
- II - Educação Física, Educação e Cultura;
- III - Educação Física e a Ética Profissional;
- IV - Educação Física e Suas Relações Com o Estado;
- V - Educação Física e Ensino;
- VI - O Professor de Educação Física e o Exercício da Profissão;
- VII - Formação do Professor de Educação Física;
- VIII- Mobilização e Associativismo em Educação Física;
- IX - Pós-Graduação em Educação Física;
- X - Pesquisa em Educação Física;
- XI - Informação e Documentação em Educação Física;
- XII - Educação Física e a Iniciativa Privada;e,
- XIII- Cooperação e Intercâmbio Internacionais da Educação Física.

Dentro das "CONSIDERAÇÕES" foram levantados alguns questionamentos historicamente construídos e que, ainda hoje, continuam perdurando em discussões acadêmicas e de profissionais dessa área de conhecimento. Por exemplo:

- "a impossibilidade de acesso à Educação Física a todos os brasileiros, devido à estrutura social do País, a fatores econômicos, culturais e, ainda a aspectos metodológicos da própria Educação Física";

- "o autoritarismo reinante na Educação Física brasileira em todo o seu processo histórico";

- "culturalmente a Educação Física brasileira, predominantemente, mantém-se afastada das nossas raízes culturais

nacionais e das peculiaridades da cultura regional, está isolada das outras áreas do conhecimento e da cultura, submetendo-se a uma situação de dependência cultural.

- "a inexistência, na Educação Física brasileira, um código de ética profissional";

- "a ineficiência na investigação científica no campo da Educação Física, no Brasil";

- "o atraso na Educação Física brasileira no setor de informação e documentação";

Essa Comissão, também, apresentou sob a forma de "SUGESTÕES":

- "uma ação política em geral e educacional em particular, para desenvolver a consciência crítica da população, quanto aos seus direitos em relação à Educação Física";

- "que a Educação Física brasileira, desenvolvida em âmbito formal, não formal e informal, atenda a todos, sem discriminação, integrando-se ao esforço geral de uma educação e cultura comprometidas com a transformação social e com a construção de uma nova sociedade";

- "(...) seja incentivada a mobilização da comunidade para a prática da Educação Física e para a aplicação de seus recursos na infraestrutura urbana de parques, e de outras instalações, a serem utilizadas pela população em geral, nessa prática";

- "que haja uma preocupação constante com a qualidade do ensino, por parte das instituições formadoras do professor de Educação Física";

- a preocupação com a qualidade dos cursos de pós-graduação e "que seja enfatizada a formação do pesquisador nas Instituições do Ensino Superior em Educação Física"; (28)

Todos esses são fatos demonstrativos do grande avanço teórico e prático dado pelo EPT no período de 1982 a 1986. Com a criação da Rede Esporte Para Todos, o EPT passou a ter um envolvimento profissional e comunitário muito mais ampliado dos verificados nos períodos anteriores. As estratégias postas em prática pela Rede, proporcionaram às atividades não formais um maior acesso às escolas, às instituições do ensino superior, às comunidades de um modo geral e aos profissionais da Educação Física e Esporte. Estas afirmativas podem ser comprovadas pelos dados apresentados nas publicações da Revista Comunidade Esportiva (RCE) e nos anais dos Congressos EPT, realizados em todo o Brasil (nacional, regional e estadual).

(28) Ver integralmente a "Carta de Belo Horizonte: reflexões sobre a Educação Física Brasileira", nos anais do II Congresso Brasileiro de Esporte Para Todos, Belo Horizonte-MG, 5 a 8 de julho de 1984, publicado pela SEED/SUEPT/MEC em dezembro de 1984, P.25-32, ou em livreto publicado pela FBA-PEF/APEFMIG/Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo - SELT/MG, p.1-8.

O estudo -"Radiografia" - da Revista Comunidade Esportiva, foi mais uma comprovação do fato de ter sido "o EPT uma nova vertente da Educação Física, baseada num sistema aberto e flexível, que sofreu influência do meio, interagindo com o mesmo em maior ou menor intensidade em cada momento de sua história e cada contexto onde era implementado".(29)

Através de um estudo descritivo-analítico de 40 números dessa Revista - publicadas entre 1/80 e 12/86 e condensadas em 35 exemplares - seus autores, BRAMANTE & PINTO (1990), observaram, inicialmente, a grande presença de "Agentes Institucionais", de "Agentes Teóricos" e de "Voluntários" (advindos de comunidades) nas ações desse movimento.

Uma outra evidência constatada foi a interação entre algumas Universidades e a comunidade, mediante trabalhos de ensino, pesquisa e extensão, não obstante: "um certo distanciamento entre muitos daqueles que 'pensavam' o EPT e outros que 'faziam' o EPT". Para os autores, "a ênfase era dada nas ações práticas, tanto em relação ao que se desejava, quanto ao que se oferecia".(30)

(29) Ver texto Uma "Radiografia da Revista Comunidade Esportiva, de A.C.BRAMANTE (UNICAMP) e Leila M.S. de M.PINTO (UFMG), 1990.

(30) IBIDEM. "Uma Nova Maneira de Pensar a Educação Física", 1990, p.7.

Citando DIECKERT (1984), admitem ter sido, fundamentalmente, o objetivo geral do EFT a "conscientização da população acerca do valor da prática desportiva, através de campanhas centradas na propaganda, com o auxílio de lemas e símbolos marcantes".(31)

No entanto, ao analisarem textos, relatos de experiências e avaliações de treinamento de agentes, esses autores identificam como "reduzida a discussão acerca do significado do esporte na vida dos indivíduos e da sociedade(...)o qual propunha-se estimular a autonomia da comunidade, buscando a continuidade das ações realizadas. Entretanto as orientações oferecidas pelos agentes e instituições centravam-se prioritariamente na promoção e divulgação de eventos, para os quais a Revista Comunidade Esportiva prestou-se como um dos principais referenciais. A proposta de estímulo à crítica apenas junto aos agentes vinculados às Universidades(...)não se mostrou convincente".(32)

No discurso elaborado por BRAMANTE & PINTO, observamos algumas generalizações que não conseguem comprovar essas afirmações. Como provar, por exemplo, que "foi reduzida a discussão acerca do significado do esporte na vida dos indivíduos e da sociedade"? Quais foram as orientações oferecidas? Que tipo de agentes e instituições? O que ou quais são os principais referenciais? Na verdade, existem afirmações confusas e sem uma sequência coerente.

(31) IDEM.

(32) IBIDEM, p.9.

Procurando fazer uma relação entre a Educação Física e o Movimento EPT, enquanto um processo historicamente construído. O estudo dessa revista, levou BRAMANTE & PINTO a refletirem o momento vivenciado pelo EPT como sendo idêntico ao que estava acontecendo na Educação Física brasileira. Segundo eles:

"mais preocupada em fazer por fazer, com conotação ativista (...) um momento maior permeado por documentos e experiências internacionais (Carta da UNESCO, etc.)(..)" (P.10)

Ao mesmo tempo, ressaltam que "o EPT inaugurou o início de um avanço crítico na área, refletindo o processo da abertura política que se instaurava no País", (33) e a Revista Comunidade Esportiva (RCE) "representou (...)um processo de mudança por apresentar um enfoque da Educação Física até então não abordada (...)suscitou também questões relacionadas ao mercado de trabalho do profissional de Educação Física e na necessidade de se investir na sua capacitação profissional para atuar no ambiente escolar".(34)

"(...)este periódico foi significativo para a Educação Física, uma vez que gerou controvérsias numa área que sempre foi refratária à mudanças".(35)

(33) IBIDEM, p.10

(34) IDEM.

(35) IDEM

A Rede EPT, além de demonstrar, ter sido um espaço aberto ao profissional da área para o desempenho da crítica e uma frente de vanguarda de estímulo à pesquisa, procurou oportunizar às comunidades o exercício efetivo de uma prática não formal do esporte, de participação espontânea, localista, regional e culturalista. A prática de um esporte "para todos" de sentido comunitário, de base local, de singularização individual ou familiar e de acordo com a cultura manifesta em cada região.

Além disso, a Rede EPT (desativada em 1988) historicamente marcou presença na Educação Física e no Esporte brasileiros, construindo e acumulando fatos, fio condutor para a identificação da lógica interna de tudo o que foi proposto, experimentado, vivido, teorizado e divulgado pelo EPT brasileiro. (36)

(36) Ver nos Anais dos Congressos a quantidade de experiências vivenciadas pelo EPT brasileiro. Conhecer experiências das diversas Unidades Federadas, tais como: Alagoas, Rio Grande do Norte, Piauí, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Distrito Federal, Goiás, Pará, Amapá, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, dentre outras. Conhecer experiências dos Clubes 45 na zona rural do Sul do País; trabalhos realizados em Maringá-Pr, Sorocaba-SP, Arapiraca-Al, Mossoró-RN, Itapira-SP, no BANESPA-SP etc. Conhecer, ainda, experiências epetistas em trabalhos com deficientes; em escolas de 1o e 2o graus; no ensino superior. Conhecer trabalhos de extensão realizados por Professores de IES. Vale a pena conhecer o acervo do EPT que se encontra à disposição de estudiosos e pesquisadores na Biblioteca da FEF/UNICAMP, além de trabalhos monográficos, realizados nos Cursos de Especialização das Universidades de Santa Maria, Federal do Mato Grosso do Sul e Federal de Pernambuco.

PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DO MOVIMENTO ESPORTE PARA TODOS NO BRASIL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO ESTUDO

- A GÊNESE:

A gênese do Movimento Esporte Para Todos no Brasil foi uma resultante de experiências historicamente construídas através de um conjunto de práticas do esporte: ofertadas aos agentes sociais (mais tarde agentes EPT), destinavam-se ao encontro de uma certa demanda mercadológica existente no contexto social brasileiro, na década de 70.

Assim como na Educação Física, na Educação e no Esporte de um modo geral, o Esporte Para Todos foi um produto dotado de lógica própria e de história própria que, mesmo estando articulada com outros eventos contemporâneos, possui seu próprio tempo, suas próprias formas de evolução, suas próprias crises e sua cronologia específica.

Uma das tarefas mais gratificantes desta pesquisa foi propor uma análise dialética da gênese do Movimento Esporte Para Todos, tornando-o uma realidade específica, no sentido de saber a partir de que momento podemos falar do EPT no Brasil. Para isso, fomos buscar, num primeiro momento, afirmações nos fatos, utilizando como referencial básico a historiografia, os documentos e as próprias experiências vivenciadas com o EPT.

Como já mencionamos e mais uma vez recordamos, o EPT foi resultado da apreensão do conhecimento de um "produto" criado na Noruega, em 1967 - o movimento de marketing TRIM - e "consumido", de forma diferente, com base nas necessidades e interesses, por outros países da Europa.

Na realidade, foi um processo mercadológico envolvendo uma proposta sobre a importância da prática lúdica e não formal das atividades físicas e esportivas, propiciando a ocupação da população norueguesa em seus momentos de lazer.

Na Alemanha - matriz inspiradora do EPT brasileiro - recriado com o nome de TRIMM, recebeu um tratamento mais científico justificando a divulgação de suas idéias pela população alemã. Os resultados positivos foram evidentes, com o consumo estimado de, aproximadamente, 93% da população.

Por contágio, essa "mercadoria" (TRIMM) foi exportada para países da América Latina, seu principal divulgador foi Jurgen Palm.

Segundo os fatos, foi nas "Jornadas Internacionales de Estúdio sobre el Deporte", na Argentina, em 1973, onde PALM expôs, pela primeira vez na América, o produto TRIMM, inclusive, apresentando o seu personagem de "cartoon" - o TRIMMY. Estavam, na ocasião, presentes os brasileiros Larmartine Pereira da Costa e Octávio Teixeira, trazendo para o Brasil as propostas desse modelo Alemão.

A apreensão desse conhecimento, estimulada pela ânsia de apresentar alguma inovação metodológica na prática da Edu-

cação Física e do Esporte brasileiros, seria, intencionalmente, o ponto de partida do EPT, para acelerar mudanças já então observadas com a publicação do "Diagnóstico da Educação Física/Desportos no Brasil", em 1971.

Não afirmamos que esse movimento, no Brasil, tenha sido simples cópia do movimento europeu. Mais que isso, o argumento desenvolvido comprova ter tido o EPT brasileiro, se não gênese própria, motivação e ambiente próprios reforçados pela predisposição e cultura das comunidades brasileiras.

Esse movimento foi considerado um meio extremamente econômico de mobilização popular, vindo de encontro a um momento histórico propício vivenciado no contexto social brasileiro. Isto ocorreu com a distensão política, com as camadas populares se organizando através de formas alternativas - associações de bairro, centros comunitários, associações comunitárias etc. - para, juntamente com "o novo sindicalismo", reivindicarem direitos às condições básicas de sobrevivência - saúde, educação, moradia, trabalho, lazer etc. Este foi, também, o período dos grandes movimentos de massa, iniciados no Governo Geisel, por isso mesmo o momento histórico propício para a implantação do EPT, tendo em vista a predisposição para a mobilização da população, bem como a existência de recursos econômicos neste período (final do "milagre econômico").

A demanda para implantação de um movimento popular que estimulasse a prática de atividades lúdicas e não formais

do esporte, marcadamente, estava presente no "momento" brasileiro. Exemplo disso, foram outros movimentos surgidos, através da mídia, como o Cooper, os sucessos dos eventos promovidos pela Prefeitura de São Paulo, a Campanha Mexasse, o Projeto da Fundação MUDES, além de iniciativas isoladas acontecidas por todo o País, todos eles anteriores à implantação da Campanha Esporte Para Todos. Esses movimentos variavam de significado e função social em relação à valorização que diferentes classes davam aos diferentes esportes. A lógica dessas diferenças, em relação à prática esportiva no tempo de lazer, estava alicerçada, não só em aspectos sócio-culturais, mas, também, basicamente em aspectos econômicos, distintamente identificados neste contexto - o que justifica as diversas manifestações intencionais dos indivíduos em relação à valorização dessa prática esportiva no tempo de lazer.

Assim, descartamos a idéia de que a gênese do Movimento Esporte Para Todos no Brasil tenha sido, apenas, uma iniciativa de pioneiros. Os fatos nos demonstram que a essência do EPT brasileiro foi sendo progressivamente construída, a partir de iniciativas comunitárias, baseadas em fatos culturalmente identificados - como é o caso do futebol pelada. "Afim de contas, a essência do EPT é contribuição da cultura brasileira e não se esgota nos protagonistas do EPT", (1) frase significativa veiculada por um dos pioneiros do movimento no Brasil.

(1) Testemunho de L.P.da COSTA ao autor, em 30/12/91.

MARCO TEORICO: O documento básico do EPT.

A nível das idéias, o "documento básico do EPT" é conservador, possuindo argumentações do tipo em que a ordem fazia parte de sua hierarquia e o progresso representava uma construção sucessiva dessa ordem, ou seja, o que se constata no documento básico do EPT é uma argumentação que obedece a uma hierarquia lógica, cronológica e justificada como "altamente essencial". Foi um documento que apresentou propostas gerais e amplas. O decálogo nada mais foi do que uma justaposição de idéias onde transparecia um inter-relacionamento social viável, mas que, por sua amplitude, não conseguia através dessa ação, identificar o ponto central, ativo e dinâmico, do conjunto de transformações e das relações dialéticas do indivíduo em sua realidade contextual. Na prática aconteciam vários EPT's, com suas características e histórias próprias e autônomas. Não havia como adotar um único receituário para uma enorme quantidade de ações comunitárias. Realmente, as coisas aconteciam de forma descentralizada, pluralizada e localmente vivenciada pelas comunidades. Constantemente, havia um grande processo de improvisação e criatividade por parte dos indivíduos ou grupos de indivíduos, cujos objetivos eram, também, espontaneamente estipulados pelas comunidades, configurando-os a partir de suas características próprias.

O decálogo, assim como outros documentos do EPT, foi desfigurado a partir das iniciativas epetistas do dia-a-dia. O

cerne da questão: como apresentar um conjunto de idéias para as ações das várias comunidades, sem conhecer as maneiras de agir e de se expressar de cada uma delas?

O "Documento Básico" ao definir a Campanha Esporte Para Todos como "Aberta", evidencia alguma ambiguidade conceitual a partir da definição de papéis, tanto da organização, como dos agentes e das instituições. A experiência mostrou que, dialeticamente, isso foi sendo descaracterizado e com o decorrer do tempo, praticamente, tornou-se inviável, tendo em vista a autonomia adquirida pelas comunidades.

Como exemplo, verificamos a análise feita por COSTA (1977:6) sobre a questão do "Desporto de Massa", quando de sua oficialização pela Lei 6.251 (posta como solução alternativa para a eliminação do frágil círculo vicioso vivenciado pelo desporto Nacional). Outro exemplo, é a hierarquia piramidal a partir do DED e MOBREAL criado para o desenvolvimento das atividades da Campanha EPT. As próprias expressões utilizadas como "corrente pra frente e de todos", "Esporte Para Todos", dentre outras, possuem características de um positivismo marcante do tipo "Ordem e Progresso", "ser Forte Para Fazer uma Nação Forte", "Brasil: ame-o ou deixe-o".

O próprio documento básico da Campanha Esporte Para Todos propõe "mesclar uma ideologia, enquanto projeto de governo, com iniciativas comunitárias locais, buscando-se inocular o poder da massa e procurando realçar o poder, a vontade e possibilidades dela mesma".

Observamos, ainda, uma proposta de mudança de vida para as comunidades brasileiras, em relação à prática de atividades lúdicas no tempo de lazer, com base em seus interesses, necessidades e anseios.

O "Decálogo", nada mais foi que um ideário básico desse documento, procurando, através de termos e/ou expressões-chaves, definir a intencionalidade da Campanha EPT. Por exemplo, o primeiro termo utilizado é o "Lazer" - "orientar o tempo livre para a prática esportiva com prazer e alegria, de modo voluntário e sem prejudicar as demais possibilidades educacionais e culturais". Pelas próprias características generalizadas do Decálogo, esse termo não foi devidamente definido.

O outro termo-chave é "Saúde"- "criar oportunidade de melhoria de saúde do povo, no que se refere à prática de atividades físicas e recreativas, nas medidas possíveis e adequadas às condições locais das diferentes comunidades". Mais uma vez, verificamos não ter ficado claro o significado do termo saúde dentro da perspectiva da Campanha EPT. Analisando detalhadamente esta conceituação, podemos situá-la dentre os tantos discursos vazios existentes tanto na Educação Física como no Esporte brasileiros. Esta conceituação parece reportar à década de 30 quando havia uma predominância conceitual dos aspectos eugenistas e higienistas e a Educação Física era um dos principais instrumentos de difusão dessas práticas.

No "Desenvolvimento Comunitário" - "aperfeiçoar a capacidade de organização e mobilização das comunidades para o trabalho em conjunto, em mutirão e dentro do necessário sentimento de vizinhança, de bairro, de região e de município". Parece ser, esta, mais uma forma de invasão à privacidade cultural comunitária dentro de uma complicada trama envolvendo forma, costumes, linguagens, sistemas relacionais e institucionais. Culturas essas, herdadas ou adquiridas ao decorrer do tempo, formando um conjunto de modos de fazer, ser, interagir definidores da forma pela qual essas comunidades se desenvolvem. Isto acontece também com a "integração Social" através da qual o decálogo do EPT objetivava "Estimular a congregação e a solidariedade popular, dando ênfase à unidade familiar, às relações pais e filhos, à participação feminina e à valorização da criança e do idoso".

Um outro termo que relembra a década de 30 - do "Ser Forte Para Fazer Uma Nação Forte" - é o Civismo (quinto termo expresso no decálogo). Assim como no Estado Novo, aqui, também, é clara a finalidade de "reforçar o sentimento de povo, de nacionalidade, de integração nacional, de cidadania, de causa, de governo".

Enfim, consideramos os demais termos e/ou expressões do decálogo marcados por idéias utilitaristas, utópicas, hierarquicamente posicionadas, como um processo de passagem sucessiva de construção de uma ordem para o progresso.

Em comentários, feitos anteriormente, COSTA (1992) afirma que o "Decálogo" foi a única coisa que se manteve constante, intacta no EPT, desde sua implantação. Afirma ainda não saber a razão desse fato, uma vez que todas as demais idéias expressas (no documento básico, na carta de compromisso, dentre outros), através do avanço de suas experiências, foram sendo desfiguradas de acordo com o desenvolvimento do EPT.

Analisando mais criticamente essa questão, cremos que a permanência intacta do decálogo deve-se ou pelo fato deste não ter sido devidamente explorado teoricamente por parte dos agentes EPT, dificultando o seu entendimento - argumentação esta corroborada por SANTIN (2) - ou porque as ações pluralizadas do EPT divergiam das propostas justapostas e previamente ordenadas do decálogo. Neste caso, o Decálogo, enquanto uma espécie de receituário teórico, não conseguiu estabelecer um relacionamento concreto com o que estava acontecendo na prática. Isso nos permite deduzir, ainda, que o decálogo não estabeleceu um relacionamento concreto com os diversos valores historicamente necessários e construídos para as comunidades. Valores esses intrínsecos de cada indivíduo e/ou grupo de indivíduos, que baseados em seus interesses, procuravam identificar uma personalidade própria quando do ser-fazer-refletir das ações epetistas.

(2) Ver "Pensando alternativas possíveis do Esporte Para Todos", de Silvino SANTIN, 1990, p.95-96

Por exemplo, um determinado pescador - o Zé Tonho - é fruto da percepção do seu mundo e daquilo que ele representa para o seu mundo. Trata-se de um processo construído e em construção, até certo ponto independente de vontade própria, dado sua condição humana. Portanto, a grandeza do Zé Tonho é fruto de um processo dialético envolvendo seus atos e de suas diversas formas de se expressar.

Outros exemplos típicos dessas afirmações, habitualmente aconteciam nos próprios eventos de impacto e de sustentação, propostos como programações nacionais e/ou programações locais, como na DEFD/SEC/Alagoas. Então vejamos: numa certa manhã de domingo, programamos atividades de lazer para uma comunidade situada em um conjunto habitacional, à beira da Lagoa Mundaú. Chegamos bem cedinho certos de que estávamos agindo de acordo com o que nos orientava o documento básico do EPT, e os objetivos maiores desse Movimento (o decálogo). Imbuídos dessa certeza, começamos a "armar o circo". Havia muito material, o carro de som já estava sendo preparado, o palanque para a macroginástica já havia sido montado, enfim, só estávamos aguardando o momento para o começo de nossas programações. Resultado: tivemos a maior decepção, pois, fomos expulsos daquela comunidade que não aceitou a nossa proposta para aquele dia, uma vez que o interesse dela estava voltado para a sua programação. Ou seja, um torneio de futebol de salão, outro de futebol de campo para os homens, onde as mulheres participaram na preparação das bebidas e da panelada (comida típica regional).

A mesma coisa aconteceu com a grande maioria das comunidades onde conseguimos trabalhar - zona rural, pescadores, comunidades sertanejas e da zona da mata etc. - provocando uma mudança de estratégia de nossas ações, estimulando-nos a uma construção com a comunidade e nas comunidades - um trabalho de ação comunitária.

No entanto, se ficarmos analisando os valores do EPT somente por seus documentos, produzidos ao longo de mais de dez anos de sua História, estaremos formulando uma leitura reducionista, ou então, muito generalista, posto que a existência dos fatos seria secundária. E, entre as generalizações e/ou reducionismos e os fatos, segundo KOSIK (1976:44), existe uma dependência recíproca, tanto as generalizações como os reducionismos, só se explicam a partir dos fatos que integra.

"(...) o significado objetivo dos fatos consiste na riqueza e essencialidade com que eles completam e ao mesmo tempo refletem a realidade".

(KOSIK, 1976:45)

O EPT, enquanto um projeto de Governo, não foi um dado diferente dos demais projetos, no que diz respeito à sua epistemologia. Levando-se em conta ter sido ele um projeto político, e que a política normalmente é sempre uma resposta a alguma coisa, este também reproduziu, claramente, conceitos hegemônicos - como eugenismo, higienismo, positi-

vismo, idealismo, sistemismo, utilitarismo etc.- que permearam a História dos Projetos de Educação Física e Esporte, elaborados pelos Governos brasileiro.

A diferença verifica-se a partir de sua proposta metodológica e da prática de ação, das formas de condução de atividades físicas comunitárias, no tempo de lazer, em contraposição aos modelos formais vigentes na Educação Física e no Esporte brasileiros. Percebeu-se então uma certa contradição entre o que determinava a política do Estado, nessas áreas, com os interesses políticos da sociedade civil.

A riqueza deste projeto esteve centrada em sua experiência prático-teórica, construída ao longo do tempo e incorporada pelo projeto. Neste momento, o EPT passou a adquirir uma configuração própria, autônoma, onde, somente à luz de sua historicidade entendemos a sua lógica interna. Não existia um EPT, mas vários EPT's, com suas características próprias e variando de região para região, de comunidade para comunidade. Isso não significa dizer que esse acúmulo de experiências do Movimento EPT o credenciasse como totalmente maduro para enfrentar seus problemas. No entanto, as idéias de "ordem e progresso" - a ordem enquanto hierarquia e o progresso como passagem sucessiva de construção dessa ordem - passaram a dar espaços à descentralização, ao pluralismo, aos anseios e necessidades das comunidades, onde, localmente, seus atores e autores passaram a ser entendidos nos seus próprios tempos históricos e dentro de seus contextos.

As experiências adquiridas pela Rede EPT, configuraram-se, então, em um processo de inter-relacionamento do universo de atuação do EPT, passando a estimular a mudança de hábitos junto à comunidade brasileira. Exemplos diversos dessa afirmação, como vimos, foram encontrados nos anais dos congressos, nas práticas comunitárias, na práxis profissional, em instituições de ensino superior, em experiências vivenciadas pelas diversas comunidades brasileiras entre outras fontes consultadas.

Se cotejarmos a historiografia com o que apresentam os documentos do EPT, bem como com as experiências esportistas registradas no centro de memória da Rede EPT, concluímos que o Movimento Esporte Para Todos, de um modo geral, foi muito bem recebido pelas comunidades, mal interpretado por uma grande quantidade de intelectuais e, em muitos casos, utilizado como instrumento de manipulação, por aproveitadores, em benefício próprio. Porém, todos esses fatores são inevitáveis em um Movimento gigantesco como no caso o do Esporte Para Todos.

- EXPERIÊNCIAS NO EPT: os fatos.

A não existência de um padrão definido na condução do EPT e a tentativa de desvendar a História desse Movimento no Brasil, impõe um outro desafio - a análise de suas experiências. Na verdade, as experiências vivenciadas no EPT possuem amplitude maior do que as comentadas por autores na literatura⁽³⁾ ou mesmo existentes na documentação.

Analisaremos estas questões levando em conta duas perspectivas: as ações objetivas e as ações intersubjetivas das experiências epetistas.

Entendemos por ações objetivas, aquelas desenvolvidas a partir de instituições às bases comunitárias. Ações intersubjetivas como aquelas ocorridas entre sujeitos e, localmente, nas comunidades. No entanto não se trata de "via de mão única", mas dupla e dialeticamente inter-relacionadas. Essas formas de condução não são restritas, apenas, em dois elementos fixos e fragmentados - sujeito e objeto. A idéia em relação a esse processo gira em torno da existência de um constante inter-relacionamento entre as ações objetivas e intersubjetivas, construído historicamente por intermediação cultural.

(3) Ver discursos de CAVALCANTI, CASTELLANI FILHO, SANTIN, MELLO E SOUSA. Todos, em seus momentos históricos, procuram situar as questões do EPT, simplesmente, no campo das hipóteses, sem apresentar dados comprobatórios convincentes.

"As coisas existem mediante uma forma anterior, mas que sofrem uma transformação através da História".

(HEGEL) (4)

No Movimento EPT, as ações objetivas foram enfaticamente marcantes a partir de sua definição enquanto "projeto de Governo", com normas legais e éticas como ato ou efeito reguladores de condutas externa de ações intersubjetivas - apesar de intencionalmente tentar reconhecer a personalidade de cada indivíduo ou grupo de indivíduos.

A análise do Documento Básico do EPT evidencia a existência de uma fundamentação hierárquica baseada no Estado, na sociedade civil, na família e no indivíduo. Por exemplo, esse documento básico, apesar de reconhecer a individualidade dos atores do movimento, de forma culturalista e localista, ou seja, a valorização dos sujeitos ativos (agentes) inseridos em seus contextos sócio-culturais, ao mesmo tempo, demonstra prioridades em torno de ações pré-estabelecidas, objetivamente elaboradas e de interesse governamental.

(4) Ver dialética Hegeliana, in PADOVANI, 1962, p.334.

As ações intersubjetivas configuraram-se a partir do momento em que os "atores" do movimento buscam formas alternativas de ação e passam a ser identificados, também, como seus "autores". Trata-se de um processo em que esses atores deixam de, simplesmente, se "ocupar" do EPT, para se "preocupar" com o EPT. A forma de condução das atividades sociais passa a ter uma intencionalidade consciente, partindo espontaneamente de iniciativas individuais ou de grupos de indivíduos. Caracteriza-se como sendo uma espécie de manifestação "libertária" das ações governamentais.

Essas ações aconteceram distintamente e dependentes do momento histórico no qual o movimento estava sendo vivenciado. Por exemplo: ao periodizar a História do EPT no Brasil, 1977/1978 foi tanto sua implantação quanto fase experimental, conforme planejamento elaborado pelo próprio Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Na segunda fase - 1979/1981 - houve a desativação da Campanha Esporte Para Todos no MOBRAL, passando, então, a ser um programa da Secretaria de Educação Física e Desportos do MEC, onde foi avaliado e replanejado.

De 1982/1986 a Subsecretaria de Esporte Para Todos (SUEPT), da SEED/MEC, implantou e implementou o projeto da Central de Difusão da Rede Esporte Para Todos passando a propor um trabalho mais descentralizado e pluralista. As questões relacionadas às atividades não formais e informais comunitárias, passaram a ter caráter regional-local-culturalizados, sendo percebida enorme participação dos sujeitos

(Agentes) desses Movimentos Epetistas, na criação e recriação de alternativas de condução de atividades sociais no lazer.

Na análise comparativa dessas ações objetivas e intersubjetivas, nesses períodos, constatamos alguns momentos com predominâncias de uma sobre a outra e, em poucos casos (1979-1981) um provável equilíbrio entre elas.(5)

Podemos afirmar que em sua fase experimental e de implantação (1977/78), sob a coordenação do MOBREAL, pelas próprias características dessa instituição, havia uma forte predominância de ações objetivas sobre as intersubjetivas. Isto ocorria porque, o MOBREAL, com sua estrutura organizacional hierarquizada e piramidal, normatizava e assumia, intencionalmente, as ações programadas para o desenvolvimento da Campanha EPT (ações objetivas) em suas bases comunitárias.

A título de exemplo, podemos citar os eventos de impacto nacional e local, com datas pré-fixadas, preferencialmente realizados num mesmo dia, numa mesma hora, para que houvesse um maior sentido de mobilização e divulgação popular em torno do símbolo da Campanha - "ESPORTE PARA TODOS". Este procedimento visava também o retorno de dados quantitativos, os quais repassados através da imprensa, para todo o Brasil, buscavam pressupostamente uma autoafirmação dessa Campanha do MOBREAL perante a comunidade brasileira.

(5) Segundo experiência vivenciada pelo autor, enquanto "Voluntário Esportivo" desde 1977, "Agente de Ligação de Alagoas junto a SUEPT/SEED/MEC" (1979-1986) e "estudioso" de assuntos ligados ao Movimento EPT no Brasil, desde 1983.

Havia um trabalho institucional muito bem planejado e organizado objetivando o êxito desses eventos, com inúmeros cuidados em termos da mobilização de pessoas para o trabalho a ser executado. Eram envolvidos além do corpo técnico do MOBREAL, composto de funcionários das mais diversas categorias, pessoas contratadas para trabalharem especificamente em função desses eventos, além dos "Voluntários Esportivos" (líderes comunitários não remunerados), que sob a supervisão do MOBREAL local, desempenhavam funções específicas dentro de suas comunidades.

Esse processo de organização e administração do MOBREAL (ações objetivas), com o trabalho de pessoas nas comunidades a níveis regional, local (ações intersubjetivas), supervisionados pelas representações do MOBREAL (ações objetivas), transformaram-se na base de sustentação dessa Campanha EPT, tanto para a realização de seus eventos quanto para comunicação de suas propostas junto às comunidades.

Diante dessas evidências, podemos afirmar que o Movimento Brasileiro de Alfabetização, no período de experiência do EPT brasileiro (1977-1978), enquanto instituição governamental, desempenhou com bastante eficiência as ações objetivas programadas para a Campanha, procurando, ao mesmo tempo, multiplicar suas ações intersubjetivas, através de treinamentos de recursos humanos e de ações comunitárias diversas sem, no entanto, perder sua superioridade institucional, perante suas bases comunitárias.

Na ocasião, enquanto "voluntário Esportivo", já participava de eventos do EPT, ao tempo em que já se percebia, claramente, o rigoroso controle que os Supervisores Estaduais do Mobral exerciam. Foi nesse período que a instituição investiu recursos na compra de material desportivo e recreativo, máquinas de projeções de filmes super-8 etc., distinta daquela realidade que estávamos acostumados, enquanto Professor de Escola Pública do Estado de Alagoas.

Com a análise dessas evidências, é possível afirmar, ainda, que ao nível das hipóteses, ter sido o próprio MOBREAL (1977/1978), pelo excesso de ações objetivas, em detrimento de ações intersubjetivas, o responsável pela decadência e desativação da Campanha EPT, em 1979.

De acordo com o testemunho de COSTA (1990), houve pressão política para a desativação da Campanha EPT, o que se evidencia, também, a determinação do então Ministro da Educação Ney Braga, de estipular um prazo de 48 horas para que isso acontecesse. Dá, até, para entender a atitude do Ministro, uma vez que o MOBREAL estava investindo muitos recursos materiais e humanos em movimentos de massa - havia um grande investimento de ações objetivas que estavam, cada vez mais, reforçando as ações intersubjetivas. Logicamente, isso não era nada simpático a um Governo Militar, uma vez que essas massas buscavam formas de organizações alternativas para fortalecerem as bases de seus movimentos - grandes evidências de ações intersubjetivas - em prol de tentativas de algumas conquistas - "novo sindicalismo", abertura política,

anistia de seus líderes, liberdade de imprensa, além de melhores condições de vida (saúde, educação, trabalho, moradia etc.). Assim, com base nesse contexto, questionamos: Não teria o MOBRAL, praticamente, se transformado numa Instituição Governamental que estaria, através de suas ações objetivas, impulsionando o desenvolvimento de organizações comunitárias? Será que o investimento em Campanhas - 32,5 milhões de dólares - não teria se caracterizado, mais como tendência mercadológica do que comunitária?

Conforme já foi visto, o período 1979-1981 foi a fase de replanejamento do EPT por parte da Instituição Governamental - SUEPT - caracterizando-se por ações predominantemente objetivas. Neste momento, adeptos da Campanha deram continuidade às ações do EPT, em suas comunidades, recriando atividades e, até, alterando propostas inseridas no Documento Básico. Por exemplo, no município de Arapiraca-Alagoas os agentes EPT (líderes comunitários) recriaram as ações Epevistas e as transformaram em atividades de mutirões, para o benefício da comunidade em geral. Nos mutirões, além do estímulo às atividades recreativas e desportivas no momento do lazer, a comunidade também participava de todo um processo de preservação dos logradouros municipal. Em uma certa ocasião foram recolhidas cento e cinquenta toneladas de lixo da cidade. Em outra, a comunidade construiu parques comunitários, baseados em sua própria experiência, com materiais de baixo custo (tecnologia alternativa). Trabalhos de preservação de escolas, postos médicos, também compunham o rol de

atividades desenvolvidas naquele município. Em outros Estados, do mesmo modo, as atividades do EPT passaram a adquirir características próprias e autônomas. Muito mais por iniciativas pessoais do que institucionais, sem a preocupação de padrões definidos.

Com a Rede EPT, a intersubjetividade ficou, cada vez mais, marcante, ou seja, houve uma forte descaracterização das ações objetivas, dando espaço aos modelos criados e recriados espontaneamente pelos indivíduos em suas comunidades. A SUEPT passou a ser instituição de apoio à Rede, impulsionando esse processo através da mídia da Central de Difusão da Rede EPT, conforme já foi visto no capítulo "A Rede Esporte Para Todos (1982-1986)".

Essa forma descentralizada, pluralizada, localmente ativa e predominantemente intersubjetiva do EPT, a partir da implantação da Rede, proporcionou uma enorme variedade de experiências e ações junto às comunidades. As idéias do estímulo à não formalidade, voltada para as atividades físicas no lazer, foram bastante receptivas, envolvendo os mais diversos segmentos da população brasileira.

A influência não-formal e informal do EPT foi receptiva, também, na grande maioria das escolas, uma vez que sua filosofia propunha uma práxis heterogeneizada, criativa, em contraposição ao modelo homogêneo e padrão até então adotado, normalmente, nessas instituições de ensino.

Cursos de Educação Física passaram a adotar procedimentos metodológicos, dando espaço ao não formalismo como um pro-

cesso dialético da prática formal da Educação Física e do Esporte.

Os fatos demonstram, ainda, ter sido a disciplina Recreação, dos cursos de graduação, ambiente favorável para a discussão e difusão da filosofia epetista junto a profissionais e acadêmicos da Educação Física, pela própria característica de seus conteúdos e objetivos. Segundo VALENTE (1985:9), "não havia outra alternativa, senão a maior integração entre os Agentes de Ligação e os Professores de Recreação das Universidades". Segundo esta pesquisadora, "tanto o EPT como a Recreação possuem características fundamentalmente não formais e informais, não existindo, portanto, qualquer diferenciação em suas atividades" (p.58). Para VALENTE, "foi a partir deste elo de ligação - Professores de Recreação e Agentes de Ligação - que sentiu-se a necessidade de rever as ações dos Cursos de Educação Física, bem como, o próprio conceito do Esporte Para Todos". (6)

"O EPT oportunizou, ao profissional da Recreação, a iniciação de um trabalho mais sistematizado e científico. Esses estímulos foram repassados em encontros de capacitação de recursos humanos, onde a tônica principal girava em torno dessas alternativas. Como exemplo disso podemos citar o encontro de Natal-RN, realizado em fevereiro de 1984".(7)

(6) Ver pesquisa "Recreação - um discurso prático-teórico do Esporte Para Todos". U.F.Santa Maria-RS, 1985.

(7) Testemunho de Marcia Chaves VALENTE, em abril de 1992.

Dentre outros exemplos, VALENTE cita, também, alguns encontros, com seus respectivos temas: em São Paulo (Outubro/81) - "as informações básicas do EPT"; Sorocaba (abril/82) - "a introdução do EPT nos currículos das Escolas de Educação Física"; São Paulo (novembro/82) - "a necessidade de acompanhamento e entrosamento de Professores de Recreação, com Agentes Estaduais de EPT"; Sorocaba (maio/83) - "realização de eventos: metodologia"; Natal (fevereiro/84) - "a pesquisa do não-formal"; e, Belo Horizonte (julho/84) - "o exercício da crítica".

Atualmente, a grande maioria dos profissionais da área que está trabalhando com Recreação e Lazer, tanto a nível secundário como na graduação e pós-graduação, é resultante dessas ações do Movimento EPT.

Ou seja, a conceituação de experiências vivenciadas pelo EPT: objetivas e intersubjetivas, são expressões externa e internamente presentes nesse movimento.

As ações objetivas, identificadas como materiais e postas em ordem pelas idéias - como no documento básico, nos projetos da Rede, nos textos destinados à capacitação de recursos humanos, Carta de Compromisso, dentre outros - foram codificações enquadradas em sistemas e transportadas aos indivíduos mediante formas de linguagens e símbolos. São expressões e/ou linguagens materializadas e identificadas como predominantemente objetivas.

As ações intersubjetivas do EPT, configuraram-se como sendo aquelas com capacidade de inspirar o indivíduo no seu

agir, pensar e expressar, através da decodificação da linguagem material. Uma ação construída, basicamente, do interior para o exterior, vivenciada experimentalmente no dia-a-dia e impulsionada historicamente pela práxis humana.

Portanto, tratou-se de uma vasta relação dialética estabelecida entre a teoria e a prática do EPT. Relação na qual o projeto orientou a ação e esta alterou o projeto, fazendo com que, dialeticamente, houvesse uma evolução desse processo. Evidentemente, foi uma dinâmica contínua, impulsionada por necessidades e interesses individuais e/ou institucionais, tendo como ponto básico, uma práxis intermediada culturalmente, por formas de condução social formal, não formal e informal.

REFERENCIAL BIBLIOGRAFICO E DOCUMENTAL:

- ALBOROZ, Suzana. O que é trabalho. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- ALMEIDA, Maria Angela Vinagre. História da educação brasileira - o problema de sua periodização. Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília-DF: jan/abril de 1988.
- ALVES, Rubem. Filosofia da Ciência. Introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Brasiliense, 5ª ed, 1984.
- ANAIS do I Congresso Brasileiro e Panamericano de Esporte Para Todos. In Teoria e prática do Esporte Para Todos:1982-1983. Brasília-DF: SEED/MEC, 1983.
- ANAIS do II Congresso Brasileiro de Esporte Para Todos. SEED/SUEPT/MEC. Brasília-DF: 1984.
- ANAIS do III Congresso Brasileiro de Esporte Para Todos. Secretaria Municipal de Cultura e Esportes de Campo Grande e SEED/SUEPT/MEC. Campo Grande-MS: 1986.
- ANAIS do Ciclo de debates: Panorama do Esporte Brasileiro. Câmara dos Deputados, Brasília-DF: Coordenação de Publicações, 1984.
- APLLE, Michael. Educação e Poder. Porto Alegre : Artes Médicas, 1989.
- AZEVEDO, Fernando de. Da Educação Física. São Paulo-SP: Melhoramentos, 3ª.ed, obras completas, volume I.
- BALLALAI, Roberto. Educação Formal e Educação não formal: momentos de síntese. Resumo de aula apresentado por Lamartine Pereira da COSTA, por ocasião do primeiro Curso de Pós-Graduação, à nível de especialização, em Esporte Para Todos. UFSM/Santa Maria-RS: 1985.
- BAZARIAN, Jacob. O problema da verdade. São Paulo: Símbolo, 1980, 223p.
- BERCITO, Sônia de Deus R. Ser forte para fazer uma nação forte. Dissertação de mestrado apresentada na USP-São Paulo: novembro de 1990.
- BETTI, Mauro. A Educação Física na escola brasileira de 1º e 2º graus, no período de 1930 a 1986: uma abordagem sociológica. Dissertação de mestrado apresentada na Escola de Educação Física da USP/São Paulo:1988.

- BETTI, Mauro. Educação Física e sociedade. São Paulo: Movimento, 1991.
- BLOCH, Marc. Introdução à história. Trad. Maria Manuel e Rui Grácio, Lisboa-Portugal: Europa-América, 4ª-ed, 1965.
- BOBBIO N. et alii. Dicionário de política. Brasília: EUB, 1986.
- BOLETIM do Banco Central do Brasil, volume 13, nº 12, dezembro/1977. Brasília-DF: Departamento Econômico, 1977.
- BORSARI, José Roberto. Educação Física da pré-escola à universidade. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, 208p.
- _____. Sociologia. (Org) Renato Ortiz. São Paulo: Atica, 1983, 191p.
- BRACHT, Valter. Educação Física: A busca da autonomia pedagógica. In Revista da Educação Física/UEM-V.1. (1989:28-33).
- BRAMANTE, Antônio Carlos. A identificação de um contexto para o desenvolvimento de um currículo em recreação e estudos do lazer no Brasil a nível de 3 grau: aplicação do método de Delfos. Tese de Doutorado. Pensylvania-USA : Penn State University, 1988.
- BRAMANTE, A.C. & PINTO, Leila M.S. de M. Uma radiografia da Revista Comunidade Esportiva, pesquisa realizada em 1990.
- BRASIL/MEC. Decreto-lei nº. 3.199, de 14.04.41 (D.O. de 16.04.41) que dispõe sobre a organização desportiva nacional.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, de 20.12.61 (D.O.U. de 28.12.61).
- _____. Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus nº 5.692, de 11.08.71.
- _____. Decreto-Lei nº 69.450, de 01.11.71 (D.O.U. de 21.11.71).
- _____. Resolução nº 3/87, publicada no D.O.U. nº 395/87, de 16 de junho de 1987.
- _____/CND/DED. Lei nº 6.251, de 08.10.75.
- _____. Lei nº 80.228, de 25.08.77.

BRASIL/DED. Eu sou o DED. Brasília-DF: setembro de 1971.

_____/MOBRAL. MOBRAL: sua origem e evolução. Rio de Janeiro:1973.

_____/MOBRAL. Documento Básico da Campanha Esporte Para Todos. Brasília-DF: 1976.

_____/DED. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, nos. 09 ao 35. Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo, Brasília-DF: 1970-1977.

_____/SEED. Perspectiva da SEED. Ciclo de conferências sobre programas do MEC, Brasília-DF:1980.

_____/SEED. Política Nacional de Educação Física e Desportos 1980-1985. Brasília-DF: 1980.

_____. Portaria MEC nº 522, de 01.09.81. Aprova o Regimento Interno da SEED.

_____/SEED/SUEPT. Trajetória do projeto "Rede Esporte Para Todos" - EPT: 1982-1985.

_____/SEED/SUEP. Encarte 70 anos de Esporte Para Todos no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Esporte Para Todos, 1983.

_____/MEC. Educação Para Todos: caminhos para mudança. Brasília-DF: 1985.

_____/SEED. Documento Proposta Política Nacional. Brasília-DF: setembro de 1987.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista. Rio de Janeiro: Guanabara, 3 ed, 1987.

BRUHNS, Heloisa T. (Org) Conversando com o corpo. Campinas: Papirus, 1985.

_____. A dinâmica lúdica. Dissertação de mestrado apresentada a Faculdade de Educação da UNICAMP. SP, 1989.

BUENO, Silveira. Minidicionário da língua portuguesa. São Paulo-SP: LISA, 3ª.ed, 1989.

BURGOS, M.S. Esporte Para Todos nas comunidades e na Escola Superior de Educação Física de Santa Cruz do Sul. Revista Comunidade Esportiva, nº 35, nov/dez de 1985, p. 18-23. Rio de Janeiro: Rede Esporte Para Todos, 1985.

BUTLER, George D. Recreação - Uma introdução à recreação na comunidade. Rio de Janeiro : Lidador, 1973.

- CAMARGO, Luiz O. Lima. O que é lazer. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- CARDOSO, Luiz Carlos. Uma proposta de prática de ensino na formação do professor de Educação Física. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Santa Maria. RS. 1988.
- CARMO, Apolônio Abadio do. Educação Física: competência técnica e consciência política em busca de um movimento simétrico. Uberlândia-MG: U.F.U. 1985.
- CARVALHO, M. Cecília M. Construindo o saber : técnica de metodologia científica. Campinas, SP: Papirus, 2 ed, 1989, 180p.
- CASTELLANI FILHO, Lino. Educação Física no Brasil: a história que não se conta. Campinas-SP: Papirus, 1988.
- CASTRO, Cláudio de Moura. A prática da pesquisa. São Paulo : Mc Graw-Hill, 1977.
- CAVALCANTI, Kátia Brandão. Esporte Para Todos: um discurso ideológico. São Paulo-SP: IBRASA, 1984.
- CECCON, Claudius et alii. A vida na escola e a escola da vida. São Paulo-SP: vozes, 7ª.ed, 1983.
- CHAUI, Marilena de S. Ventos do Progresso: a Universidade administrada. In Descaminhos da Educação pós-68. São Paulo. Brasiliense, 1980.
- _____. O que é ideologia. São Paulo-SP: Brasiliense, 18ª.ed, 1984.
- COMUNIDADE ESPORTIVA. Revista da Rede Esporte Para Todos, editada até o número 17 pelo MOBREAL e pela Central de Difusão da Rede EPT. Rio de Janeiro: números 18 a 40.
- CORREA, Arlindo Lopes. Educação de massa e ação comunitária. Rio de Janeiro-RJ: MOBREAL, 1979.
- COSTA, Lamartine Pereira da. A reinvenção da Educação Física e do Desporto segundo paradigmas do Lazer e da Recreação, Desporto e Sociedade. n 6, Lisboa, 1987.
- _____. Educação Física e esportes não formais. Rio de Janeiro : Ao livro técnico, 1988, 104p.il.s
- _____. et alii. Teoria e prática do esporte comunitário de massa. Rio de Janeiro: Palestra, 1 ed, 1981, 330p.il.

COSTA, Lamartine Pereira da. Implantação e desenvolvimento da Campanha Esporte Para Todos no Brasil. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, nº 35, revista especial - jul/dez. de 1977.

_____. Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, 1971.

_____. Caracterizações para uma política Desportiva nacional. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos nº 26, abril/junho de 1975.

_____. Debate sobre Panorama do Esporte Brasileiro. Brasília-DF: Câmara dos Deputados de 25 a 27.10.1983. Publicação nos "Anais do Ciclo de Debates: Panorama do Esporte Brasileiro", em 1984, p.392-401.

_____. Organização Esportiva Brasileira: crise e mudança de paradigmas. Tese de Livre Docência aprovada com louvor. Rio de Janeiro-RJ: UERJ, 1987.

_____. Publicidade artesanal. Rio de Janeiro-RJ: MOBRAL, 1980.

_____. The network and low-cost approach to leisure and sport for all- a theory and practice review. Encarte especial da Revista Comunidade Esportiva. Rio de Janeiro-RJ: Rede Esporte Para Todos, 1986.

_____. How can the movement promote Sport For all. Conference: "Olympia Academy" - 31st Session - Ancient Olympia, 1991.

COSTA, Vera Lúcia de Menezes. A formação universitária profissional de Educação Física. In Educação Física e esporte na Universidade. Solange C.E. Passos, (org) Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Física e Desportos, 1986.

CUNHA, Luís A. Ensino superior brasileiro nos anos 80: divergências e paradoxos. In Nova realidade novos rumos. ANDES Hoje, José Augusto de L. Rocha (Org), Salvador, Washington Graf, 1986, p.25-37)

CURY, Carlos R. Jamil. Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O que são direitos das pessoas. São Paulo-SF: Brasiliense, 1984.

DIECKERT, Jurgen. Esporte de lazer. Tarefa e chance para todos. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1984.

- DIECKERT, J. et alii. Elementos e princípios da educação Física: uma antologia. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1985, 178p.
- DUMAZEDIER, Jofre. Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____. A evolução cultural do lazer nos centros urbanos. Cadernos de Lazer: 1. São Paulo: SESC, 1977.
- _____. Democratização do esporte? Cadernos de lazer: 4. São Paulo: SESC, 1980.
- _____. Planejamento do lazer no Brasil: a teoria sociológica da decisão. São Paulo: SESC, 1980.
- _____. Valores e conteúdos culturais do lazer. São Paulo: Biblioteca científica/SESC, 1980.
- _____. Teoria sociológica da decisão. São Paulo: Biblioteca científica/SESC, 1980.
- _____. Sociologia empírica do lazer. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- ESPENSCHADE, Anna S. e G. Lawrence Rarick. Descriptive Research. In Research Methods in Health, Physical Education, and Recreation. Washington, D.C.: AAHPER, 1973.
- FARIA JÚNIOR, Alfredo Gomes de. Introdução à didática de Educação Física. Rio de Janeiro-RJ: Divisão de Educação Física/MEC, 1969
- _____. Idem. Educação Física Mundial: Técnicas modernas. Rio de Janeiro: HONOR, 1972.
- FEIJO, M. César. O que é política cultural. São Paulo-SP: Brasiliense, 1984.
- FENELLON, Déa. Pesquisa em história: perspectivas e abordagens. In Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo-SP: Cortez, 1989, Biblioteca da Educação, série I. Escola; v.II.
- FRANCO, Maria Laura P.B. Estudo de caso no falso conflito que se estabelece entre análise quantitativa e análise qualitativa. In EDUC (7), PUC-SP, São Paulo, agosto de 1986.
- FERNANDES, Florestan. A formação política e o trabalho do professor. In Universidade, escola e formação de professores. Brasília: Brasiliense, 2 ed, 1987.
- FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 5ª.ed, 1982.

- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREITAG, Bárbara. Escola, Estado & Sociedade. São Paulo: Moraes, 1980.
- _____. Sociedade e Consciência. Um estudo piagetiano na favela e na escola. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.
- FRIEDMANN, Georges. O trabalho em Migalhas, São Paulo: Perspectiva, 1982, 283p.
- GADOTTI, Moacir. Pensamento pedagógico brasileiro. São Paulo-SP: Atica, 2ª ed, 1988.
- GÄELZER, Lenea. Lazer: bênção ou maldição? Porto Alegre: Sulina, UFRS, 1979, 191p.
- _____. Ensaio à liberdade: uma introdução ao estudo da educação para o tempo livre. Porto Alegre: D.C.Luzzato, 1985, 106p.
- GAMBOA, Silvio Ancízar Sánchez. Epistemologia da Pesquisa em Educação. Tese de doutorado apresentada na Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP_SP: 1990.
- GEBARA, Ademir et alii. Educação Física e esporte na universidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Física e Desportos, 1988.
- _____. Educação Física tempo e historiografia. Anais do II Simpósio Paulista de Educação Física. São Paulo-SP: UNESP/Rio Claro, 1989.
- GELPI, Ettore. Lazer e educação permanente. São Paulo: SESC, 1983.
- GHIRALDELLI, Jr., Paulo. Educação Física progressista. São Paulo: Loyola, 1988.
- GIANNOTTI, José Arthur. Universidade em ritmo de barbárie. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GIROUX, Henry. Teoria Crítica e resistência em Educação. Rio de Janeiro. Petrópolis, 1986.
- GODBEY, Geoffrey. Leisure in your life: An Exploration. Oxford: State College. Pa.: Venture Publishing, 1985, 304p.
- GONÇALVES JÚNIOR, Luiz. A Educação Física no Brasil, no período de 1964-1984. Monografia apresentada no curso de Educação Física da UNESP/Rio Claro-SP: 1989.

- GOUVEA, Ruth. Recreação-Escola e vida. Rio de Janeiro: Agir, 4 ed, 1969.
- GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 4ª.ed, 1981.
- GUARANA, Cecília. Participação e democracia no cotidiano escolar. In universidade, escola e formação de professores, Brasiliense, 2 ed. 1987.
- HABERMAS, Jurgen. O discurso filosófico da modernidade. Lisboa-Portugal: Dom Quixote, 1a.ed, 1990.
- HILDEBRANDT, Reiner. O esporte como fenômeno social e a análise social crítica do esporte. Texto mimeografado.
- _____. Configuração pedagógica do movimento esportivo no ensino da Educação Física escolar. Revista da Educação Física/UEM. v.1, n 1. 1990. Maringá.
- HILDEBRANDT, Reiner & LANGING, Ralf. Concepções abertas no ensino da educação física. Trad. Sonnhilde Von der Heide. Rio de Janeiro: Livro técnico, 1986.
- HUIZINGA, Johan. Homo Ludens. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- KERLINGER, F.N. Metodologia da pesquisa em ciências sociais: Um tratamento conceitual. São Paulo: EPU, 1986.
- KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2 ed, 1976, 230p.
- LIBANEO, José Carlos. Democratização da escola pública. São Paulo: Loyola, 3 ed, 1986.
- LUDKE, M. & ANDRE, M.E.D.A. Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas, São Paulo: EPU, 1986.
- LUHMANN, Nilolas. Sociologische Aufklarung. Opladen, 1970.
- MACHADO, Afonso Antônio. Questões cruciais da educação física no Brasil. Dissertação de mestrado apresentada à FE/UNICAMP. Campinas-SP, 1988.
- MARCELLINO, Nelson de Carvalho. Lazer e humanização. Campinas-SP: Papirus, 1983.
- _____. Lazer e Educação. Campinas. SP: Papirus, 1987.
- _____. Lazer e escola. Tese de doutorado apresentado à UNICAMP. Campinas-SP: 1988.

- MARCELLINO, ONelson de Carvalho. Pedagogia da animação. Campinas-SP: Papirus, 1990.
- MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa, planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1982.
- MARINHO, Inezil Penna. Educação física, recreação e jogos. São Paulo: Brasil, 1981.
- MARINHO, Inezil Penna. Raízes da Educação Física no Brasil. Texto xerografado, discutido no curso de mestrado da FEF/UNICAMP, na disciplina História da Educação Física no Brasil, 1991.
- MEDINA, João Paulo Subirá. A Educação Física Cuida do corpo e...mente. São Paulo: Papirus, 1983.
- MELLO E SOUZA, Nelson. O Esporte Para Todos e o direito de crítica. Rio de Janeiro-RJ: Revista SPRINT set/out. de 1984, p. 237.
- MENEZES, Luís Carlos. Formar professores: tarefa de professores. Brasília: Brasiliense, 2 ed, 1987.
- MOREIRA, Wagner Wey. Repensar a formação profissional. In Educação Física e esporte na Universidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Física e Desportos. 1988.
- MORO, Roque Luiz. Redimensionando a recreação em educação física. Rio de Janeiro: Revista Comunidade Esportiva, n 40, nov/dez, 1986, Ano VI.
- _____. A reprodução de Modelos em Educação Física: Pedagogia da Mendicância. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro. 1990.
- OLIVEIRA, José Guilmar Mariz de. Preparação profissional em Educação Física. In Educação Física e esporte na universidade. Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Física e desportos, 1988.
- OLIVEIRA, Vitor Marinho. O que é educação Física? São Paulo: Brasiliense, 3 ed, 1984.
- _____. Educação Física humanista. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1985.
- _____. (Org). Fundamentos pedagógicos da educação física. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1987.

- PADOVANI, Humberto et al. História da Filosofia. São Paulo: Melhoramentos, 5a. ed, 1962.
- PALM, Jurgen. A visão e a realidade. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, nº. 35, 1977, p.28.
- PAOLI, Niuvenius J. Para repensar a universidade e a pós-graduação. Ed. UNICAMP, 2 ed, 1985.
- PARKER, Stanley. Sociologia do lazer. Rio de Janeiro: Zarár, 1978.
- PARLEBAS, Pierre. Perspectivas para una educación física moderna. Andalucía-Espanha: Junta de Andalucía, 1 ed, 1987.
- _____. Elementos de sociologia del deporte. Málaga-España: UNISPORT, 1988, 251p.il.
- PIOVESAN, A. Fundamentos sociais e culturais da saúde pública. Resumo de aula. São Paulo-SP: USP, 1979.
- PRADO, Antônio Carlos Moraes. Educação Física de Tempo Livre: Tendências para capacitação profissional. Dissertação de mestrado, apresentada à Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo, 1988,191p.
- RAMOS, Jayr Jordão. Educação Física e desportos no Brasil: considerações gerais. Rio de Janeiro-RJ: Escola de Educação Física do Exército, 1965.
- REQUIXA, Renato. O lazer no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1977, 111p.
- _____. Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer. São Paulo: Biblioteca científica/SESC, 1980.
- RICOEUR, Paul. História e verdade. Rio de Janeiro: Forense, 1968, 339p.
- RUIZ, João Alvaro. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1985.
- SALVADOR, Angelo Domingos. Métodos e técnicas da pesquisa bibliográfica. Porto Alegre: Sulina, 10 ed, 1982.
- SANTIN, Silvino. Reflexões filosóficas sobre a educação física. Santa Maria-RS: Revista Kinesis, n 1, 1980.
- _____. Educação Física e esporte no 3 grau: perspectivas filosóficas e antropológicas. Brasília: MEC/SEED, 1988.
- _____. Universidade comunidade e tempo livre (aspectos filosóficos e antropológicos). Brasília: MEC/SEED, 1988.

- SANTIN, Silvino. Uma busca da filosofia do corpo. Santa Maria-RS: Revista Kinesis, v.5 n 1, 1989.
- SANTOS, J.L.dos. O que é cultura. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SAVIANI, Demerval. Ensino público e algumas falhas sobre universidade. São Paulo: Cortez, 1985.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação e política. Cortez, 1986.
- _____. Educação: Do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1986.
- _____. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.
- SCHAFF, Adam. História e verdade. Lisboa-Portugal: Estampa, 1974.
- SELTZ, C. et al. Métodos de pesquisa nas relações sociais, São Paulo: EPU, 1960.
- SERGIO, Manuel. Motricidade humana: uma nova ciência do homem. Brasília: MEC, 1986.
- _____. Educação Física ou ciência da motricidade humana? Campinas-SP: Papyrus, 1989, 104p.
- _____. Carta aberta à presidente do CBCE. In Revista Brasileira de ciências do Esporte. Campinas-SP: Jan/89 vol. 10, n. 2, ISSN 0101-3289.
- SEYBOLD, Annemarie. Principípios didáticos en la educacion física. Buenos Aires Kepelusz, 1976.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 15 ed, 1989, 239 p.il.
- SILVA, Sônia Aparecida Ignácio. Valores em Educação. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1986.
- SIMRI, Uriel. Crônica escolar: a diversidade dos conceitos de Educação Física e sua influência sobre seus objetivos. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos. Brasília-DF: janeiro/maio de 1979.
- TAFFAREL, Celi N.Z. Esporte para todos - em busca de uma nova filosofia do esporte. In Revista Comunidade Esportiva. Rio de Janeiro: MEC/SEED/SUEPT/ REDE EPT, n 37-ano VI, 1986, p.3.

TAFFAREL, Celi N.Z. Concepção de aulas abertas à experiência em Educação Física: Discussão de pressupostos em relação a fins e objetivos à luz da realidade da Educação Física escolar brasileira. In: Motrivivência-Sergipe.UFSE, 1991. (no prelo).

TAKAHASHI, George Massao. Resposta de uma comunidade carente a um programa de atividades esportivas não formais - EPT. Dissertação de mestrado apresentada na Escola de Educação Física da USP, em janeiro de 1984.

TRIVINUS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTE, Edison F. Esporte... "para todos" - conceitos e pré-conceitos. Monografia apresentada à UFMS-RS, como pré-requisito para conclusão do curso de pós-graduação, a nível de especialização, em Esporte Para Todos. 1986.

_____. Tendência da Educação Física. Pesquisa bibliográfica apresentada no V Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Olinda-PE: 1987.

VALENTE, Edison F. Aprendendo a conhecer a comunidade: uma alternativa não formal? In Revista Comunidade Esportiva. Rio de Janeiro: MEC/SEES/SUEPT/REDE EPT, N 37-ano VI, 1986.

VALENTE, Marcia C. Recreação: um discurso prático-teórico do esporte para todos. Monografia apresentada à UFMS-RS, como pré-requisito para conclusão do curso de pós-graduação, a nível de especialização, em Esporte Para Todos, 1986.

_____. Abordagem metodológica da recreação no 3 grau. Monografia apresentada a UFPE-Recife, como pré-requisito para conclusão do curso de pós-graduação em Educação Física não formal, em 1987.

_____. Perspectivas metodológicas da pesquisa histórica na Educação Física. Tema livre apresentado no 7º Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Uberlândia-MG: 1991.

VALENTE, Marcia & VALENTE Edison. Abordagem metodológica da recreação no 3 grau. Pesquisa bibliográfica apresentada no Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Olinda-Pe,

_____. Uma conversa com Lenea Gaelzer. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, tema: Lazer. Número 3, 1992.

_____. EN, D.B. e MEYER, W. Manual de técnica de la Investigación Educacional, Buenos Aires: Paidós, 1974.